

Lágrimas de crocodilo

Os mandantes da «construção europeia» sabem-na toda: umas quantas lágrimas sobre a situação social dão sempre jeito para que possam continuar a cuidar bem dos interesses da finança.



■ Vítor Dias Pág. 20

Resposta ao «Expresso»

O número de deputados não deve ser reduzido

■ Carlos Brito Pág. 23

A luta pela terra e o exemplo que nos vem do Brasil

■ Lino de Carvalho Pág. 21

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Projecto do PCP para clarificar o horário de trabalho

O diploma do PCP visa combater as manipulações grosseiras do patronato e do Governo que atentam contra os direitos dos trabalhadores.

Pág. 32

INTERNACIONAL

Rússia Comunistas apostam no reforço do Partido

• Entrevista com Aurélio Santos

Págs. 14 e 15

REUNIAO DO COMITE CENTRAL

Apoio amplo e expressivo ao PCP favorece viragem à esquerda

Comunicado do CC do PCP Págs. 18

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 15 de Maio de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1224 • Director: Carlos Brito

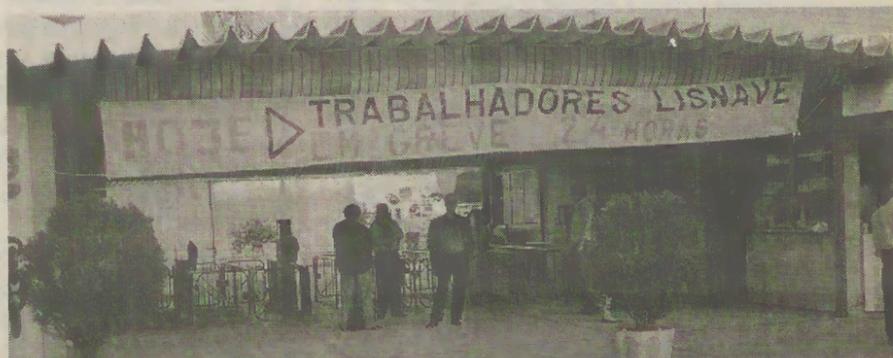
CDU divulga manifesto para as autárquicas

PROSSEGUIR E INOVAR

CDU é obra!

Págs. 5 e 6

Histórias de favores e lutas na indústria naval



Com a permanente resistência dos trabalhadores, 25 anos de relações íntimas entre os governos e o Grupo Mello custaram ao País a total dependência e uma despesa anual de 100 milhões de contos, para além dos subsídios e outros apoios.

Centrais

ENCONTRO NACIONAL DO PCP SOBRE EDUCAÇÃO E ENSINO



Comunistas não pactuam com situações de injustiça

Pág. 9

COMÍCIO INTERNACIONAL DE LISBOA

24.Maio (Sábado) 14,30 h. - Campo Pequeno



Pág. 10 e Agenda

PELO EMPREGO COM DIREITOS Por uma Europa de progresso social paz e cooperação

A EP já está à venda



A EP já está à venda, para a Festa do «Avante!» que se realiza este ano nos dias 5, 6 e 7 de Setembro. Pode ser adquirida nos CT's do PCP ou solicitada aos seus militantes e organizações.

EDITORIAL

O Ensino na ordem do dia



A Educação foi debatida pelo PCP, no sábado

RESUMO

7
Quarta-feira

Inicia-se a reunião do Comité Central do PCP, em Lisboa ■ Jorge Sampaio defende a reforma da segurança social no seio do Estado-Providência, durante uma conferência sobre a Europa Social ■ A Comissão Europeia aprova o programa de convergência económica de Portugal ■ É anunciado um novo encontro entre o presidente zaireense e o líder dos rebeldes que se realizará no dia 14 ■ Inicia-se a Cimeira de São José, na Costa Rica, entre os países da América Latina e os EUA ■ O Festival de Cinema de Cannes é inaugurado.

8
Quinta-feira

No dia em que os alunos da FCSH fazem greve, a Assembleia da República discute a alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo ■ O Governo britânico diz ser «improvável» que o Sinn Féin seja admitido nas negociações sobre o Ulster, mesmo que o IRA anuncie um novo cessar-fogo ■ No Zaire, as tropas da Aliança Rebelde avançam no terreno aproximando-se de Kinshasa ■ O mediador norte-americano para o Médio Oriente diz haver «dificuldades» em juntar os responsáveis de Israel e Palestina para o reinício das conversações.

9
Sexta-feira

Carlos Carvalhas participa num jantar de divulgação do Manifesto Nacional da CDU ■ É noticiado que a EDP irá despedir cinco mil trabalhadores até ao ano 2000 ■ É anunciado que a Inspeção das Condições de Trabalho detectou nove novos casos de trabalho infantil durante o mês de Março ■ O Parlamento de transição zaireense é convidado a designar um presidente pela cimeira de chefes de Estado francófonos, reunida ontem em Liberville ■ Um comando armado ocupa por algumas horas o campanário da Praça de São Marcos em Veneza, exigindo a independência da cidade ■ O realizador Marco Ferreri morre.

10
Sábado

Carlos Carvalhas intervém no Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino e participa no Encontro Distrital de Aveiro da CDU ■ Um tremor de terra no Irão provoca mais de dois mil mortos, cinco mil feridos e a destruição de

200 aldeias ■ Os EUA apoiam a constituição de um governo de transição liderado pelo chefe rebelde, Laurent Kabila ■ João Paulo II inicia uma visita ao Líbano... ■ ... e o primeiro-ministro japonês desloca-se ao Peru para agradecer pessoalmente a libertação dos reféns na residência do embaixador nipónico.

11
Domingo

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, o desemprego aumentou no último trimestre e atinge mais de 14 por cento da população activa portuguesa ■ A coligação italiana de centro-esquerda Oliveira vence as eleições municipais parciais ■ Dezenas de milhar de pessoas protestam em Istambul, na Turquia, contra o eventual encerramento das escolas públicas secundárias de ensino islâmico ■ Um atentado em Argel faz cinco mortos e 41 feridos ■ Em Luanda, um incêndio destrói parte da ajuda humanitária enviada pela União Europeia para Angola ■ O presidente do Mali obtém mais de 80 por cento dos votos nas eleições presidenciais.

12
Segunda-feira

Sabe-se que, na sequência da manifestação no Terreiro do Paço, o Comando-Geral da PSP instaurou processos disciplinares a 27 agentes ■ D. Ximenes Belo é recebido por Jorge Sampaio, agradecendo o apoio português aos timorenses ■ A Rússia e a Tchetchénia assinam um acordo que reconhece a independência daquela república caucasiana ■ Israel comemora o 49º aniversário da sua criação pela ONU.

13
Terça-feira

Em Audição Parlamentar, o PCP denuncia preparação pelo Governo do afastamento de cerca de 40 mil alunos do ensino superior público ■ O líder da FAUL, Jorge Coelho, envia convite ao PSD, PP e PCP, para debate público sobre os problemas do distrito de Lisboa ■ No Porto, PSD e PP ratificam acordo para as eleições autárquicas de Dezembro ■ Portugueses residentes no Kinshasa ignoram apelo de António Guterres no sentido de abandonarem a cidade ■ Parlamento Europeu aprova Código de Conduta para os representantes dos lobbies que aí operam ■ Palestinos aceitam o princípio de um encontro com os negociadores israelitas sob a égide dos EUA.

As questões do ensino e da educação dominam a actualidade política.

Um dos motivos que concorre para este destaque é o desaire da actuação governamental na área que Guterres apresentou como a sua paixão, quando iniciou a corrida para o poder.

As propostas de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e de Financiamento do Ensino Superior, em debate na Assembleia, bem como o regresso da luta dos estudantes contra a ameaça do aumento das propinas colocam especialmente em cheque a política do Governo.

Revestem, também, evidente importância as múltiplas iniciativas do PCP sobre as matérias em apreço na Assembleia e sobre toda a problemática do ensino e da educação, onde, a par da contestação e do diagnóstico crítico, os comunistas apresentam consistentes e responsáveis propostas alternativas.

O Encontro Nacional do PCP, realizado no passado sábado, com o lema «Por uma política educativa democrática», ilustrou os esforços desenvolvidos pelos comunistas e pôs em evidência as principais «causas» a que têm prestado maior atenção. Segundo a enumeração feita no encerramento do Encontro, são as seguintes: as alterações à Lei de Bases; o financiamento do ensino superior; os problemas do pré-escolar; as questões da direcção e gestão das escolas e do sistema educativo; a problemática da avaliação dos alunos; a situação das escolas profissionais; a ofensiva privatizadora. Sobre todas estas matérias, como foi sinteticamente demonstrado, há apreciações colectivas, assunção de posições públicas com as respectivas alternativas e uma reflexão que prossegue.

O caso da Lei de Bases do Sistema Educativo é paradigmático. O PCP não se limitou a manifestar a sua oposição às propostas do Governo, por exemplo, em relação ao acesso ao ensino superior - «propiciadoras de uma agravada elitização desse grau de ensino» - ou «em relação ao facto de o Governo ter fomentado divisões artificiais entre universidades e politécnicos».

O PCP apresentou um projecto de lei sobre a matéria, onde além de um desenvolvido capítulo sobre a educação pré-escolar, adiantou as suas próprias propostas em relação ao acesso e ao ensino superior, «nomeadamente para sustentar a indispensável evolução para um sistema único nesse nível de ensino».

O Encontro Nacional do PCP sobre a Educação e o Ensino foi também fortemente crítico da ofensiva privatizadora que o Governo desencadeou nesta área, da sua linha de desresponsabilização do Estado em relação ao ensino público e da subalternização deste.

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, salientou a propósito, ao intervir nos trabalhos: «Nos termos da Constituição e da Lei de Bases do Sistema Educativo, o ensino público constitui o primeiro problema e a principal responsabilidade do Ministério da Educação perante o País.»

No entanto, como foi igualmente observado durante o debate, «ou é travada a política de desresponsabilização do Estado ou dentro em breve o ensino público pode ser supletivo do privado e asfixiado pelos gastos com o ensino privado».

A proposta de lei de Financiamento do Ensino Superior, que será discutida na Assembleia da República no próximo dia 21, é, como foi sublinhado, um dos principais instrumentos desta ofensiva privatizadora. Não é apenas a «lei do aumento das propinas», o que já seria especialmente grave. É um diploma que, como o PCP salientou desde a primeira hora, mantém o efectivo propósito de desresponsabilização do Estado em relação ao ensino superior público e de favorecimento do ensino privado, através do seu financiamento público e do alargamento acelerado das suas vagas. Além disso, não respeita nem reforça o exercício da autonomia democrática das instituições do ensino superior; não dá garantias às escolas que não assegurem a sua suficiência, não contempla os critérios de qualidade, nem garante o financiamento das actividades de investigação; admite mecanismos de financiamento de base concorrencial que podem conduzir ao agravamento de inaceitáveis assimetrias e desniveis.

Esta análise explica as razões do aturado trabalho de esclarecimento que o PCP desenvolve contra a proposta de lei de Financiamento do Ensino Superior Público, tendo

em vista despertar para a sua gravidade a consciência democrática do País de forma a impedir a sua aprovação ou conseguir a sua drástica alteração.

No desenvolvimento deste trabalho de esclarecimento, teve significativa repercussão na comunicação social o alerta lançado por Edgar Correia na Audição sobre a Autonomia do Ensino Superior promovida pelo PCP na Sala do Senado da Assembleia da República, na passada terça-feira.

Segundo o dirigente comunista, «a aplicação do conceito do Governo de estudante elegível pode conduzir já no próximo ano lectivo à redução de cerca de 20 por cento do Orçamento

dos estabelecimentos públicos do ensino superior e à exclusão administrativa de um número de estudantes que não andarão longe dos 40 mil, cerca de um quinto daqueles que frequentam o ensino superior público».

É também especialmente grave que, como foi denunciado, o Governo esteja já a recolher informação nas escolas para a aplicação daquela medida de exclusão mesmo antes da lei ser aprovada pela Assembleia.

Isto é, o Governo prepara a transferência forçada de dezenas de milhar de estudantes do ensino superior público para o privado e tem pressa de fazê-lo.

Além dos interesses de classe, os interesses directos de alguns membros do Governo no ensino superior privado não serão alheios à dimensão da transferência e à velocidade com que se quer fazê-la.

Estão em preparação grandes acções de estudantes contra a lei do Financiamento do Ensino Superior no que toca nomeadamente ao aumento das propinas. Está marcada uma manifestação nacional para o próximo dia 21 diante da Assembleia da República.

A proposta de lei governamental tem, no entanto, uma excepcional gravidade para o futuro do ensino no País e para o próprio País. A luta dos estudantes merece toda a solidariedade da parte da opinião democrática nacional e esta não pode deixar de se mobilizar para impedir que seja introduzido mais um grave aleijão no nosso sistema de ensino, que Portugal pagará caro nas suas presente e futura gerações.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O critério dos "critérios perversos"

Dados do Instituto Nacional de Estatística vindos a público esta semana puseram em xeque recentes declarações da Ministra sobre uma "redução do desemprego".

Anunciara a sra. Ministra uma redução de 7,5% para 7,3%. Mas os dados do INE apontam para 14,4% da população activa em desemprego, num total de mais de 700 mil trabalhadores.

Confrontada com estes dados, a sra. Ministra amou. Mas não os negou. "Explicou" apenas, em declarações à rádio, que se tratava de uma "leitura perversa", devida a "critérios que misturam alhos com bugalhos" e "não têm nada a ver com as percentagens oficiais."

Pergunta-se: os desempregados que não são oficialmente reconhecidos (sejam os alhos ou bugalhos) estarão abusivamente desempregados, apenas para violar a tranquilidade social? Deverá a Procuradoria Geral da República (ou o SIS?) averiguar a perigosidade desses "desempregados por critérios perversos"?

Critério perverso é, certamente, o que leva a EDP a anunciar, como chamariz para a privatização, o despedimento de 5300 trabalhadores (30% do actual quadro) nos próximos 2 anos e meio (DN de 10/5). E perversos são os critérios que

fazem de Portugal o país líder da União Europeia na desigualdade social, como foi constatado no colóquio internacional realizado na Gulbenkian durante a semana passada: os 20% dos agregados familiares mais pobres recebem 6% dos rendimentos, enquanto 20% dos mais ricos recebem 46%.

Os apóstolos da "modernidade" económica atribuirão a estes dados "critérios perversos", ao serviço de ideias obsoletas (justiça social, solidariedade, direitos humanos, etc.).

Para formularem os "critérios correctos" da modernidade, dispõem o Banco Mundial, o FMI, a União Europeia, em todo o mundo, de uma legião de economistas, juristas e filósofos, bem preparados, com altos vencimentos, dispoem de bancos de dados, bases bibliográficas, informação privilegiada, institutos universitários. Têm como prioridade segregar fórmulas, argumentos, dados, ideias pronto-a-vestir. Em nome da modernidade encharcam as ciências, infiltram-se nas mentalidades, geram os axiomas "irrefutáveis" do pensamento único, colonizam o pensamento político, anestesiam o sentido crítico.

Um dos apóstolos desse pensamento único (David Samuelson) formulava há tempos na revista americana "Newsweek"

um desses critérios: a guerra aos pobres acabou, e os pobres perderam-na.

Um dos *slogans* dogmaticamente proclamados por essa ditadura ideológica é a ideia de que, para combater o desemprego e promover o êxito da economia e o bem-estar social, é preciso flexibilizar por completo o mercado do trabalho e liquidar as "velhas" conquistas sociais. Segundo esses critérios, a exclusão social deixou de ser um problema: faz parte do sistema, é um factor previsto, necessário, integrado na normalidade do processo de acumulação do capital. Hoje, ter trabalho é privilégio, ter vocação um luxo.

E para abordar cientificamente os dramas da exclusão e do desemprego - aí estão as "percentagens oficiais" laboratorialmente elaboradas, segundo as quais dos 711 000 portugueses atingidos pelo desemprego (título do DN de 12/5) 289 mil estão automaticamente excluídos da contagem e apenas 422 000 têm direito a ser correctamente contabilizados, segundo os critérios da sra. Ministra do Emprego, devidamente aferidos pela UE, dentro da mais moderna ortodoxia capitalista.

■ Aurélio Santos

Jobs, boys e convites...

Nos últimos dias a comunicação social deu particular destaque às declarações de Carlos Carvalhas em relação à nomeação de um novo lote de *boys* para altas responsabilidades no aparelho de Estado, providencialmente antecipada em relação à entrada em vigor da legislação que sujeita o preenchimento de tais lugares a concurso público. Mais uma prova da "transparência" e da "ética" que o Governo prometera neste domínio, a somar à interminável lista das anteriores nomeações.

Aproximação das eleições autárquicas, com a formação das listas e o natural convite a personalidades de relevo na vida social e cultural, está a transformar-se num novo e privilegiado campo de actuação para alguns responsáveis do PS.

Campo que ganha um preocupante contorno ético quando assume as características do aliciamento pessoal ou quando se especializa em particular na atracção de figuras e de eleitos de outros partidos. Ou quando recorre às trombetas de alguma comunicação social para apresentar as "mudanças de camisola" para o PS como se se tratasse de verdadeiros exemplos civis.

Às anteriores modalidades *hard* juntam-se entretanto outros procedimentos que nem pelo facto de serem concretizados num registo muito mais *soft* melhoram o seu perfil.

É o caso de convites para lugares de natureza técnica que, mesmo em casos de não concretização, estão a ser utilizados para propalar uma pretensa aproximação ao governo ou às suas posições de tal ou tal individualidade, em situações em que claramente isso não se verifica.

Não é revelador, por exemplo, que um assessor de uma das mais altas figuras do Estado, há mais de um mês, tenha procurado "meter" na comunicação social, pelos vistos com algum retardado sucesso, alguns dos "trofeus" do governo, a que acrescentou nomes de pessoas a quem aconteceu terem sido apenas convidados para o desempenho de funções de natureza técnica algures na Administração Pública?

Não é isto expressivo da "ética" do "vale tudo" que está a prevalecer em sectores do Governo e não só?

■ Edgar Correia

CHIRAC o golpista

Com a solenidade de um grande Senhor do Eliseu, Jacques Chirac foi no passado dia 21 de Março à televisão anunciar ao povo francês que, por sua soberana vontade, dissolvia a Assembleia Nacional e marcava eleições antecipadas já para 25 de Maio e 1 de Junho próximos - e não na data própria, em Março de 1998. Será que Chirac não dispunha de uma maioria no parlamento? Nada disso: a maioria da Direita tinha nada menos de 80% dos deputados! Então porquê eleições antecipadas a toque de caixa? A intenção é cristalina, ainda que inconfessada. Como todos os comentaristas, A. Rego Chaves, no *D.N.* de 22/4, explica: Chirac optou "entre o menor de dois males: atendendo à tendência para o crescimento da impopularidade governamental, tornar-se-ia preferível antecipar as eleições a realizá-las na data prevista, altura em que a derrota conservadora seria quase inevitável". Numa palavra: uma *golpada*. Bem pode Chirac dizer que quer "dar a voz ao povo" para garantir "a obra que começámos e que só pode dar frutos com o tempo". Ele sabe que os "frutos" já são amargos hoje e vão amargar ainda mais amanhã. Logo, vá de arriscar, porque quem não arrisca não petisca...

Antes de mais, releve-se a confissão implícita de que o sentimento do povo francês é cada vez mais condenatório da política "maastrichtiana". De seguida, saiba-se que a Direita, prevenida, já dispunha de todo o arsenal de campanha iniciado, enquanto a Esquerda ainda se preparava para os prazos constitucionais. Depois, anote-se a determinação da Direita de, para cumprir os *diktats* de Maastricht (os seus), apertar ainda mais as tarrachas económicas e sociais, à custa das massas populares. Finalmente, por sobre a já de si fraudulenta lei eleitoral (aqueles 80% de deputados foram obtidos em 1993 com apenas 39,6% dos votos), recorre-se aos (exorbitantes) poderes presidenciais para executar o golpe (de mestre? de rins? de Estado?).

Depois, há sempre que pensar na parceria/rivalidade do "eixo franco-alemão". Na Alemanha, as coisas vão tremidas, com o desemprego que não baixa, a retoma sem fôlego, um critério decisivo de Maastricht que não se cumpre - e o chanceler Kohl, para animar as hostes, a anunciar já que se candidatará no Outono de 1998... Na França, as coisas não vão melhor: o desemprego sobe, a produção patina, o Ministério das Finanças estima que este ano o défice orçamental será de 3,8% do PIB e, para 1988, de 4,5%, se novos cortes reais e operações cosméticas não forem feitas... Tente-se pois já solidificar Paris para melhor discutir com Bona. O galo francês não quer baixar a grimpada face à águia alemã.

Com tudo isto, seria de crer que a moeda única e as implicações económicas e sociais desta "Europa" que nos querem fazer engolir iriam estar no coração do debate. Nada disso, por parte da Direita: como disse o ainda ministro da indústria Franck Borotra, não há que "perder tempo em debates intermináveis"... E vá lá de mais uma campanha à *hussardo*, de intoxicação, massacrante, para fazer crer *aux gens*, às gentes, que a engrenagem "maastrichtiana" além de virtuosa (porque há-de dar frutos um dia, lá para as calendas gregas) é inevitável, incontornável e sem alternativa. Conformai-vos, pois, com a vontade divina e deixai os Seus sacerdotes officiar pelas vossas almas na paz do Senhor.

Mas, pese à Direita, *les jeux ne sont pas faits* - nada está decidido: "A direita está a passar dias de grande inquietação, porque a hipótese da sua derrota nas legislativas (...) não pode ser descartada." (*Expresso*, 10/5). As forças da Esquerda, com destaque para os comunistas franceses, estão denodadamente em campo, congregando esforços e esclarecendo alternativas necessárias, possíveis e desejáveis. E depois, os grandiosos movimentos populares que explodiram em finais de 1995, prolongados em múltiplas lutas em 1996, *hão-de acabar por ditar a última palavra na altura decisiva*. Afinal, o pão-nosso-de-cada-dia que nos é devido, é nesta terra que se conquista. Com o suor dos nossos rostos. Com a criatividade do nosso pensamento e do nosso sonho. Com acção e de mãos dadas, humanos que somos.

■ Carlos Aboim Inglês



Foto de Sérgio Morais

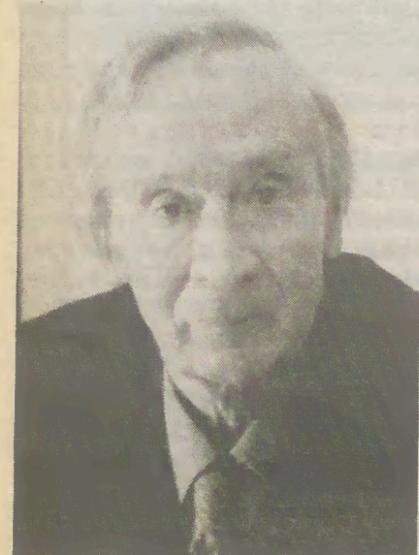
Urbano Tavares Rodrigues: O Ouro e o Sonho

Contando com a presença do Presidente da República, dr. Jorge Sampaio, foi lançado esta semana o livro de Urbano Tavares Rodrigues *O Ouro e o*

manha o seu livro *Vaga de Calor*.

A sessão realizou-se no Auditório 2 da Faculdade de Letras de Lisboa e foi muito concorrida, contando com a presença de escritores e figuras da cultura de diversos quadrantes. A Dra. Maria de Lourdes Câncio Martins, que apresentou a obra em lançamento, apreciou-a contrapondo o mito do Ouro ao mito do Sonho. A actriz Maria do Céu Guerra leu primorosamente páginas do novo romance de Urbano, especialmente a que descre-

ve uma tourada no Campo Pequeno. O autor situou este seu mais recente romance num período de fim do cavaquismo, onde a fúria do enriquecimento se faz sentir e aparecem valores da mesma natureza - e que se mantêm...



Sonho, lançamento promovido pelas Publicações Europa-América e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, acto que comemorou igualmente os 45 anos de carreira literária do autor e o facto de ver agora publicado na Ale-



Sindicatos denunciam privatização da EDP

A FSTIEP, que representa a maioria dos trabalhadores da EDP, manifesta-se altamente apreensiva com os rumores de que, após a anunciada privatização desta empresa pública em Junho próximo, o número de trabalhadores irá ser significativamente reduzido e alguns dos seus direitos diminuídos, como no caso do Fundo de Pensões. «Para alcançar este objectivo inaceitável estão a ser encerrados postos de atendimento a consumidores em várias regiões do País e a serem reestruturadas as centrais eléctricas com implicações na redução de postos de trabalho e na prestação de um serviço público de qualidade», afirma a FSTIEP, alertando que «a privatização da EDP vai trazer graves consequências para

os trabalhadores e consumidores, assim como prejuízos para a economia nacional». E frisa: «Entregar ao capital estrangeiro (já que só este tem condições para ter posições na EDP privatizada) uma empresa que nos últimos três anos deu 190 milhões de contos de lucros líquidos e entregou 115 milhões de contos de IRC ao Estado, é um erro grave do Governo, que empo-

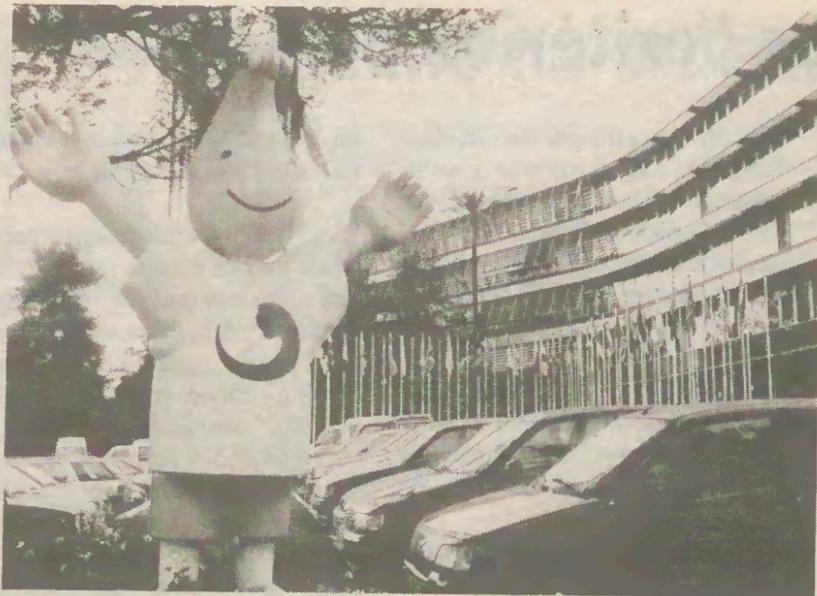
brece o País e beneficia os grandes grupos económicos. Denunciando o gasto de um milhão de contos em publicidade com que o Governo e a EDP estão a mistificar a realidade junto dos consumidores e da opinião pública, o FSTIEP reafirma que «a EDP, empresa pública, é um importante instrumento para o País no sentido do desenvolvimento económico e social».

Máquina derrotada campeão de xadrez

Termina o torneio de seis jogos entre o campeão mundial de xadrez, o russo Garry Kasparov, e o computador «Deep Blue», um gigante da informática produzido pela IBM, com a derrota de Kasparov e a vitória da máquina. A luta durou uma semana e as coisas começa-

ram a ficar difíceis para Kasparov quando desistiu prematuramente no segundo jogo a favor do adversário quando, segundo o próprio e diversos especialistas, poderia ter chegado ao empate. Lançando algumas insinuações sobre a hipótese de o computador

ter sido «ajudado» à margem do tomeio e das regras estabelecidas, Kasparov afirmou: «Aconteceu que um homem, talvez o melhor do mundo, não conseguiu aguentar a pressão. Mas isso nada tem a ver com o facto de o computador ser invencível.»



Timor-Leste na EXPO-98 com Pavilhão de Siza Vieira

Segundo anunciou o dirigente da resistência timorense José Ramos-Horta, Timor-Leste vai estar representado na EXPO-98 através de um pavilhão concebido pelo arquitecto Siza Vieira. O pavilhão ocupará uma área total de 320 metros

quadrados e a sua construção será apoiada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses. Terá por objectivo principal a divulgação da cultura deste território violentamente ocupado pela ditadura indonésia de Suharto. Ramos-

Horta afirmou que o pavilhão vai concentrar-se deliberadamente nos usos e costumes de Timor-Leste, considerando que «isto é mais importante do que o discurso político» e «evitará problemas a Portugal», nomeadamente com outros paí-

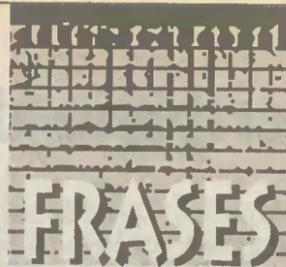
ses participantes e aliados da Indonésia. O dirigente da resistência timorense anunciou ainda que o pavilhão na EXPO-98 «poderá continuar a funcionar como um centro de Timor-Leste em Lisboa após o encerramento da Exposição».



Idosos: mais de metade vive na pobreza

Mais de metade (55 por cento) dos idosos portugueses com mais de 65 anos que vivem sós já estavam, em 1993, abaixo do limiar da pobreza, o que faz de Portugal um triste recordista nesta matéria, no quadro da União Europeia, onde a média dos idosos abaixo do limiar da pobreza se situa nos 27 por cento. Este preocupante diagnóstico da situação dos idosos no nosso país foi revelado no Seminário sobre a Europa Social, numa comunicação de Lídia Barreiros, directora das Estatísticas Sociais e Regio-

nais do Eurostat, o organismo responsável pelas estatísticas comunitárias. A situação em Portugal é igualmente alarmante no que se refere às famílias: enquanto a média das famílias abaixo do limiar da pobreza é, na Comunidade, de 17 por cento - o que dá uma família, em cada cinco, nessas miseráveis condições -, em Portugal a média «salta» para os 29 por cento, o que significa que um em cada três agregados familiares portugueses vive abaixo do limiar da miséria.



“Todas as afirmações que me são imputadas no artigo “Hespanha na língua” são completamente falsas.”

(António Hespanha, em carta à Direcção do semanário «O Independente» - 09.05.97)

“Nem sequer foi abordado, por mim ou por outrem, o tema da substituição do português pelo inglês como língua oficial de Moçambique.”

(idem)

“O Independente lamenta o equívoco e pelo facto pede desculpas a António Hespanha.”

(esclarecimento em «O Independente», 09.05.97)

“(...) será o País tão violento, por contraponto com outros países e outros telejornais, como nos fazem crer as televisões portuguesas e a SIC em particular?”

(Fernando Madrinha, «Página Dois» - «Expresso», 10.05.97)

“Passo a passo, caso após caso, é o jornalismo e não este ou aquele trabalho jornalístico, é a televisão e a imprensa - e não este ou aquele programa ou jornal - a desacreditar-se perante a sociedade.”

(idem)

“É, pois, despropositada a sua (de David Borges) tentativa de se colocar como ofendido guardião de supostos princípios deontológicos, com um pé dentro e outro fora. Naquele espaço (“Os Donos da Bola”) não há princípios nem deontologias. Apenas se trata de disfarçar como jornalismo o que não passa de conversas e rixas de balneário.”

(José António Lima, «Altos e Baixos» - «Expresso», 10.05.97)

“Sílvio Cervan é mais novo do que eu e Girão Pereira. Ele ainda anda há pouco na política.”

(Avelino Ferreira Torres, sobre a crise do PP - «Expresso», 10.05.97)

“O sentido da hierarquia é indispensável à busca da excelência, e a busca da excelência é a essência da educação liberal, a educação para a perfeita “gentlemanship”.”

(João Carlos Espada - «Público», 12.05.97)

“Monteiro tem sido um parceiro de confiança e, na situação em que o País vive, isso é precioso.”

(Manuel Maria Carrilho, Ministro da Cultura - «Diário de Notícias», 05.05.97)

“O Partido Socialista toma hoje posições que se aproximam das minhas de sempre.”

(Freitas do Amaral, «O Mundo de...» Antena 1, 12.05.97)

“O Dr. Mário Soares foi um autêntico visionário quando, logo em 1976, anunciou sem temor e com algum humor que era tempo de pôr o socialismo na gaveta.”

(Narana Coissoró - «Jornal de Notícias», 09.05.97)

“Guterres é mais uma incógnita. Será, ele próprio, a direita ou será de esquerda?”

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 09.05.97)

“(...) a nova maioria envelheceu depressa (...) temos de novo a arrogância como no caso da concessão do aval à UGT, a mesma corrida aos “jobs” por tudo quanto é “boy” do PS.”

(Carlos Carvalhas, no Encontro do PCP sobre Educação, citado em «Público», 11.05.97)



CDU divulga Manifesto Nacional Prosseguir a obra realizada

Inovar com a experiência adquirida

Mais de duas centenas de pessoas, em que se destacavam numerosos eleitos autárquicos, dirigentes do PCP, do Partido Ecologista «Os Verdes», da Intervenção Democrática e destacados independentes, participaram num jantar promovido pela Comissão Coordenadora Nacional da CDU, em Lisboa, durante o qual foi divulgado o Manifesto Nacional da Coligação.

António Galhordas, membro da Coordenadora Nacional da CDU e presidente da Assembleia Municipal de Portel, abriu o período de intervenções em que usaram da palavra Blasco Hugo Fernandes, da ID, Heloísa Apolónia, do PEV, e, a encerrar, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

O primeiro orador referiu-se aos grandes acontecimentos do século, considerando que todos eles foram marcados pela «vontade de luta pelo progresso e justiça social que existe no coração e na mente dos homens desde há séculos». É esta vontade, disse, que anima os homens e as mulheres da CDU «em mais uma luta da nossa caminhada comum para uma sociedade mais justa e progressiva que ambicionamos. É uma luta sem fim, individual e colectiva, social, cívica e política».

Blasco Hugo Fernandes alertou a seguir para os perigos que pairam sobre regime democrático, consagrados no acordo PS/PSD de revisão constitucional. Designadamente, condenou os propósitos que visam atribuir a maioria absoluta das câmaras municipais a um único partido, pondo fim à representatividade pluralismo político nos executivos camarários.

Apelando ao reforço da CDU, Blasco Fernandes caracterizou a coligação como um «espaço aberto» e de «unidade no respeito pela diversidade» mas, ao mesmo tempo, «a força política de resistência a quaisquer tentativas de desvirtuamento do regime democrático». «O reconhecimento das populações pela nossa já longa obra autárquica e inegável superioridade da gestão CDU», disse, «são fortes motivos para termos confiança num expressivo resultado da CDU».

Os novos desafios que se colocam às autarquias na área do ambiente dominaram a intervenção de Heloísa Apolónia. Segundo disse, depois das necessidades básicas se encontrarem praticamente satisfeitas, é necessário «tornar sempre mais aprazível a vivência diária dos indivíduos tendo em conta o ordenamento e a gestão do espaço, garantindo a sua humanização». As autarquias geridas pela CDU, sublinhou, aceitaram este desafio. «Em todas as circunstâncias, a dedicação e o empenho dos eleitos da CDU é grande, é forte, é válido e é sério.»

A encerrar, interveio Carlos Carvalhas que começou por salientar que as próximas eleições são locais, em que «pesam naturalmente os projectos, as propostas, os eleitos, a obra feita, mas também a política geral que se está a viver». Para o secretário-geral do PCP, «muitos trabalhadores que votaram no Partido Socialista porque pensaram que haveria mudança» constatarem hoje que «naquilo que é essencial» os socialistas não se distinguem da política anterior.

Observando que «ninguém gosta que o seu voto seja usado para a continuação de uma política derrotada», Carvalhas constatou que na há na sociedade portuguesa «desencanto, frustração, mas também descontentamento, protesto e luta». Neste quadro, afirmou, irão desenrolar-se as autárquicas. «Nós vamos para estas eleições com grande empenhamento e com grande confiança porque temos um projecto humanista, uma grande obra realizada e, tanto em maioria como em minoria, temos provas dadas de trabalho, honestidade, competência e criatividade.»

O Manifesto divulgado afirma que «a CDU apresenta-se a estas eleições com o projecto de gestão autárquica que tem como bandeira "Trabalho, Honestidade e Competência", confirmado pela experiência de cinco mandatos que atesta a sua justeza e constitui uma base segura para rasgos inovadores futuros, como também é próprio da actividade da Coligação».

O documento define a Coligação como «um espaço unitário, aberto, plural e de esquerda. Respeitando e não esbatendo a identidade de cada força componente - PCP, PEV e ID - e dos numerosos democratas independentes que nela participam e tendo sempre presente a especificidade de cada concelho e freguesia, a CDU desenvolve dinâmicas de trabalho unitário que visam incentivar e incentivam a participação efectiva das populações no processo autárquico e na vida política.

«A CDU, enquanto coligação para o trabalho autárquico, tem carácter permanente, não limita a sua intervenção aos períodos eleitorais, conserva estruturas de coordenação, mantém uma intervenção solidária e sempre que possível articulada entre os seus eleitos, tem uma reflexão própria sobre os problemas e necessidades das autarquias e sobre o trabalho autárquico e as formas de o melhorar»

Uma obra superior

O Manifesto refere-se depois à «superioridade da gestão CDU, em domínios capitais, como são: as acções de planeamento participado e integrado e do ordenamento do território; o desenvolvimento local e regional apesar de todos os constrangimentos que afectam o investimento produtivo; a satisfação, quase plena, das necessidades de redes de infra-estruturas básicas e de sistemas de tratamento de resíduos sólidos e de águas residuais; a construção e gestão de equipamentos colectivos e a diversificação da actividade sociocultural; as relações com os municípios nos planos do atendimento, da informação e da comunicação.

«A CDU mesmo em minoria tem pautado o seu trabalho pela defesa intransigente dos interesses das populações, pela contribuição positiva das suas propostas e iniciativas, pelo trabalho exemplar dos seus eleitos e pela exigência do funcionamento democrático dos órgãos e promoção da participação e fiscalização populares.»

Linhas de força para o novo mandato

Perspectivando o próximo mandato, o texto define como «elementos determinantes da política autárquica»: a preocupação permanente com a melhoria das condições de vida materiais e culturais da população; a dinamização e o reforço da vida colectiva e da democracia participativa; o desenvolvimento integrado nas suas componentes económica, social, cultural e ambiental.

É destes pressupostos que arrancam as linhas de força que a CDU se propõe seguir no próximo mandato, nomeadamente: o planeamento municipal e intermunicipal; o desenvolvimento local e regional; a planificação e gestão adequada dos equipamentos colectivos; a melhoria das condições ambientais da vida urbana e rural; a exigência de maior qualidade no desempenho de todas as funções que competem às autarquias; a promoção e democratização da actividade sociocultural; a modernização, personalização e humanização dos serviços; a melhoria da informação às populações e das formas de relacionamento com elas.

Constitui, ainda, uma componente intrínseca da política autárquica da CDU a atenção privilegiada por ela prestada à progressiva humanização da vida nas cidades e áreas metropolitanas, ao ordenamento do litoral, combinando o desenvolvimento com o respeito pelas suas condições ambientais, e à luta contra a desertificação e pelo desenvolvimento do interior do País.

Pela regionalização! Contra a revisão em curso!

Mais adiante, o Manifesto defende a criação das regiões administrativas e «denuncia as tentativas actuais do PSD para contrapor a regionalização ao municipalismo e salienta que as regiões administrativas podem defender a autonomia municipal das ingerências abusivas da Administração Central, nomeadamente a que está a ser praticada pela via das Comissões de Coordenação Regional».

Numa referência ao PS, o documento frisa que «é pura hipocrisia da parte de quem complicou o processo da regionalização a este ponto, chegando a pôr em causa a sua viabilidade, querer aparecer agora a fingir pressa e a fixar calendários.

«A CDU reafirma a sua convicção de que as regiões administrativas podem desempenhar um papel positivo no alargamento da democracia representativa, no aprofundamento da democracia participativa, no desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental das regiões, na atenuação das assimetrias regionais, na reforma da administração pública, na salvaguarda da autonomia municipal e no reforço da unidade nacional.

«A CDU luta e lutará para impedir que sejam aprovadas tão negativas alterações que representem um recuo desfigurador do Poder Local democrático que temos, com uma tão brilhante folha de serviços prestados ao País».

Uma campanha popular

O manifesto considera a seguir que «a preparação da batalha eleitoral é inseparável da luta dos trabalhadores contra a burla das 40 horas, pelo trabalho e contra o desemprego, por aumento de salários e outras reivindicações capitais. É também inseparável da campanha pelo referendo sobre a moeda única, do combate ao escandaloso programa de privatizações, da acção em defesa do sistema público de segurança social; da luta dos estudantes contra as propinas e por um ensino superior de qualidade. (...)

«A interligação da actividade autárquica da CDU com as lutas específicas dos trabalhadores e das populações é que confere à sua campanha um carácter verdadeiramente popular. Este carácter é também assegurado pelo próprio estilo da campanha que deve assentar num largo quadro de participações, em grandes iniciativas colectivas e no contacto porta a porta, o mais directo possível com as populações».

A CDU está segura da qualidade da sua obra autárquica e do reconhecimento popular de que ela se tornou merecedora. Por isso mesmo, parte confiante para as eleições. Apresenta candidaturas em todos os concelhos e num número muito elevado de freguesias e espera ver confirmadas e reforçadas as suas maiorias, obtendo novas maiorias em municípios e freguesias e novos mandatos, elevando, assim, o número global dos seus eleitos.

A CDU confia, igualmente, que o projecto que propõe aos portugueses será reconhecido com um expressivo reforço da sua votação nacional.

CDU

Candidatos da CDU



Na sessão de Beja participaram centenas de pessoas

BEJA

Na passada segunda-feira, a CDU anunciou a recandidatura de José Manuel da Costa Carreira Marques à Câmara de Beja, durante uma iniciativa que contou com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

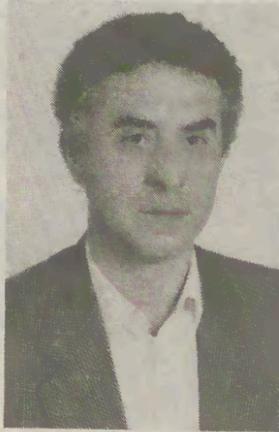
Num município que se tem destacado pela excelência da sua gestão, Carreira Marques deixou claro que a CDU não descansa nesses resultados. «Queremos mais» foi a linha de intervenção do candidato que, à frente de uma equipa que congrega a experiência e a juventude, se prepara para continuar projectos e planos com vista à qualificação de Beja como uma cidade de referência em todos os parâmetros de qualidade de vida.

Na iniciativa intervieram António Bernardo, da Comissão Concelhia da CDU, que fez um balanço deste mandato, enquadrando-o na obra realizada ao longo de 20 anos, sendo seguido pelo médico Bernardo Loff que explicou a sua opção de voto na CDU, afirmando que a coligação «tem criado as condições para que seja bom viver em Beja».

Carlos Carvalhas, depois de salientar a exemplaridade da gestão autárquica da CDU, chamou a atenção para a urgência do desenvolvimento regional e para a inoperância do Governo nesta matéria. Afirmando que o «Programa de Desenvolvimento Integrado do Alentejo», que será tornado público em período eleitoral «para iludir a opinião pública», Carvalhas observou: «quem conhece um pouco do que é o desenvolvimento sabe que não há plano integrado sem a participação das populações, dos agentes económicos, do poder local».

Mais adiante, o dirigente comunista considerou que «no Alentejo não há plano integrado nem há desenvolvimento se não se resolver o problema do uso e da posse da terra, os problemas da água, da agro-indústria e do desenvolvimento industrial».

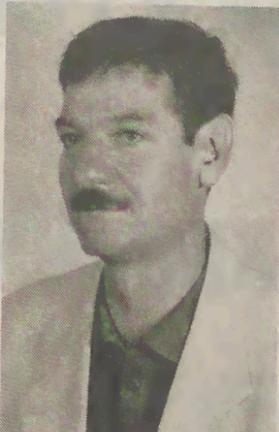
Além da Carreira Marques fazem parte da lista efectiva da CDU à Câmara de Beja, Manuel Francisco Colaço Camacho, engenheiro, vereador em Aljustrel e presidente da Associação de municípios; Vítor Paulo Soares Silva, engenheiro, e vereador em Beja; Maria Manuel Candeias Ramos, antropóloga e membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Zona Sul; Manuel Fernando Vicente Silva, presidente da Direcção da Cooperativa Rádio Voz da Planície; Carlos Alberto Ferreira de Sousa, director do serviço de cirurgia do hospital distrital de Beja; e Sílvia Isabel da Conceição Caixinha Palma Ferreira, membro dos corpos sociais da Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Beja e da Direcção da Associação Juvenil Lêndas de Encantar.



Jorge Gouveia Monteiro

tífico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FIGUEIRA DA FOZ



Nelson Fernandes

Nelson Fernandes e Silvina Queiroz encabeçam as listas da CDU à Câmara e Assembleia Municipal da Figueira da Foz. Nelson Fernandes tem 50 anos, é enfermeiro chefe no hospital distrital da Figueira da Foz, é membro do PCP e integra a Direcção Regional de Coimbra do Partido. Silvina Queiroz tem 44 anos, é professora do ensino secundário e é dirigente sindical no SPRC. Pertence igualmente à Direcção Regional de Coimbra do PCP.

FELGUEIRAS

A CDU divulgou, no passado dia 30 de Abril, o seu cabeção de lista à CM de Felgueiras. O candidato é Vilvaldo Peres, de 46 anos de idade, residente no concelho há 17 anos. Licenciado em História, é vice-presidente do conselho directivo da Escola Preparatória de Felgueiras, membro da Assembleia Municipal, presidente da Assembleia Geral da Associação de Solidariedade Social Bairro João Paulo II e membro da Comissão Concelhia de Felgueiras do PCP.

SANTARÉM

Vicente Batalha e Luísa Mesquita encabeçam as listas da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Santarém. No encontro de apresentação, realizado no final do mês de Abril, participou ainda João

Luís Lopes, mandatário concelhio da Coligação.

Vicente Batalha explicou as razões da candidatura e avançou com um conjunto de propostas essenciais para o desenvolvimento e aumento da qualidade de vida de Santarém.

O candidato à Câmara tem 55 anos, é animador cultural e, desde 1990, presidente da Junta de Freguesia de Pernes onde fundou o Grupo Coral Terra Nostra. Foi candidato pela CDU à Assembleia da República, em 1991.

Luísa Mesquita tem 48 anos de idade, é professora do ensino secundário, membro do conselho consultivo da Organização Concelhia de Santarém, membro da Assembleia Municipal de Santarém desde 1977 e deputada na Assembleia da República.

VIANA DO ALENTEJO



Estevão Pereira

Na passada sexta-feira, durante um jantar que reuniu mais de uma centena de participantes, foi anunciado o cabeção de lista à Câmara Municipal de Viana do Alentejo. Estevão Manuel Pereira é o actual presidente do município e a obra realizada no presente mandato «está à vista», realçou João Garcia, da Comissão Concelhia do PCP.

O cabeção de lista tem 30 anos, é natural e residente no concelho, foi vice-presidente do Sporting Vianense e é membro da Coordenadora da CDU. Na sua intervenção, realçou o papel dos trabalhadores das autarquias, dos agentes sociais e desportivos, bem como o apoio dado pela estrutura da CDU e do PCP.

Presente na sessão, Abílio Fernandes, presidente da CM de Évora e membro do Comité Central do PCP, destacou a importância das próximas eleições e acusou o Governo do PS de praticar uma política que despreza o desenvolvimento do Alentejo e de não cumprir as promessas que fez em 1995.

Na iniciativa foi ainda anunciada a realização de um plenário da CDU no próximo dia 7 de Junho, para apresentação das listas aos órgãos autárquicos do concelho.

Setúbal

«É possível ganhar»

A CDU concorre ao concelho de Setúbal com o objectivo de «voltar a ser a força política mais votada, ganhar a presidência da Câmara e Assembleia Municipal e aumentar o número de presidências de juntas de freguesia» - esta é a principal conclusão saída do encontro concelhio da CDU realizado no passado domingo na cidade sadina com a presença de Jorge Pires, da Comissão Política do PCP, e de Ruben de Carvalho, cabeça de lista à Câmara.

Intervindo no encontro, em que estiveram mais de cem activistas, o candidato manifestou-se convicto de que «é possível a CDU ganhar a Câmara de Setúbal», explicando que «quem está no poder já não quer ou já não pode exercê-lo».

Ruben de Carvalho constatou que «a actual maioria camarária

do PS evidencia claros sinais de desagregação interna. Para além das contradições internas que todos sabem dilacerar a organização concelhia dos socialistas (nas quais a figura do actual presidente da edilidade assume particular relevância) é particularmente significativo que vereadores de especial responsabilidade

Coimbra

Prioridade ao interesse público

«Com a bipolarização e alternância de maiorias no domínio das autarquias pelo PS e PSD têm contribuído para o atraso e perda de peso do distrito no contexto nacional», afirmou Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP, no Encontro da CDU realizado no passado sábado, que contou com a participação de mais de uma centena de activistas do distrito. Como referiu Sérgio Teixeira, «a CDU é uma lufada de ar fresco nesta poluída bipolarização».

Esta realidade está igualmente reflectida na declaração aprovada quando constata que a gestão do PS e PSD «não só não se tem traduzido em benefícios significativos para as populações como tem servido para sustentar e alimentar clientelas partidárias».

Apelando ao reforço eleitoral da CDU, o Encontro frisou que a Coligação «é a única força que dá mais garantias de exercer o poder com ética e isenção, ao serviço do Povo e não pactuando com privilégios instalados».

Entre os objectivos traçados, a CDU propõe-se concorrer a todos os órgãos autárquicos, bem como ao maior número de freguesias e aumentar a votação e o número de eleitos em todo o distrito e consolidar e reforçar as posições nas freguesias em que é maioritária, designadamente em Arzila, Souselas, Torres do Mondego e Santo Varão.

Jorge Gouveia Monteiro, apresentado como o primeiro candidato da CDU à CM de Coimbra, interveio no encontro para realçar que «o povo de Coimbra precisa que à frente dos destinos da sua Câmara esteja sempre o interesse público». O candidato elencou os principais problemas da cidade e afirmou que só com um grande aumento da votação na CDU será possível encontrar as soluções necessárias: «é preciso eleger garantes da prioridade ao interesse público», disse Gouveia Monteiro.

Um olhar sobre o Porto

A CDU/Porto promoveu no passado sábado uma reunião que reuniu técnicos e especialistas, autarcas e criadores culturais para debaterem o urbanismo, o ambiente, o património e a animação cultural, a actividade económica, a escola e a investigação, a sociedade num «olhar sobre o futuro» da região.

Jorge Sarabando abriu os trabalhos considerando que o momento actual é «o tempo limite para o desenho de uma nova estratégia de desenvolvimento para a região».

Durante a iniciativa intervieram os arquitectos Domingos Tavares, Luís Viegas e Alcino Soutinho, o engenheiro José Cavalheiro, Ilda Figueiredo, vereadora na CM do Porto, e António Luís, vereador na CM de Gondomar, abordando os problemas do urbanismo.

Outros temas foram ali trazidos pelo engenheiro da Telecom, Álvaro Tavares, pelo dirigente associativo Alberto Andrade, pela arquitecta Anni Gunther, pelo professor universitário João Teixeira Lopes, pelo professor Vítor Santos. Antes de Rui Sá encerrar o seminário, usaram ainda da palavra Francisco Teixeira, técnico superior da DRARN, e Jorge Cordeiro, jornalista do JN, entre outros.

CDU

na Câmara»

na equipa durante mais de uma década catastroficamente à frente dos destinos da Câmara tenham já anunciado que vão abandonar o barco. No seio da maioria no poder há já, à evidência, quem não queira exercê-lo.

Caracterizando a política da maioria PS como «incompetente, perdulária e arrogante», o candidato sintetizou em três grandes linhas o projecto político da Coligação para Setúbal: «desenvolvimento, participação e coordenação e cooperação». Depois de pormenorizar o conteúdo destas orientações, Ruben de Carvalho avançou com o compromisso formal da CDU de concretização no primeiro semestre da nova maioria da CDU um conjunto de três medi-

das essenciais: levantamento rigoroso da situação económico-financeira do município e definição de medidas incluindo um plano de saneamento económico e financeiro; conclusão do processo de consultas iniciado durante a campanha eleitoral para apresentação à população de um plano de desenvolvimento de Setúbal, (em que se destacam questões como o plano portuário, a Lisnave-Solisor, o empreendimento de Tróia, o plano turístico da orla atlântica e da serra da Arrábida, do PDM); implementação imediata do Conselho Municipal da Juventude, do Conselho Municipal da Educação, do Conselho de Património e Cultura.

Por fim, Ruben de Carvalho



afirmou que «recuperando a rica tradição de transparência e de democracia que Setúbal conheceu já, será desde a nossa entrada nos Paços do Concelho restabelecido o dia semanal de recepção aos eleitores que durante anos o nosso camarada Francisco Lobo introduziu na cidade».

Para além da resolução aprovada e das muitas intervenções feitas, o Encontro reclamou a imediata informação à população do concelho e em particular aos trabalhadores da Secil e a outros agentes sobre a eventual escolha daquela unidade fabril para a incineração de resíduos industriais.

Em Loures

CDU prepara programa eleitoral

Mais de 200 activistas e apoiantes da CDU no concelho de Loures reuniram-se no passado sábado, na escola secundária de Odivelas, numa jornada inserida no quadro de preparação do programa eleitoral para o próximo mandato. Reflectir sobre o trabalho realizado e definir as grandes linhas de orientação para o futuro constituíram os dois tópicos que dominaram a agenda dos presentes. Foi um debate que permitiu, sobretudo, numa atmosfera de grande confiança, passar em revista ao longo do dia, nas mais de duas dezenas de intervenções produzidas, todas as grandes questões

que envolvem a intervenção municipal, e, por essa via, garantir o apuramento de um conjunto de contributos que não deixarão de enriquecer as linhas de acção e propostas a submeter em Dezembro próximo aos eleitores.

Para o significado democrático desta discussão, aberta, com a participação das populações, em torno dos seus problemas e da realidade concelhia chamou a atenção o dirigente comunista Luís Sá, que interveio no final, pondo em destaque a «política de honestidade da CDU» e o facto de o programa eleitoral ser um compromis-

so «para cumprir e não para enganar as pessoas».

Demétrio Alves, que se recandidata à presidência, abordando a questão das novas competências e atribuições das autarquias, realçou a absoluta necessidade de serem acompanhadas dos correspondentes meios financeiros, salientando, por outro lado, a importância de «dar um salto qualitativo no próximo mandato». Entre os grandes objectivos visados no próximo acto eleitoral, de acordo com a revelação feita por Demétrio Alves, está também a «reconquista de Odivelas», alvo que considerou «fundamental».

Aveiro

Mais votos e mais eleitos

A obra da CDU é «resultado da acção, dinâmica e criadora de uma grande força política (...) com milhares de eleitos que intervêm em situações de minoria e milhares de outros nos 49 municípios e 316 freguesias em que a CDU é maioria» - realça a declaração aprovada no passado sábado pelo encontro distrital de Aveiro, que contou com Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e registou presença de mais de uma centena de activistas.

A mesa que presidiu aos trabalhos era formada por Carlos Carvalhas, Manuel Moreira Rodrigues, presidente da Junta de Freguesia de Pedrido, Nuno Teixeira, da Comissão Distrital da JCP, João José Ferreira, do PEV, Maria Manuela Silva e António Salavessa, ambos do Comité Central e da DORAV do PCP.

A intervenção de abertura coube a António Salavessa que responsabilizou o PSD, o CDS-PP e o PS, forças que têm domi-

nado as autarquias do distrito, com excepção de algumas freguesias, pela «incapacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentado» da região.

António Salavessa referiu mais adiante a ausência de um «efectivo planeamento estratégico», a «quase inexistência de acções coordenadas entre municípios» e a «insuficiente pressão regional junto do poder central e das comissões de coordenação regional para a resolução de questões fulcrais do desenvolvimento».

As autarquias do distrito «primam ainda pela dificuldade em promover a participação quer institucional quer popular», continuando a verificar-se exemplos de «falta de transparência» e «inúmeras decisões contra os interesses das populações».

«Começa a ser naturalmente reconhecido que se fosse maior o número de eleitos da CDU, a situação seria diferente», afirmou António Salavessa, desta-

cando a acção positiva dos eleitos da Coligação no distrito, apesar de estarem «quase todos em minoria».

Como objectivos, o Encontro definiu a apresentação de listas a todos órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias; a confirmação e alargamento das posições da CDU e o aumento do número de freguesias de maioria CDU.

Embora actualmente a Coligação tenha apenas um vereador em Espinho, são muitos os concelhos que colocam como meta a recuperação de vereadores ou mesmo a sua eleição pela primeira vez, caso de Águeda e Aveiro.

«Mais votos, mais eleitos e mais autarquias de maioria CDU são a garantia de uma melhor resposta às necessidades e aspirações das populações locais e aos desafios de um efectivo desenvolvimento regional», afirma o texto da declaração aprovada.

PCP



Debate promovido pelo PCP Toxicodependência no virar do século

No passado sábado, realizou-se num hotel da Costa da Caparica, em Almada, um debate promovido pelo PCP subordinado ao tema «No virar do Século, Toxicodependência e Sociedade», nele participando diversos especialistas, eleitos autárquicos, representantes de associações, instituições e entidades oficiais ligadas à luta contra a toxicodependência e o narcotráfico, além de deputados da Assembleia da República, do Parlamento Europeu e dirigentes do PCP. A iniciativa contou ainda com a presença de Maite Martínez Pardo, membro da presidência da Esquerda Unida, de Espanha, e representando o Grupo de Drogas e Narcotráfico desta organização.

O debate foi promovido pelo Grupo de Trabalho do PCP para as Questões da Toxicodependência e do Narcotráfico, decorreu de manhã e de tarde e lançou à discussão cinco grandes temas sobre a matéria: I - «as causas da toxicodependência e as características da sociedade que estão na raiz da sua proliferação»; II - «os mecanismos da dependência e os efeitos da droga»; III - «os caminhos e o direito do Homem ser livre da dependência e a recusa da resignação e da fatalidade»; IV - «as disparidades entre o discurso e a realidade da acção dos poderes dominantes na prevenção da toxicodependência»; V - «a exigência de programas efectivos para a prevenção, o tratamento e a reinserção».

Os trabalhos foram dirigidos por Manuela Pinto Ângelo, membro do CC e do Grupo de Trabalho do PCP para as Questões da Toxicodependência e Narcotráfico, e foram abertos pelo deputado do PCP ao Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, que lançou a discussão referindo o quadro internacional da luta contra a toxicodependência e o narcotráfico e as possíveis iniciativas a tomar no Parlamento Europeu sobre esta matéria.

Na parte da manhã, falaram diversos especialistas, nomeadamente os psicólogos Armando Miradores e Dinis de Almeida, o médico Manuel Coelho e Luísa Raposo, do Grupo de Trabalho do PCP que organizou a iniciativa. À tarde as intervenções abriram com Maria Amélia Guerra, toxicologista e membro do Grupo de Trabalho do PCP, seguindo-se-lhe Maite Martínez Pardo, que apresentou a perspectiva da Esquerda Unida nestes problemas, citando exemplos e situações e traçando o «Atlas mundial da droga».

O debate prosseguiu com qualificadas intervenções do sociólogo (e ex-investigador da Polícia Judiciária) Moita Flores, do médico João Goulão, presidente do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT), de Duarte Silva, inspector aposentado da Polícia Judiciária, Carlos Gonçalves, membro do CC e do Grupo de Trabalho do PCP, Durão de Carvalho, também do Grupo de Trabalho do PCP, e António Filipe, deputado do PCP e presidente da Comissão Eventual da Toxicodependência na Assembleia da República. Usaram ainda da palavra, em inscrições finais, Eduardo Marques, Luís Andrade e Margarida Correia.

Uma situação de emergência que exige medidas excepcionais

Os trabalhos foram encerrados com uma intervenção de Francisco Lopes, da Comissão Polí-

tica e do Secretariado, assinalando que, também aqui, «o PS está a prosseguir a política do PSD nos seus aspectos essenciais», política que «tem impedido o Estado de assumir as suas responsabilidades nesta área». E enunciou algumas falhas gritantes: faltam centros de atendimento a toxicodependentes («o tempo de espera para as primeiras consultas em alguns CATs chega a atingir os 4 e os 6 meses»), faltam comunidades terapêuticas («as da rede pública têm uma capacidade que não ultrapassa as 60 camas»), faltam apartamentos de saída e programas de reinserção social, faltam meios para um eficaz combate ao tráfico e, particularmente, ao branqueamento de dinheiro, tal como faltam meios financeiros.

«Por isso temos dito e dizemos que não se pode falar de luta perdida contra a droga porque, à parte algumas medidas, muitos discursos e muita encenação, ela não foi travada com a determinação, a coerência e a vontade política que é necessária», acentuou Francisco Lopes, recordando que «no PCP estamos abertos a discutir diversos caminhos, espamos abertos a considerar diversas soluções, desde que contribuam para evitar que mais pessoas entrem no caminho da dependência das drogas.»

A este propósito criticou as recentes declarações de Almeida Santos sobre a liberalização das drogas pelo que significam de «aceitação passiva e resignada da sociedade actual», uma «sociedade doente» contra a qual, segundo tais declarações, parece nada poder fazer-se, admitindo por isso a distribuição de droga «em termos tais que parecem considerar aceitável considerar seres humanos zombies». Isto, obviamente, «sem pôr em causa que se debatam as estratégias mais eficazes para a prevenção, que se encontrem soluções para toxicodependentes terminais e que se procure uma estratégia para a redução dos riscos na saúde dos indivíduos e da sociedade».

«Depois das expectativas criadas com a definição da droga como inimigo público número um, passados três meses sobre o Dia D, sem que nada de verdadeiramente decisivo tenha acontecido para alterar a situação existente, fica provado que não bastam definições ou «Dias D», que são precisas acções e medidas concretas e, acima de tudo, uma nova política.»

Neste ponto, Francisco Lopes fez questão de assinalar que «vivemos uma situação de emergência, o que exige medidas excepcionais, de acordo com a dimensão do problema».

ÉVORA

Desemprego estruturante aumenta

Numa reunião para avaliar a situação social do distrito, a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP saudou a participação combativa e crescente dos trabalhadores em defesa de melhores condições de vida e de trabalho e apelou à participação dos trabalhadores comunistas nas acções do STAL e do MARD, respectivamente, marcadas para os próximos dias 19 e 27 de Maio.

Chamando a atenção para a demagogia do Governo e de dirigentes distritais do PS no que se refere à situação do emprego, o PCP diz que se é verdade que a abertura de uma unidade da Siemens em Évora pode vir a criar 400 postos de trabalho é também verdade que aumentou o desemprego estruturante e o número de trabalhadores à procura do primeiro emprego e que, com o encerramento da Melka e da Portucel e os despedimentos da Lee e de outras empresas, são destruídos cerca de um milhar de postos de trabalhos directos.

Face à situação, os comunistas exigem da CCRA e do Governo o reforço do Programa Operacional do Alentejo em mais 25 milhões de contos e desafiam a Federação Distrital do PS para um debate público sobre a política do Governo e as medidas necessárias para o distrito.



O Secretário-geral do PCP, durante a sua visita aos CTT, ouviu as preocupações dos trabalhadores da empresa sobre a situação da mesma



Na visita ao CNP, Carlos Carvalho e Edgar Correia tiveram ocasião de expor os contornos do regime de Segurança Social que os comunistas defendem

Carlos Carvalho denuncia escândalos de nomeações

O escândalo das nomeações feitas pelo Governo foram denunciadas pelo Secretário-geral do PCP durante uma visita ao Centro Nacional de Pensões.

Acompanhado do deputado Lino de Carvalho, de Alexandre Teixeira, do Comité Central, e de membros da Direcção do Sector Público da ORL, o Secretário-geral do PCP visitou na manhã do passado dia 8 de Maio os CTT em Lisboa. Depois de uma reunião com as Organizações representativas dos trabalhadores dos CTT, Carlos Carvalho encontrou-se com a Administração da empresa.

No mesmo dia, da parte da tarde, acompanhado de Edgar Correia, da Comissão Política, o secretário-geral do PCP, para assinalar o Dia Nacional da Segurança Social, visitou também o Centro Nacional de Pensões, onde manifestou as preocupações do PCP sobre a crescente desresponsabilização do Estado em relação à Segurança Social.

Na CNP, falando aos jornalistas, Carlos Carvalho fez alguns comentários a propósito dos empregos de confiança política e das nomeações feitas pelo Governo.

«Há um ano, o sr. Ministro Adjunto Jorge Coelho afirmava com pompa e circunstância na Assembleia da República que o Governo queria uma Administração Pública democrática, desburocratizada, despartidarizada e desgovernamentalizada», disse Carvalho.

Mas, «depois dessa intervenção, o Governo fez mais de 4000 nomeações. Mas mais. Já depois da aprovação da proposta de lei - uma das principais "bandeiras" da campanha de António Guterres - que estabelece o concurso público na selecção de directores de serviço e chefes de divisão, o Governo continuou na mesma prática fazendo-se de "Frei Tomás".

Para quem falava em "moralizar" a Administração Pública e em "ética de comportamento" o que se exigia era que, pelo menos, logo após a aprovação da lei qualquer nomeação sujeita a concurso público ficasse congelada... É o ficas».

E o Secretário-geral do PCP deu alguns exemplos:

«Das 49 nomeações feitas pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais desde 20.3.97, 11 Directores de Serviço e equiparados e 28 Chefes de Divisão e equiparados, num total de 39, seriam obrigatoriamente nomeados por concurso, caso a lei já estivesse a ser aplicada.

O Ministro das Finanças também fez 11 nomeações das quais pelo menos 3 teriam de ser por concurso se a lei estivesse em vigor.

O Ministro da Justiça fez 28 nomeações, pelo menos 7, teriam de ser por concurso.

O Ministro da Cultura das 19 nomeações que fez, pelo menos 8 teriam de ser sujeitas a concurso.

O Secretário de Estado da Segurança Social, Ribeiro Mendes, das 20

nomeações que fez, pelo menos 9 teriam de ser feitas por concurso se a lei já estivesse em vigor.

O Secretário de Estado da Administração Pública, «sabendo da poda», nomeou antes da aprovação da lei na Assembleia da República. Das 11 nomeações, 9 seriam obrigatoriamente sujeitas a concurso pela nova lei. Fê-las entre 13 de Fevereiro e 10 de Março de 1997. É o que se chama ter boa pontaria...».

Por fim, e «por tudo isso», Carlos Carvalho convidou o Primeiro-Ministro e o Ministro Adjunto Jorge Coelho a dizerem publicamente «se isto é ou não verdade, se isto não é uma vergonha, nomeadamente depois do que andaram a afirmar...».

SANTA MARIA DA FEIRA PCP festeja 76.º Aniversário

Prosseguindo as comemorações do seu 76.º aniversário, o PCP de Santa Maria da Feira realizou, no passado dia 5 de Maio, um jantar-convívio, com a participação de Aurélio Santos, da Comissão Central de Controlo do CC, que juntou cerca de 70 pessoas.

No fim do jantar, que decorreu num ambiente de fraternidade, optimismo e confiança, Manuela Silva, do Comité Central, teceu algumas palavras alusivas à data, seguindo-se-lhe Aurélio Santos que, num improviso, focou, entre outros assuntos de interesse nacional, o descontentamento que existe em muitos socialistas que se consideram enganados pelas promessas do PS nas últimas eleições. Para conquistar esse eleitorado descontente, Aurélio Santos defendeu o empenhamento de todos os comunistas nas próximas autárquicas.

Passava da meia-noite quando os convivas abandonaram a sala e se dirigiram ao Centro de Trabalho, onde decorrem obras de beneficiação e restauro de um Pavilhão que visa criar aos jovens, muitos dos quais tendo há pouco aderido ao PCP, melhores condições de trabalho.

BRAGANÇA

Uma política desajustada da realidade

As Organizações Regionais de Bragança e Vila Real do PCP, em reunião conjunta realizada em Mirandela, debruçaram-se sobre os problemas mais prementes da Região.

Em relação à política do PS para Trás-os-Montes e Alto Douro, consideram que é de «muitas declarações, muitas visitas, muita festa e folclore, mas pouca obra e quase zero no cumprimento de promessas». Uma política «desajustada das realidades» que procura disfarçar a falta de soluções para os problemas mais graves da região. Uma política que aprofunda a degradação da estrutura produtiva, faz aumentar o desemprego e é «claramente impotente para travar o processo de desertificação».

Chamando a atenção para a distribuição de subsídios e apoios e para a fuga e diminuição dos serviços públicos da região, os comunistas perguntam «o que têm feito os eleitos da região para justificar a maioria de votos que receberam».

Tudo isto exige uma forte manifestação de protesto e uma profunda ponderação, dizem, apelando à participação dos transmontanos e durienses na luta em defesa do desenvolvimento regional e da criação da Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro, e à confiança nos que «trabalham com seriedade e dedicação» pela região e pelo povo.

LISBOA

TAP sofre campanha de desinformação

Depois de assumir as funções de Presidente do C.A. da TAP «no pressuposto da empresa não ser segmentada nem privatizada», o eng.º Ferreira de Lima vem agora manifestar a sua preocupação pela possível inviabilização do processo de privatização, pelo facto de «nem todos os parceiros sociais» se prestarem a «sacrificar os trabalhadores no altar dourado da moeda única», denuncia a célula da TAP do PCP.

As mesmas preocupações não existem, contudo, relativamente aos prejuízos a suportar pelos contribuintes, ao pagamento de vultuosas indemnizações a anteriores gestores - que afastados por indícios de corrupção não viram ainda encerrado os respectivos processos, ou à escandalosa publicidade feita na Televisão para manipular a opinião pública contra um grupo profissional da empresa.

Face ao desenrolar dos acontecimentos, os comunistas da TAP alertam os trabalhadores e a opinião pública para a grande campanha de desinformação que pode estar em curso no sentido de criar as condições para a tomada de decisões gravosas para os trabalhadores e para a empresa.

INETI

Um relatório que serve desejos privatizadores

Depois de a Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP ter tomado posição pública sobre a necessidade de se consolidar e desenvolver o valioso património do INETI, no sentido da transformação qualitativa estruturante da indústria nacional, é agora a célula do PCP que manifesta as suas preocupações sobre o conteúdo do relatório da Comissão Portuguesa de Acompanhamento do INETI, recentemente divulgado.

A Comissão e o ministro Mateus, na sua pretensão de transformar o INETI numa «empresa pública» prestadora de serviços ou numa «sociedade anónima de capitais públicos» - a um passo da privatização total - assumiram já que «tendencial e progressivamente, o INETI deve ser despojado de estrutura própria, material e humana de investigação científica e desenvolvimento tecnológico» de modo a «passar a optar sistematicamente por uma política de subcontratação».

De igual modo defendem que este valioso património deva ser exclusivamente utilizado em benefício da competitividade das «Indústrias Nacionais», devendo toda e qualquer actividade de I&DE, de que o INETI tem grandes tradições, passar a ser realizada por outros organismos já existentes. Para tanto sugerem que o quadro de pessoal afecto a actividades de I&DE seja transferido ou então «implementada a negociação de reformas antecipadas ou de outros mecanismos adequados para o apoio social (...)».

Com estas posições, a Comissão de Acompanhamento - afirmam os comunistas - não só ignora as opiniões dos trabalhadores do INETI como ultrapassa totalmente a lei Orgânica do Ministério da Economia, recentemente elaborada, que atribui ao INETI objectivos de I&DE.

Mais uma vez se está a avançar para uma reestruturação que, como outras, tem contribuído para a difícil situação actual do INETI, diz o PCP, defendendo a urgente convergência de vontades e o desenvolvimento da luta contra os processos em curso de desmantelamento do Instituto e de privatização das funções sociais do Estado.

Madeira

Direitos da Criança em discussão

Preocupados com a frequente violação dos direitos da criança, os deputados eleitos nas listas CDU na Região Autónoma da Madeira entregaram no passado dia 5 de Maio na Assembleia Legislativa Regional duas iniciativas legislativas visando a protecção da criança e a criação de meios que efectivem o reconhecimento desses direitos.

Nos seus considerandos é sublinhada a importância de «preparar plenamente a criança» para ser educada no «espírito dos ideais proclamados na Convenção sobre os Direitos da Criança», e em particular num «espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade». E é com vista, precisamente, à definição de medidas para a protecção e o desenvolvimento harmonioso da Criança na Madeira que uma das iniciativas apresentadas pelos deputados eleitos pela CDU na Assembleia Legislativa Regional - um Projecto de Resolução - vai no

sentido de esta deliberar promover ainda na presente sessão a realização do **Parlamento da Criança**, que deverá contar com a participação de representantes das Crianças da Região Autónoma da Madeira e de convidados com reconhecido trabalho público na defesa dos interesses da criança. Parlamento de que deverão sair propostas de acção e perspectivas de programas e projectos visando o bem-estar das crianças da Região, em especial das que pertencem às camadas mais desfavorecidas.

A outra iniciativa - um projecto de decreto Legislativo Regional - visa a criação de um **Conselho Consultivo para a Criança**, que garanta às crianças da Região Autónoma da Madeira, através de representantes seus previstos no decreto, a possibilidade de exprimirem livremente as opiniões sobre as questões que lhes respeitam, de acordo com as suas idades e maturidade.

Encontro Nacional sobre Educação e Ensino

Comunistas não pactuam com situações de injustiça

Realizou-se no sábado passado, no Hotel Continental, em Lisboa, um Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino. Os trabalhos, que decorreram numa sala sempre cheia, contaram, durante a manhã, com a presença de Carlos Carvalhas, que interveio no final do primeiro painel (ver extractos nesta página). Coube a Edgar Correia, membro da Comissão Política, a intervenção de encerramento do Encontro.

No Encontro - realizado para fazer o diagnóstico da situação e encontrar alternativas - muitas foram as interrogações colocadas, traduzindo as preocupações e problemas com que os protagonistas do processo educativo se confrontam e para os quais - necessário encontrar resposta.

O acesso e sucesso escolar, o ensino público e o ensino privado, as provas globais e exames nacionais, a avaliação dos modelos de gestão das escolas, a formação de professores, os currículos alternativos e a dimensão política dos currículos foram alguns dos temas abordados.

Uma oradora propunha-se, inclusive, fazer um dicionário de «porquês», tais os problemas com que designadamente se debatem as regiões do interior: escolas isoladas e degradadas, transportes públicos desfasados

dos horários escolares, alimentação deficiente...

A desresponsabilização crescente do Estado, que ou é travada ou leva dentro em breve a que «o ensino público seja supletivo do ensino privado», e os currículos, de que não se pode falar separadamente da avaliação dos modelos de gestão das escolas e da sua capacidade de desenvolver dinâmicas próprias, foram também motivo de reflexão.

«Havendo a presunção de que a escola forma o carácter e interveio na construção da própria sociedade», o que se pretende, afinal, dos alunos? É, perguntava uma oradora, defendendo para os professores, a par de uma vertente técnica, uma outra de autonomia e enquadramento ético?

E enquanto um dos participantes afirmava que um «ensino democrático é necessariamente

um ensino de qualidade», uma jovem denunciava a «avaliação» que hoje existe como um «processo de marranço» e a falta de informação existente como uma forma de dificultar o acesso às escolas.

«Que geração queremos no futuro? De cidadãos conscientes, cultos, capazes de progredir em relação às necessidades cada vez maiores em termos profissionais, que os ritmos vertiginosos a que as situações hoje se alteram impõem, ou apenas uma geração de "doutores?"», perguntava outro orador.

Mas o dedo na ferida foi colocado por um dos presentes ao afirmar que «não pode haver resolução para os problemas da educação se não se resolverem os problemas sociais», já que as diferenças de acesso são geradas logo à partida pelas diferentes situações económicas, culturais dos jovens.

Uma sociedade em mutação

A encerrar os trabalhos, Edgar Correia começou por afirmar que se impõe a consciência de que «estamos perante uma realidade cuja complexida-



Encontrar novas respostas para problemas novos, numa sociedade em mutação, foi um dos objectivos do Encontro Nacional

de é muito grande e que cada um, individualmente, tem dificuldade de abarcar só a partir da sua própria experiência ou da sua reflexão isolada», disse ainda, acrescentando que as coisas mudaram e «o nosso entendimento anterior não é suficiente para as compreender».

O Encontro foi assumido como um espaço de debate, sem uma dimensão conclusiva, disse Edgar Correia. Primeiro, porque não foi convocado para encerrar nada; segundo, porque têm vindo a ser expressas opiniões e

interrogações que aprofundam zonas novas de problemas, designadamente no cruzamento da sociedade altamente contraditória de hoje com as funções da educação em aprofundada mutação; terceiro, porque a reflexão já iniciada para a produção de um documento sobre a dimensão das questões educativas se propõe também aprofundar o enquadramento destas nas mutações que se verificam na sociedade portuguesa.

Para um partido político como o PCP, que «não se con-

forma com as injustiças», que «prosegue um programa e um ideal transformador, as questões de elaboração teórica, a partir do real, constituem um trabalho de decisiva importância».

Passando em revista algumas das causas a que os comunistas têm prestado maior atenção, Edgar Correia focou as alterações à Lei de Bases, o financiamento do ensino superior, os problemas do ensino pré-escolar e a direcção e gestão das escolas e do sistema educativo, entre outras.

Governo PS subalterniza educação pública

Na intervenção que proferiu durante o Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino, Carlos Carvalhas, referindo ser este um dos sectores onde mais goradas foram as expectativas de mudança abertas pelo PS, denunciou a política do actual Governo que, nas questões mais fundamentais e estruturantes, segue a política do PSD

«(...)

Quantos professores e alunos não acreditaram nas palavras do deputado António Guterres quando este declarava na Assembleia da República a sua «paixão» pela educação!

Quantos estudantes não acreditaram nas suas palavras proferidas na Universidade de Coimbra, quando defendia a «suspensão das propinas» enquanto não houver um sistema fiscal que permita uma avaliação mais justa do património das famílias ou quando afirmava «sou a favor do casamento monogâmico e, por isso, paixão tenho uma, neste momento a minha paixão é a escola!».

Como se vê a paixão já lhe passou. O divórcio foi rápido.

(...)

A «nova maioria» envelheceu depressa.

Aí temos de novo a arrogância como no caso da concessão do aval à UGT, as mesmas negociações do passado fora da Assembleia da República quanto à Revisão da Constitucional, as mesmas utilizações do aparelho de Estado para fins partidários, a mesma dança de governadores civis e membros do Governo utilizando os «sacos azuis» em pré-campanha autárquica, a mesma corrida aos «jobs» por tudo quanto é boy do PS!

Se há sector onde as expectativas de mudança abertas pelo PS, antes das legislativas, contrastam de forma flagrante com uma política que, no seus aspectos essenciais, continua as orientações neoliberais e mantém intocados os principais problemas existentes, esse sector é sem dúvida o da educação.

A linha de desresponsabilização do Estado e de subalternização da educação pública regressou com toda a força.

E voltou-se também à gestão corrente e rotineira dos problemas. E no discurso oficial reapareceram tanto os traços de autoconvencimento como de inoperância.

Importa recordar que, se no pré-escolar a lei-quadro recentemente aprovada pela Assembleia da República consagrou o princípio da gratuitidade da componente educativa, o que é muito positivo para a democratização da sua frequência, isso aconteceu expressamente contra a posição do Governo e contra o sentido de voto dos deputados do PS. E que na concretização da expansão do pré-escolar o Governo aparece claramente a privilegiar o papel dos estabelecimentos privados, em detrimento do indispensável desenvolvimento da rede pública.

No ensino superior são conhecidas as principais críticas que dirigimos à proposta da lei do financiamento apresentada pelo Governo e que dentro de pouco mais de uma semana irá ser debatida na Assembleia

da República. É o regresso do aumento das propinas, violando o princípio constitucional da progressiva gratuitidade do ensino público e sobrecarregando ainda mais os já pesados orçamentos de muitos estudantes e suas famílias. É o ataque à autonomia das instituições do ensino superior e a imposição de métodos de comando burocrático-administrativo através dos mecanismos do financiamento, como é patente nos conceitos propostos de «estudante elegível» e de «curso elegível». E é também a linha do crescente financiamento público dos estabelecimentos de ensino privado.

Estado desresponsabiliza-se

No que respeita ao ensino privado, importa observar que o PCP, sem deixar de considerar o ensino público como fundamental, não nega o seu espaço próprio e não desvaloriza a liberdade de aprender e de ensinar que a Constituição justamente consagra. Mas há obrigações legais que o ensino privado deve respeitar e que o Governo deve fazer respeitar, de modo a serem garantidos os níveis de qualidade dos seus cursos e o valor dos diplomas por eles conferidos. É disso tudo que se trata quando nós enfatizamos, como vimos fazendo, a questão da defesa dos direitos dos alunos desse sector educativo.

Nos termos da Constituição e da Lei de Bases do Sistema Educativo, o ensino público constitui o primeiro problema e a principal responsabilidade do Ministério da Educação perante o país. As linhas de progressiva desresponsabilização do Estado na área educativa e de privatização da educação que o Governo vem seguindo, não estão apenas em conflito com essa obrigação constitucional e legal. Elas limitam, objectivamente, a capacidade nacional para vencer os profundos atrasos educativos com que o país está confrontado. E as concepções reinantes sobre uma escola pública mínima, fora da qual deveria ser procurado um ensino de qualidade, a prevalecerem significariam uma ainda maior acentuação das discriminações sociais e das crescentes desigualdades que atingem a população portuguesa.

Se há sector onde as expectativas de mudança abertas pelo PS, antes das legislativas, contrastam de forma flagrante com uma política que, no seus aspectos essenciais, continua as orientações neo-

liberais e mantém intocados os principais problemas existentes, esse sector é, sem dúvida, o da educação.

Mas em vez da preocupação com o conteúdo do ensino, com o fim dos *numerus clausus*, com as saídas profissionais e o emprego, o Governo preocupa-se com as propinas para arrecadar mais umas receitas a serem consumidas na voragem da marcha forçada para a moeda única.

Ninguém gosta de ver o seu voto usado para a continuação de uma política que quis ver derrotada. Por isso cresce na sociedade portuguesa o desencanto e a frustração, mas também o protesto e a luta contra política de direita do Governo.

Cresce o protesto e a luta

Quando afirmámos que este Governo, infelizmente, nas questões mais fundamentais e estruturantes seguia a política do PSD, muitos, ainda há alguns meses, consideravam-nos exagerados.

Hoje não há comentador ou analista que negue esta realidade e cresce na sociedade portuguesa a consciência de que o PS não só prossegue, como em muitos casos agrava, as linhas essenciais da política cavaquista.

Mas este reconhecimento concreto é também um factor dinamizador da resistência, do protesto e da luta, que tem sido um dos factores determinantes da redução da base social de apoio do Governo, das dificuldades e conflitos dentro do próprio PS e do crescente desgaste da imagem e credibilidade deste Governo.

Nesta situação, creio que estaremos de acordo que o PCP continue a desmascarar as regulares encenações dos duelos verbais entre o PS, o PSD e o PP para esconderem as coincidências no essencial da política prosseguida pelo Governo, que continue a pautar a sua intervenção pela positiva, nomeadamente pela apresentação de propostas, medidas e projectos de lei alternativos, que continue a afirmar-se como a força de verdadeira, efectiva oposição à política do Governo e como o mais destacado protagonista da luta por uma política democrática e alternativa.

Que prossiga com grande abertura o diálogo com outros democratas, que prossiga a campanha por um referendo sobre a moeda única e que conceda grande significado à realização em 24 de Maio, no Campo Pequeno, o grande comício internacional «Pelo Emprego com direitos e por uma Europa de progresso social, paz e cooperação».

O PCP tudo fará para honrar a confiança e as esperanças do número crescente dos portugueses que compreendem que é necessária uma viragem à esquerda na política nacional.

(...)

Jerónimo de Sousa na Guarda Impõe-se uma política nova e diferente

No passado dia 9 de Maio, Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, deslocou-se ao distrito da Guarda para participar num debate promovido pela Direcção da Organização Regional do PCP sobre «As novas leis laborais e os direitos dos trabalhadores» e efectuar reuniões de trabalho com estruturas sindicais e empresariais da região.

Jerónimo de Sousa e uma delegação da DORG visitaram a empresa têxtil GARTÊXTIL onde - recebidos pela administração - visitaram todas as secções desta unidade fabril. Na reunião posteriormente efectuada, a delegação do PCP ouviu uma exposição franca e documentada, por parte da administração, sobre a situação de dificuldades por que a empresa está a passar, mercê do «garrote» que a Banca há anos lhe impõe e da «paralisia completa do Plano Mateus», que ainda não deu resposta ao plano de viabilização apresentado há quase um ano. A preocupação do PCP pelos problemas da empresa foi também valorizada, sobretudo por se verificar fora de período eleitoral.

Na reunião com a delegação sindical da Gartêxtil, a delega-

ção do PCP confirmou a dívida aos trabalhadores do subsídio de Natal e de férias de 96, bem como dos retroactivos relativos a aumentos salariais só agora efectuados, tendo-lhe sido manifestadas as preocupações dos trabalhadores quanto ao futuro da empresa e às implicações do seu eventual encerramento para centenas de jovens famílias da região. A delegação sindical expressou ainda a disposição de luta dos trabalhadores em defesa dos salários e dos postos de trabalho, tendo, por sua vez, a delegação do PCP assumido o compromisso de continuar a reivindicar medidas urgentes para acudir às empresas têxteis em dificuldades e a implementação da (muitas vezes prometida e nunca concretizada) Operação Integrada de Desenvolvimento.

Através do seu Grupo Parlamentar, o PCP comprometeu-se também a questionar o Governo sobre a falta de resposta ao Projecto de Viabilização apresentado pela Gartêxtil.

No encontro com a União dos Sindicatos da Guarda, a delegação do PCP tomou conhecimento do quadro global da situação social e sindical do distrito, onde avultam os salários em atraso no sector têxtil, o encerramento de empresas metalúrgicas e a perda, nos últimos anos, de mais de dois mil postos de trabalho.

No debate sobre as novas leis laborais, que se efectuou na escola Augusto Gil, na Guarda - em que participaram dezenas de pessoas -, discutiu-se o Projecto de Lei do PCP sobre a Lei das 40 horas e a aplicação perversa que, com a cobertura do Governo e da UGT, o patronato faz dela, a aplicação indevida da Lei dos Contratos a Prazo e da Polivalência e Flexibilização, assim como as propostas do PS e do PSD para alterar a Constitui-

ção no que se refere ao direito à greve.

Os testemunhos ouvidos levaram Jerónimo de Sousa a perguntar: «Afinal, que democracia é esta, que quer aumentar ainda mais os instrumentos legais restritivos dos direitos dos trabalhadores e deixa na impunidade - pela total inoperância das inspecções de trabalho e pela política de classe destes Governo -, os que fazem fortunas desrespeitando a Lei e explorando e chantageando os trabalhadores?»

E a concluir, disse o dirigente comunista: «O PS tem vindo a defraudar as expectativas de uma mudança real, criadas aos trabalhadores que nele votaram.» Assim, «cada vez mais aparece a exigência de uma nova e diferente política, pautada pelos valores da esquerda e protagonizada pelo PCP, como alternativa ao neoliberalismo que gera a acumulação da riqueza por uns poucos e simultaneamente faz aumentar o desemprego e as desigualdades sociais».

PCP/Coimbra sobre visita do PM

«Uma operação de mera propaganda»

A Direcção da Organização Regional de Coimbra, reafirmando os comentários feitos pela Comissão Política sobre o anúncio pelo Governo de um «Novo Regime de Prestações Familiares», denuncia a visita do Primeiro-Ministro e de membros do Governo ao distrito, integrada nas comemorações do Dia Nacional da Segurança Social, como mais uma «operação de mera propaganda».

Sem fornecer as informações necessárias a um juízo rigoroso sobre o quadro de efectivos benéficos ou prejuízos que do novo regime virão para os beneficiários, os «propósitos demagógicos» do Governo, de privilegiar «as crianças pequenas

das famílias pobres» que «não podem nem reivindicar, nem organizar manifestações», caem por terra quando se constata que ele representa, afinal, a «substituição das prestações de abono de família, subsídio de aleitação e de nascimento e que é acompanhada pela eliminação do subsídio de casamento».

O PCP não discorda da orientação do subsídio familiar às crianças e jovens poder ser tanto maior quanto menores forem os rendimentos das famílias, mas considera preocupantes os indícios existentes de uma aplicação perversa dessa orientação pelo Governo. Mas tudo indica que, a pretexto de beneficiar as famílias de menores rendimentos, o que se pretende

é retirar direitos a quem os adquiriu ou vem formando com base nos descontos que fez para a Segurança Social, situação que para os comunistas é de todo inaceitável.

Acresce que a metodologia aprovada pelo Governo para a

declaração de rendimentos - só possível em relação aos trabalhadores por conta de outrem e com base no IRS -, é ainda susceptível de introduzir as maiores desigualdades e injustiças num sistema que é apresentado como sendo mais justo.

Gondomar PCP apoia trabalhadores em luta

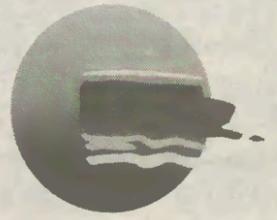
Ao mesmo tempo que saúda os trabalhadores da Fábrica de Calçado LUSO pela luta que travam em defesa dos seus postos de trabalho e lhes manifesta a sua total solidariedade, a Comissão Concelhia de Gondomar do PCP repudia a atitude da entidade patronal, de «encerrar as referidas instalações fabris ao arripio da lei vigente» e sem dar conhecimento prévio aos trabalhadores, «indiferente ao sofrimento das respectivas famílias e da situação que lhes está a causar».

À atitude prepotente e arrogante da Administração, os trabalhadores responderam com a vigilância das instalações, para impedir que fosse consumado o seu encerramento e retiradas as máquinas, mostrando a disposição de lutar para contrariar os objectivos do patronato.

O PCP de Gondomar, em nota à imprensa, condena ainda a falta de iniciativa do Governo do PS para repor a legalidade na Fábrica de Calçado LUSO e chama a atenção dos órgãos autárquicos de Gondomar para que pressionem o Governo nesse sentido.

COMÍCIO INTERNACIONAL DE LISBOA

24.Maio - 14,30 h - Campo Pequeno



PCP PELO EMPREGO COM DIREITOS
Por uma Europa de progresso social
paz e cooperação.

24 de Maio no Campo Pequeno Grande comício «Pelo emprego com direitos»

A dez dias apenas do grande encontro marcado pelo PCP para o Campo Pequeno no próximo dia 24 de Maio em Lisboa, as informações que chegam à nossa Redacção indicam um grande entusiasmo que vai para além das organizações do Partido. Desde logo da região da grande Lisboa, mas também dos outros pontos do país. Para além do comboio especial que partirá do Porto e que tocará os distritos de Aveiro, Coimbra e Santarém, estão a ser organizadas várias excursões. A JCP, em colaboração com as organizações do Partido, propõe-se mobilizar um forte contingente juvenil. Se a esta dinâmica de entusiasmo corresponderem as necessárias medidas de carácter prático, o Campo Pequeno será seguramente pequeno para albergar a enchente que se aguarda.

Quanto à participação internacional no Comício, tem particular importância que a maior parte das forças políticas convidadas estarão representadas ao mais alto nível. Assim vão estar presentes **Lothar Bisky**, Presidente do Partido do Socialismo Democrático (Alemanha); **Demetris Christofias**, Secretário-Geral do AKEL (Chipre); **Julio Anguita**, coordenador-geral da Esquerda Unida (Espanha); **Robert Hue**, Secretário Nacional do Partido Comunista Francês (França); **Aleka Papparigha**, Secretária-Geral do Partido Comunista da Grécia; **Fausto Bertinotti** e **Armando Cossuta**, respectivamente, Secretário-Geral e Presidente do Partido da Refundação Comunista (Itália); **Gudrun Schyman**, Presidente do Partido da Esquerda (Suécia). Presentes estarão também **Jordi Guillot**, porta-voz parlamentar de Iniciativa por Catalunya; **Tapani Kaakurinen**, chefe do Departamento Internacional da Aliança de Esquerda (Finlândia); **Nicos Hountis**, membro do Secretariado Político da Coligação de Esquerda e do Progresso (Grécia); uma delegação do Movimento dos Comunistas Unitários (Itália) e ainda **Ken Coates**, deputado trabalhista britânico do Parlamento Europeu.

Para além das representações partidárias, estão também anunciadas algumas excursões de comunistas italianos, espanhóis e alemães.

Como foi já anunciado, a intervenção do PCP será feita pelo Secretário-Geral do Partido, **Carlos Carvalhas**. O Partido Ecológico «Os Verdes» estará também representado por **Isabel Castro**, da Comissão Executiva Nacional.

A oportunidade e importância política, nacional e internacional do Comício Internacional de Lisboa é cada dia mais flagrante. A luta «pelo Emprego com direitos, por uma Europa de progresso social, paz e cooperação» é uma luta em que convergem amplas forças sociais e políticas por essa Europa fora. No dia 24 de Maio, o PCP, quer dar mais força a essa luta com uma forte mobilização para o Campo Pequeno.

CAMARADAS FALECIDOS

Ângelo Mendes

Com 79 anos de idade, faleceu no dia 1 de Maio o camarada Ângelo Mendes, natural de Cercal do Alentejo. Militou na célula da Petrogal, estando à data do falecimento organizado na freguesia da Bobadela, Loures.

Francisco Boutin Pinto

Vítima de doença prolongada, faleceu recentemente, com 68 anos de idade, no Hospital Distrital de Aveiro, o camarada Francisco Boutin Pinto. Ferroviário nas oficinas de Campanhã, foi um militante antifascista organizado na célula de Estarreja.

António Antunes da Silva

Faleceu, no dia 8 de Maio, com 69 anos, o camarada António Antunes da Silva. Militante do Partido organizado na Freguesia da Ajuda, foi dirigente da Comissão Unitária de Reformados da Freguesia da Ajuda e pertenceu ao Conselho Nacional do MURPI.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Na Praça da Figueira, uma Exposição integrada na Campanha sobre Moeda Única e Referendo - promovida pela DORL e inaugurada no passado dia 8 com a participação de António Abreu - estará patente ao público até ao próximo dia 24 de Maio

TRABALHADORES

Manifestação anteontem em Braga contra novo despedimento na Grundig

Trabalhadores do Complexo Grundig/Blaupunkt marcharam até à Avenida Central, acompanhados por trabalhadores e sindicalistas de outros sectores e recebendo manifestações de solidariedade da população.

Com a ameaça de despedimento colectivo do pessoal da Grundig Indústria de Portugal, a Bosch/Blaupunkt pretende pressionar os trabalhadores efectivos para que vendam os seus postos de trabalho e, de seguida, irá contratar pessoas que ficarão com vínculos precários - acusou Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, em declarações públicas durante a acção de anteontem.

As estruturas representativas dos trabalhadores têm realçado que não há qualquer justificação económica ou de produção para o despedimento. Ainda no início de Abril, quando um representante da GIP informou a Comissão de Trabalhadores de que a Bosch tinha desistido do projecto de produção de circuitos para o ramo automóvel, as ORTs questionavam se tal desistência não seria uma encenação e acusavam: «O que a Bosch/Blaupunkt pretende é, basicamente, escorraçar estes trabalhadores dos seus postos de trabalho, no Edifício 5, para criar ali mil novos postos de trabalho, mas sem assumir qualquer compromisso com aqueles».

Apesar das denúncias públicas desde então efectuadas - nomea-

damente pela Concelhia do PCP, que comentava, depois de uma reunião com os representantes dos trabalhadores, no final de Abril: «Longe vão os tempos em que, para o primeiro-ministro e o PS, pelo menos para ganhar votos, as pessoas não eram números...» - e das alternativas propostas pelos sindicatos e a

CT, a administração da GIP não recuou na tentativa de despedimento de mais de 200 pessoas. O processo de despedimento, pelo contrário, alargou-se a outras empresas do complexo e, segundo a USB/CGTP, atinge já cerca de 500 trabalhadores.

Desde segunda-feira, estão em greve os trabalhadores das empresas abrangidas por despedimentos. Anteontem, com um forte apelo à solidariedade da população, os trabalhadores de todo o complexo desfilaram pelas ruas de Braga e concentraram-se na Avenida Central.

Saudação de Carlos Carvalhas

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, enviou terça-feira às estruturas representativas dos trabalhadores e aos trabalhadores do Complexo Grundig a seguinte saudação:

«No momento em que travais um combate unido, determinado e corajoso contra o despedimento de 118 trabalhadores, quero assegurar-vos a inteira solidariedade do PCP à vossa luta.

A vossa luta é justa e importante, não apenas para os trabalhadores ameaçados de despedimento e para todos quantos trabalham nesse complexo industrial, mas também para o progresso e o desenvolvimento da cidade de Braga e da região.

Inscreve-se também no combate e na exigência mais ampla de uma economia ao serviço do Homem,

de um desenvolvimento independente do País sustentado no emprego com direitos e na recusa do poder discricionário das transnacionais e dos grandes senhores do dinheiro que, em nome de uma invocada competitividade, querem usar os trabalhadores como simples mercadoria geradora de fácil lucro.

Os trabalhadores do Complexo Grundig têm escrito magníficas páginas, antes e depois do 25 de Abril, na história do movimento operário português.

Podem contar hoje, como sempre contaram, com inteiro apoio dos comunistas portugueses na vossa luta pelo direito ao trabalho e na exigência de soluções que tenham em conta o necessário respeito pelo emprego e pelos direitos dos trabalhadores.»

As pausas são um direito

Exigindo a efectiva redução do horário de trabalho, com respeito pelas pausas e intervalos há muitos anos consagrados na prática das empresas e na contratação colectiva, centenas de trabalhadores, dirigentes e activistas sindicais concentraram-se frente à Assembleia da República na passada quinta-feira, precisamente uma semana antes de, em plenário, os deputados apreciarem o projecto de lei do PCP que pretende clarificar conceitos postos em causa pela forma como alguns patrões, com a connivência do Governo e da Inspeção do

Trabalho, estão a aplicar a Lei 21/96.

Entre os vários sectores representados sobressaíram os têxteis, vestuário e calçado. Uma delegação da federação do sector tinha esperado duas horas, no dia anterior, pela ministra do Emprego, que afinal nada disse de novo aos sindicalistas.

Na resolução aprovada neste encontro nacional de activistas, promovido pela CGTP, salienta-se que a subversão do conceito de período normal de trabalho iria enfraquecer o actual quadro de direitos e colocaria os trabalhadores «na

dependência absoluta da vontade patronal, em nome dos sacrossantos interesses da empresa», e afirma-se a disposição de continuar a lutar pela dignificação do trabalho, pelas 40 horas como horário máximo semanal e por mais e melhor emprego.

Segurança Social

O encontro em São Bento teve lugar no Dia da Segurança Social, questão candente que foi objecto de uma moção aprovada pelos sindicalistas, onde se aler-

ta que a Comissão do Livro Branco está a preparar-se para recomendar ao Governo a privatização de parte das pensões do regime geral, o aumento da idade de reforma, a criação de um tecto para as pensões da Função Pública e esquemas para reduzir as receitas da Segurança Social.

Exigindo o respeito pelos direitos consagrados e a melhoria da Segurança Social, os activistas sindicais reclamam que a reforma do sistema seja feita com o acordo dos trabalhadores e não por peritos ao serviço do sector financeiro privado.

Em greve!

Cerca de quinhentos delegados, dirigentes e activistas do STAL e do STML participaram nas vigílias da Administração Local junto à residência oficial do primeiro-ministro, durante a semana passada. Para a próxima segunda-feira está convocada uma greve nacional deste sector, a par de outras paralisações sectoriais durante o fim-de-semana.

Nos Açores, a paralisação efectiva-se dia 16, em toda a administração pública regional. Também para amanhã está marcada uma nova greve dos trabalhadores precários da Função Pública.



Centenas de trabalhadores de vários sectores desfilaram dia 8 do Cais do Sodré até à AR, para exigir aos deputados que tomem medidas para acabar com a burla dos patrões e do Governo

Grandes grupos bloqueiam negociação nos supermercados

«Há grandes grupos económicos, nomeadamente o JMR (Pingo Doce, Feira Nova) a dificultar a evolução do processo negocial que se arrasta há cerca de três meses», afirma a federação do Comércio e Serviços.

Numa nota distribuída após a reunião de conciliação, realizada na passada sexta-feira no Ministério do Emprego (e acompanhada por uma concentração de dezenas de dirigentes, delegados e activistas sindicais de todo o País - na foto) a direc-

ção nacional da Fepces/CGTP informa que «os patrões mantiveram as posições já anteriormente conhecidas, de aumentos de 2,5 por cento, que se traduzem em acréscimos salariais de 30\$00, 47\$70, 61\$00 e 70\$00 por dia por trabalhador».

Os sindicatos vão desencadear novas formas de luta que, segundo a federação, poderão ser concentrações à porta das administrações dos grupos que detêm posições predominantes na associação patronal (APED).



Função Pública exige propostas para reestruturar carreiras

Trabalhadores administrativos da Função Pública estiveram sexta-feira reunidos no Coliseu de Lisboa, de onde se deslocaram em desfile até à Secretaria de Estado do Orçamento, para «exigir que o Governo honre os seus compromissos e apresente, de imediato, uma proposta séria, que vise uma efectiva reestruturação das carreiras profissionais», como se lê numa resolução aprovada no plenário nacional e, no mesmo dia, em plenários regionais.

De acordo com a Federação Nacional dos

Sindicatos da Função Pública, «o Governo, através da Secretaria de Estado da Administração Pública, vem colocando entraves à reestruturação de carreiras, nomeadamente a administrativa, invocando limitações orçamentais impostas pelo Ministério das Finanças dirigido por Sousa Franco, o mesmo que, em 1988, no relatório que deu origem ao Novo Sistema Remuneratório da Função Pública, defendeu como justa, imperativa e urgente a reestruturação das carreiras».

Estudantes contra propinas

Manifestação nacional dia 21

A manifestação nacional de estudantes contra a lei-quadro de financiamento do ensino superior, que irá realizar-se no próximo dia 21, foi tema de debate, em Coimbra, entre as principais associações académicas do País, que acertaram entretanto aspectos da organização da luta estudantil.

Uma luta que envolve, desde já, uma série de iniciativas.

Em Coimbra, está a correr um abaixo-assinado que é uma súmula das reivindicações e críticas das associações de estu-

dantes às políticas de educação que têm vindo a ser implementadas ao longo destes anos. Previsões ou em curso estão ainda

vigílias, distribuição de panfletos e jornadas de luto.

No quadro da organização da manifestação, está previsto um comboio para Lisboa, com partida do Minho e que no percurso deverá recolher manifestantes do Porto e Coimbra.

Antecipando-se à decisão da Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico, a ser tomada em assembleia geral, várias

escolas e institutos estão a preparar, por iniciativa própria, a sua participação na manifestação de dia 21.

De par de toda esta movimentação, o Movimento de Estudantes contra as Propinas (Mecap), formalmente criado no passado dia 5, realiza hoje diferentes acções de protesto, depois de uma campanha de sensibilização da opinião pública, que decorreu ontem, quarta-feira.

O recém-criado movimento contra as propinas decidiu incentivar os alunos das faculdades de Lisboa a aprovar formas de luta como greves e manifestações e irá apelar ao boicote ao pagamento das propinas, caso a Lei de Financiamento seja aprovada.



Dia 21, é o regresso da luta contra as propinas

Carta aos estudantes do Politécnico

"A JCP considera fundamental que se caminhe para a integração num sistema único de ensino superior, de todas as universidades e escolas politécnicas, com respeito pela identidade e especificidade de cada instituição", afirma-se, em carta da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP, dirigida à Direcção da Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAEESP), quando do debate na Assembleia da República nas alterações à Lei de Bases.

Uma reafirmação das posições que têm vindo a ser defendidas pelos jovens comunistas e que se traduziria num sistema único compreendendo "diferenciadas soluções organizativas, conteúdos científicos, modelos pedagógicos e modalidades de formação, no respeito por regras gerais que assegurem a qualificação profissional e a comparabilidade académica a nível nacional e internacional".

Neste quadro, a JCP defende, relativamente à formação inicial de professores, que "todas as instituições do ensino superior que tenham condições científicas, pedagógicas e financeiras devem poder formar professores para os diversos níveis de ensino".

Na carta à FNAEESP, a JCP critica a posição do governo, pela falta de diálogo e, pelo fomentar de divisões entre universidades e politécnicos e entre estudantes.

A JCP sublinha ainda os *critérios exclusivamente economicistas* que marcam as propostas de alteração à formação inicial de professores e alerta para o facto de ser falso "que a simples aprovação desta alteração permita ao ensino superior politécnico formar professores para o 3º ciclo do ensino básico, como o governo quer fazer crer, uma vez que remete para posterior definição por decreto-lei os requisitos que as Escolas Superiores de Educação devem satisfazer".

Resíduos industriais

A opção economicista

A incineradora para a eliminação de resíduos industriais, que seria localizada em Estarreja, já não será construída. Uma decisão saudada por "Os Verdes" como dando razão à posição que sempre assumiram "contra a opção de eliminação dos resíduos por incineração" e a "todos os protestos e movimentações sociais que, ao longo dos últimos anos, ocorreram um pouco por todo o País". Mas que, à partida, "vem ferida de medidas profundamente graves", em particular a "responsabilização

ambiente, acabam por ser sempre determinadas em função de meros interesses económicos instalados".

Para "Os Verdes", são **razões de inquietação**:

- A promoção, na prática, da incineração em diversas cimenteiras, "em condições tecnologicamente muito precárias e mais difíceis de controlar técnica e democraticamente";

- Os argumentos *meramente economicistas* que condicionam a política de resíduos industriais;

- A demissão do governo, renunciando a uma estratégia nacional e assumindo apenas o papel de fiscalizador "numa questão tão fulcral para a qualidade do ambiente e a saúde pública";

- A promoção, na prática, do "negócio dos resíduos, que se sobreporá aos interesses de defesa do ambiente e dá livre trânsito à circulação de resíduos perigosos, dentro e fora do País".

Uma política a que "Os Verdes" contrapõem a **necessidade e urgência** de:

- Um levantamento sério de quanto e quem produz resíduos tóxicos em Portugal;

- Garantir que os resíduos produzidos "deixem de ser lançados indiscriminadamente no meio ambiente";

- Um plano nacional de investimentos para a modernização da indústria, com incentivos financeiros e fiscais;

- Levantamento da localização dos aterros clandestinos de resíduos perigosos;

- Um Plano Nacional Estratégico para "a gestão e tratamento dos resíduos tóxico-perigosos em Portugal".



As lixeiras proliferam por todo o País

das empresas privadas pela escolha da localização das unidades de tratamento e deposição".

Em causa está o reforço do **pendor economicista** das decisões governamentais, de par de uma **grave desresponsabilização política** por parte do Estado.

Política a que "Os Verdes" contrapõem a necessidade de "opções que preconizem a prevenção e minimização dos impactes ambientais" e não "decisões que, embora anunciadas em nome do



Muitos jovens participaram na corrida contra o racismo

Três mil a "Correr com o racismo"

Cerca de três mil pessoas - a pé, de patins, de skate, de bicicleta - participaram na corrida da tolerância "Correr com o racismo", realizada a 10 de Maio, em Lisboa, num percurso entre o Cais do Sodré e Belém.

Uma iniciativa que se integra no "Ano Europeu contra o Racismo" e teve como objectivo "alertar a opinião pública para as manifestações de racismo e xenofobia na sociedade portuguesa, vincular

expressamente a sua condenação e contribuir para a solidariedade e igualdade de tratamento entre todas as etnias".

Um objectivo plenamente alcançado, na perspectiva dos seus organizadores, que sublinham a necessidade de tolerância, igualdade, amizade e solidariedade e a promoção do desporto como forma de convívio multicultural, contra a violência, discriminação e exclusão social.

Três colóquios com Álvaro Cunhal

"A Liberdade de Ontem, de Hoje e de Amanhã" é o tema de um colóquio, com Álvaro Cunhal, que se vai realizar nesta 6ª feira, pelas 21 horas, no Clube Recreativo da Cruz de Pau. Um colóquio, promovido pela Organização Concelhia do Seixal da JCP, e que visa proporcionar aos jovens um espaço de reflexão e debate sobre a luta pela Liberdade das gerações de ontem e o sentido que delas fazem os jovens de hoje.

A semana passada, Álvaro Cunhal esteve no Porto, onde participou em duas iniciativas com estudantes.

A convite da Associação de Estudantes da Escola Secundária Clara de Resende, falou sobre "Os Caminhos da Arte e da Vida no Mundo Contemporâneo". Uma iniciativa que

decorreu numa sala cheia e num ambiente de grande cordialidade, partilhado pelo Conselho Directivo, professores, diversos funcionários e alunos, e que nem uma ameaça de bomba conseguiu perturbar.

O "Futuro de Portugal" foi o tema de um outro colóquio, realizado, por iniciativa da Associação "Praça da Liberdade", no Auditório da Universidade. Uma assistência muito diferenciada politicamente (onde se podiam ver elementos destacados do PSD e do PS), seguiu atentamente Álvaro Cunhal discorrer sobre o passado do fascismo, as vitórias e derrotas da Revolução de Abril, as perspectivas sombrias que o avanço do capitalismo, com a integração europeia e o Tratado de Maastricht, lança sobre o futuro do nosso país.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo

Governo erra no caminho

Os deputados votam hoje a proposta de lei do Governo que altera a Lei de Bases do Sistema Educativo. Debatido na passada semana, juntamente com dois projectos de lei da autoria do PCP e do PP, o diploma do Governo deverá passar caso se confirme a abstenção do PSD. Para a bancada comunista, que manifestou a sua frontal oposição ao conteúdo das alterações preconizadas por Marçal Grilo, trata-se de uma má proposta que "não respeita os princípios constitucionais".

E a primeira nota crítica deixada pelo Grupo comunista no decorrer do debate incidiu precisamente no facto de o Governo em vez de ter procedido a uma revisão global da lei, de acordo com uma avaliação da sua aplicação ao longo dos últimos dez anos, ter optado por "alterações em áreas fundamentais", como assinou Luísa Mesquita, "suficien-

temente debilitadas pelos objectivos economicistas que têm determinado e continuam a determinar a sua política educativa".

Isso é desde logo patente em matéria de acesso ao ensino superior, em relação ao qual, foi salientado, o Governo não produziu qualquer melhoria. Ao manter todos os "mecanismos de selectividade", remetendo simultaneamente para os estabelecimentos de ensino superior a definição das regras de acesso aos seus cursos, com efeito, o Executivo "põe em causa a igualdade de oportunidades, facilita as discriminações, acentua as desigualdades e ignora as realizações pessoais dos jovens".

Quase um ano depois de ter entrado na Assembleia da República, a proposta governamental não traz igualmente novidades no que toca aos

graus académicos e diplomas de ensino universitário e politécnico, nem melhorias na questão da formação inicial de professores.

Nenhuma medida é adoptada, por exemplo, alertou a deputada comunista, no sentido de "viabilizar a articulação" entre a vertente universitária e a politécnica, como nada é feito com vista a "aproximar e equiparar as condições de trabalho e a qualidade de ensino" nos dois subsistemas.

Quanto à formação inicial de professores, o objectivo governamental é "embaratecer" a sua formação para todo o ensino básico, na perspectiva de Luísa Mesquita, que acusou ainda o Executivo de neste domínio "caminhar ao contrário do que é necessário", de subscrever propostas contraditórias e de promover uma "discussão casuística", porquanto, observou, "quer

definir sistemas de formação inicial" esquecendo-se que "é fundamental articulá-los com a reforma curricular que, por sua vez, terá de se adequar à sequência e às características dos diversos ciclos previstos na LBES".

"O que o Governo do PS pretende - concluiu Luísa Mesquita - é degradar a qualidade de ensino, é aumentar a desigualdade de oportunidades de sucesso e distanciar, cada vez mais, a escolaridade obrigatória do ensino secundário".

No que se refere às propostas preconizadas no projecto de lei do PCP, por seu turno, merecem destaque a defesa do sistema único no ensino superior, compreendendo diferentes soluções organizativas, bem como o estabelecimento de regras que garantam a igualdade no acesso a este grau de ensino.

Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário

Parlamento aprova projecto do PCP

O Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, materializado em projecto de lei do PCP, foi aprovado na passada semana, na generalidade, pela Assembleia da República. Esta iniciativa contou com os votos favoráveis da bancada comunista e do PEV e com a abstenção dos restantes partidos. Não se registaram votos contra.

Apresentada no Parlamento em Julho do ano passado, esta iniciativa legislativa do Grupo comunista visa prestar apoio ao associativismo popular, reconhecendo o papel inestimável que milhares de associações do mais diverso tipo, na sua maioria colectivas de cultura, desporto e recreio, desempenham a favor do desporto, da ocupação dos tempos livres, ou da acção social.

Para esta mesma realidade tratou de chamar a atenção no decorrer do debate o deputado comunista António Filipe, pondo simultaneamente em destaque a "ausência de uma política de apoio ao associativismo por parte do Estado". Exemplificando, lembrou a manifesta desactualização e a quase irrelevância, na prática, do Estatuto de Utilidade Pública, bem como a extrema dificuldade de muitas associações, até de inegável prestígio, em encontrar pessoas que tenham condições de disponibilidade para assumir cargos nas respectivas direcções.

No seu articulado, o projecto do PCP prevê, nomeadamente, a criação de condições que permitam que os dirigentes associativos voluntários que trabalhem por conta de outrem possam dispor de alguma disponibilidade de tempo para dedicar, a título gratuito, às suas associações.

A justificação de faltas ao emprego por motivos relacionados com a actividade associativa, dentro de limites razoáveis (sem perda de remuneração no caso da função pública), constitui outra das medidas contempladas no diploma comunista, que advoga ao mesmo tempo a bonificação fiscal de empresas que decidam assumir encargos remuneratórios decorrentes dessas faltas, bem como um regime especial de marcação de férias de acordo com necessidades de trabalho associativo.

"Não se trata de propor benesses para ninguém, mas sim de permitir aos dirigentes associativos dispor de mais algum tempo, não para si, mas para trabalhar em benefício de toda a comunidade", salientou António Filipe, referindo-se à iniciativa da sua bancada, sem deixar de recordar que ela corresponde a uma grande aspiração de todo o movimento associativo.

O projecto de lei baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para apreciação na especialidade.

Direito de Asilo

Governo ignora razões humanitárias

As anunciadas intenções do Governo quanto à revisão da lei sobre Direito de Asilo estiveram em foco no Parlamento. O assunto foi suscitado pelo deputado comunista António Filipe, que teve como interlocutor, faz amanhã oito dias, na habitual sessão de perguntas ao Governo, o secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

Recordando as posições críticas assumidas pelo PS em 1993, quando o PSD aprovou a legislação vigente sobre esta matéria, abrindo um conflito institucional com o Presidente da República, António Filipe criticou a recente aprovação em Conselho de Ministros de uma

proposta de lei que mantém no essencial os aspectos mais graves da legislação aprovada pelo PSD. Exemplo disso, citou, é a transformação do actual «processo acelerado» que nega na prática o direito à apreciação do pedido de asilo por um chamado «processo de admissibilidade» destinado a produzir os mesmos resultados práticos.

António Filipe acusou o Governo PS de, tal como fazia o PSD, determinar a sua política em matéria de Direito de Asilo, "não por razões humanitárias ou de defesa dos Direitos Humanos, mas por simples conveniências de política externa, decorrentes dos Acordos de Schengen".

Em projectos de lei do PCP Mais apoio social às crianças e aos pais

No Dia da Segurança Social, comemorado faz hoje exactamente uma semana, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou dois projectos de lei adoptando medidas que alargam o apoio às crianças e progenitores. Trata-se, num caso, de garantir os alimentos devidos a menores, no outro, de criar uma licença especial para assistência a menores portadores de deficiência profunda.

Em relação a este último, tratando-se de uma situação relativa a crianças que necessitam de especial atenção, a que acresce a carência de instituições vocacionadas para o efeito, prevê-se a possibilidade de ser concedida aos pais uma licença especial para assistência aos seus filhos, por um período máximo de dois anos, até o centro regional de segurança social da área encontrar uma instituição para colocar a criança. Esta licença concedida aos pais é considerada como presta-

ção efectiva de trabalho, apenas implicando a perda do subsídio de refeição.

O primeiro projecto, indo ao encontro de indicações do Conselho da Europa, prevê que o Estado garanta aos menores o pagamento das pensões alimentares judicialmente fixadas, quando a pessoa obrigada ao seu pagamento não cumpre os seus deveres.

Com esta medida, como se pode ler na nota preambular do diploma, os deputados comunistas pretendem corrigir o actual incumprimento das obrigações alimentares, decorrentes da inadequação da lei à realidade, estabelecendo um novo regime legal que ponha termo à desprotecção existente.

Visa-se, em suma, não privar o menor de uma prestação importante para a sua sobrevivência, que deste modo passa a ser assegurada pelo Estado, cabendo a este obrigar à posteriori o devedor em falta a cumprir o seu pagamento.

Empresas públicas municipais



A Assembleia da República aprovou, faz hoje oito dias, no período de votações regimentais, na generalidade os projectos de lei do PCP da lei-quadro das empresas públicas, intermunicipais e regionais. Iniciativas legislativas sobre a mesma matéria apresentadas pelo PP e pelo Governo foram igualmente aprovadas, tendo todos os diplomas baixado à respectiva comissão parlamentar. O projecto do Grupo comunista, recorde-se, ao prever a criação de empresas públicas municipais (como aliás estabelece a Lei das Autarquias Locais, que todavia nunca foi regulamentada) visa dotar as autarquias de instrumentos de gestão que lhes confirmem maior eficácia, operacionalidade e transparência. Por unanimidade, foi igualmente aceite o texto final dos projectos do PCP e do PS, respectivamente, do regime de competências e meios financeiros das freguesias e de atribuição de competências às freguesias. Aprovado pelos deputados, por unanimidade, foi ainda o projecto do PS para prorrogação do período de funcionamento do Parlamento até 30 de Julho e o primeiro orçamento suplementar para este ano.

Liberalização dos têxteis



A Assembleia da República expressou a sua preocupação pela evolução da política de liberalização das importações de têxteis e aprovou um voto onde exige das instâncias comunitárias o rigoroso cumprimento do período de transição de dez anos negociado nos acordos do GATT. Da iniciativa dos deputados comunistas, o voto de protesto, que acolheu propostas de alteração do PS, assinala nomeadamente que a nova política de liberalização vem agravar a situação e perspectivas da indústria têxtil e de vestuário nacional, bem como o emprego no sector. Em causa está sobretudo o que é considerado uma subversão aos acordos do GATT, praticada pela Comissão Europeia, que é acusada de servir os interesses dos países importadores. Disso é teste munho, recorda-se no texto, a lista de produtos proposta na conferência de Singapura em 1996, os acordos bilaterais firmados com o Paquistão e a Índia, o regulamento aprovado para a liberalização das importações da Indonésia e, mais recentemente, a aprovação das alterações ao regime de importações dos têxteis sujeitos a restrições quantitativas.

INTERNACIONAL

Rússia

Comunistas apostam no

Suecos exigem referendo sobre euro

Um sondagem do Instituto Gallup publicada no sábado indica que 63 por cento dos suecos defendem a realização de um referendo nacional sobre a adesão do seu país à terceira fase da União Económica e Monetária da União Europeia. Segundo o mesmo inquérito, 31 por cento são a favor apenas da decisão parlamentar como está previsto. O número dos partidários do referendo atinge os 80 por cento no eleitorado dos partidos da esquerda comunista e «Os Verdes», e os 59 por cento no Partido Social-Democrata (no poder).

Polícias gregas em greve

Pela primeira vez na história da Grécia, a força policial cumpriu uma greve parcial de 48 horas no domingo e na segunda-feira. As reivindicações passam pelo pagamento de uma série de prémios em caso de trabalho extraordinário e a modificação do sistema de nomeações e transferências. Os 42 mil polícias gregos levaram a cabo esta greve, apesar da proibição constitucional de greve, limitando o movimento a uma recusa de efectuar tarefas administrativas e de guardar estádios.

EUA fornecem armas a croato-muçulmanos

Apesar de alguma contestação internacional, nomeadamente no seio da Nato e do perigo crescente do reacendimento das hostilidades nas Balcãs, os Estados Unidos anunciaram que forneceram recentemente 116 obuses de 155 milímetros à Federação Croato-Muçulmana, uma das mais potentes peças de artilharia. Esta entrega ocorre no âmbito de um programa de equipamento e treino dos croato-muçulmanos pelos EUA com o objectivo de «equilibrar» as forças militares na Bósnia-Herzegovina. «O financiamento norte-americano atribuído a este programa é de 100 milhões de dólares. Refizemos as nossas contas e verificámos que só tínhamos gasto 85 milhões. Com o dinheiro que sobrou comprámos estes obuses», afirmou o responsável americano, James Pardew. De acordo com os especialistas militares, a República Federal da Jugoslávia tem armas em maior número. Contudo, a Federação possui equipamento de melhor qualidade e os

O Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) realizou recentemente o seu IV Congresso.

Declarado ilegal após o golpe contra-revolucionário de 1991 e o desmembramento da URSS, o PCFR, cuja actividade esteve proibida, viu então os seus bens confiscados e muitos dos seus elementos presos. Um forte movimento de protesto levou à anulação dessa interdição, considerada ilegal pelo Tribunal Constitucional.

Apesar das dificuldades com que se debate (mantêm-se limitações antidemocráticas à sua actividade, como a interdição da sua organização nas empresas e locais de trabalho), o PCFR aposta no futuro, como refere ao «Avante!» Aurélio Santos, que representou o PCP no Congresso dos comunistas russos.

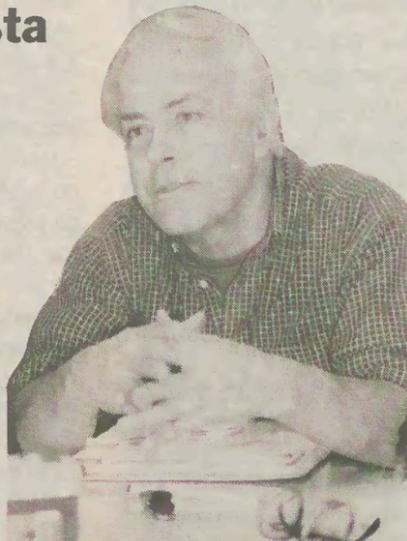
O recente Congresso do PCFR realizou-se num momento complexo da vida política, económica e social da Rússia. Como se reflectiu essa realidade nos trabalhos?

O Congresso, segundo assinalaram os próprios delegados, reflectiu o debate pré-congressual dos últimos meses. Estavam em causa questões vitais da linha do partido: a sua análise e propostas quanto à situação política, social e económica do país, quanto à luta institucional e à movimentação social e popular, quanto aos problemas do Poder e quanto ao reforço, estruturação e adaptação do partido às condições actuais do país.

As intervenções dos delegados, além de desenvolverem e concretizarem muitas das questões propostas pelo CC, analisaram criticamente muitos dos seus aspectos.

Como preocupações principais surgiram as referentes às posições do partido quanto ao Poder e quanto à sua ligação com as massas populares. Muitos delegados insistiram na necessidade de maior aproximação da direcção do partido às bases e aos trabalhadores, como condição para o reforço da sua autoridade entre as massas populares. O reforço do trabalho de equipa, da tomada de iniciativa nas questões económicas, da preparação de quadros, da aproximação à juventude, da organi-

Entrevista com Aurélio Santos



zação dos trabalhadores, e a situação nas várias regiões, foram também questões debatidas.

Importa referir que no Congresso participaram 400 delegados, eleitos por cerca de 300.000 militantes. Um terço eram deputados, 41 operários, 45 mulheres. A maioria estava na faixa etária dos 40, 50 anos (a média etária dos membros do partido é mais alta). Foi bastante empenhada a participação no debate de delegados das secções da juventude do partido.

Que análise fez o Congresso da situação na Rússia e do seu enquadramento a nível mundial?

O PCFR considera que confluem hoje na Rússia as grandes linhas das contradições e da conflitualidade mundiais, após a ruptura do equilíbrio assegurado por 50 anos após a Guerra Mundial.

No plano internacional, para além dos perigos que compor-

tam as cobiças sobre os recursos económicos da Rússia, considera que impedir o regresso deste país ao socialismo continua sendo um objectivo fundamental dos Estados Unidos - daí afirmarem que a guerra fria continua, por outros métodos.

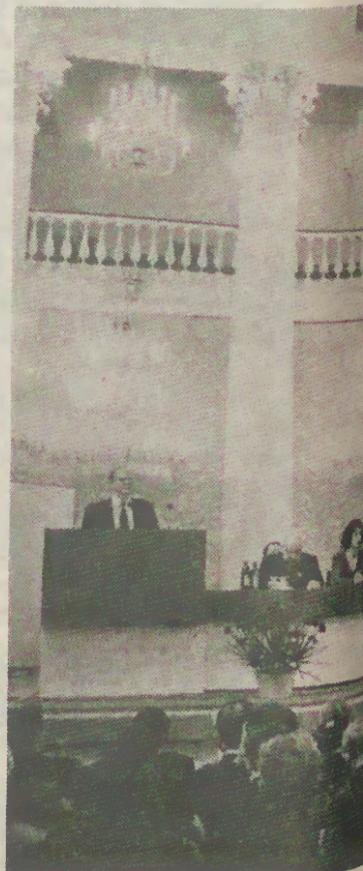
No plano interno, apontam como principal ameaça uma desarticulação do território da Rússia. Nesse sentido, consideram que explosões de massas descontroladas, dado não haver no país estruturas políticas para seu enquadramento e expressão política (o próprio partido não se considera em condições de o fazer), poderão conduzir a uma situação como na Albânia, com destruição das estruturas da sociedade e do Estado, e despertando a tentação de intervenções estrangeiras para partilhas do seu território. Tentação que, tendo em vista os grandes stocks de armas existentes na Rússia, criaria graves perigos para a própria paz e segurança mundiais.

Tal ameaça, segundo o PCFR, resulta também do agravamento da situação do país, devido à política seguida pelos actuais órgãos do poder.

No essencial, qual a linha política que o PCFR apresentou aos delegados?

As resoluções do Congresso dão grande relevo, como linha prioritária, à «junção dos ideais do socialismo com o patriotismo». Apresentando-se como «a força da oposição responsável», o PCFR põe em relevo o seu empenho na «defesa da unidade e integridade do Estado russo» como «entidade multinacional historicamente constituída» e apresenta a sua intervenção institucional como «enquadrada no contexto de uma luta de classes que se agudiza» mas «sem contrapor os interesses de classe aos do povo inteiro».

Como objectivos políticos apontaram para uma alteração da Constituição, no sentido duma separação de poderes, do reforço do parlamento, designadamente quanto ao controlo do governo, e do restabelecimento dos soviets como órgãos de controlo popular dos órgãos executivos. A par destas medidas colocaram o restabelecimento



O IV Congresso do PCFR pôs em relevo

dos direitos e apoios sociais, a luta contra a corrupção, e iniciativas para a reconstituição da união dos Estados que constituíram a URSS.

As resoluções do Congresso desenvolvem também a questão da luta para a conquista das massas e caracterizam a herança histórica do partido.

Qual a base social do PCFR?

Apesar de nas últimas eleições parlamentares o partido ter obtido 14,6% dos votos, e de nas eleições presidenciais o candidato comunista ter alcançado 30 milhões de votos (5 vezes mais do que o partido obteve nas parlamentares), a sua base social tem sérias fragilidades. Assenta fundamentalmente nos agricultores, nos intelectuais e quadros técnicos e nos reformados.

Muito justamente, uma das grandes preocupações expressas no Congresso foi a sua fraca implantação e influência entre a classe operária.

O PCFR considera que as razões dessa situação ainda não foram devidamente analisadas. Mas avança desde já uma causa, com raízes no passado: as condições que levaram os trabalhadores a não se sentirem donos dos meios de produção (e daí a sua passividade ante a vaga de privatizações e a liquidação da propriedade social).

O Congresso assinalou também a sua preocupação pela passividade que a classe operária manifesta ainda na luta social e que se reflecte, por exemplo, na sua fraca presença nas manifestações e nas estruturas de classe (que apenas abrangem 13% dos trabalhadores).

Quanto aos sindicatos oficiais, estão dominados pelo oportunismo, mantendo-se as suas direcções ligadas ao Poder e

37 partidos apelam à independência do Chipre

Trinta e sete partidos e organizações políticas de 25 países diferentes aprovaram no início do mês uma resolução em que manifestam o seu apoio «à independência, soberania, inte-

va de modo a que as posições separatistas turcas mudem radicalmente e se conformem com as cláusulas das resoluções da ONU sobre Chipre e os Acordos de Alto Nível, de modo a apoiarem



Desde 1974, a população de Chipre espera a soberania e a total desmilitarização do território

gridade territorial e unidade da República do Chipre».

O documento foi aprovado por unanimidade durante um encontro internacional realizado em Larnaca, no Chipre, promovido pelo AKEL, no quadro das comemorações do seu 70º aniversário.

Os signatários «apelam à comunidade internacional, e especialmnte àqueles estados em condições de influenciar Ankara e o dirigente cipriota-turco Rauf Denktaş, para ser mais acti-

regressarem às suas casas e propriedades».

«A solução do problema do Chipre deve servir os interesses de todos os cipriotas e a paz na região, e não os interesses das grandes potências ocidentais», lê-se no documento.

O PCP foi representado por Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central, que interveio num seminário sobre «A posição do movimento de esquerda na época actual e a necessidade da sua unidade para enfrentar a ofensiva neoliberal e a «Nova Ordem Mundial»».

reforço do partido



Compromisso do partido na defesa da unidade e integridade do Estado russo

afastadas da representação e defesa dos interesses dos trabalhadores.

Que outras forças políticas, com expressão social e ideológica, existem na Rússia?

O PCFR conta com importantes aliados: o Partido Agrário, com forte implantação nos meios rurais, que se reflete em importantes "cinturas vermelhas" à volta das principais cidades, e com 35 deputados, e o bloco parlamentar "Poder ao Povo", dirigido pelo antigo chefe do governo soviético Nicolai Rijkov, que tem uma significativa presença na Duma (Parlamento) com 37 deputados. Estes dois partidos, juntamente com o PCFR, dispõem de 49% dos votos na Duma (221 deputados, sendo a maioria absoluta 226).

No plano extraparlamentar, o PCFR promoveu a formação da Frente das Forças Populares e Patrióticas, que além dos dois outros partidos seus aliados na Duma reúne cerca de 150 organizações de esquerda, tendo como objectivos o reforço da democracia no Estado e a defesa dos interesses nacionais e constituiu já a principal força política do país, com expressão nas manifestações de massas e na luta eleitoral, como se viu na votação do candidato comunista nas eleições para a presidência.

No campo oposto situam-se as correntes ditas social-democratas e os "liberais de esquerda" (do partido Iabloko) também com bases de apoio frágeis. Falta-lhes, segundo o PCFR, "classes médias" de suporte: a estratificação social no país regista apenas 10% da população com rendimentos médios e 7% de gente rica, ante mais de 80% da população de fracos rendimentos.

O PCFR considera, no entanto que é necessário ter em conta que a sociedade russa tem vindo a sofrer profundas mudanças. Criou-se uma significativa camada interessada no desenvolvimento do capitalismo, os chamados "novos russos", que se movimentam com decisão e eficiência em defesa de um regime que expressa os seus interesses de classe. Entretanto, o processo de formação de uma adequada consciência de classe entre as massas trabalhadoras é mais lento, e não corresponde ainda à situação. O campesinato (ainda maioritariamente integrado nas cooperativas) tem resistido melhor a submeter-se à vitória contra-revolucionária.

Ao mesmo tempo, o PCFR alerta para a necessidade de combater os "falsos amigos do povo", como Jirinovski e Lebed, que demagogicamente procuram manipular o descontentamento popular para mascarar a sua natureza antipopular. No que se refere a Lebed (que conseguiu 15% dos votos graças ao apoio financeiro de Chubais, ao serviço de Ieltsin, para depois lhe entregar esses votos), o PCFR adverte que a sua política, pelas medidas anunciadas, é o prolongamento da política de Ieltsin acrescida de um agravamento do autoritarismo.

Como explicam os comunistas russos o sério problema de anticomunismo existente na Rússia e nas outras repúblicas da ex-URSS?

O PCFR considera que o anticomunismo constitui a principal cobertura ideológica da restauração do capitalismo na Rússia. Campanha facilitada, sem dúvida, pelas deformações registadas no PCUS. Mas, segundo o PCFR, essa campanha ganhou força, em grande

medida, também pela desorientação criada (incluindo na classe operária) pela campanha de descrédito e calúnias que, a coberto da Perestroika, foi desencadeada contra o socialismo e o poder soviético.

Outro factor importante do anticomunismo é o monopólio dos meios de comunicação social (com relevo especial para os audiovisuais), que funcionam como força política naquilo a que os comunistas chamam "um totalitarismo informativo", por parte do poder e dos grandes capitalistas.

Uma das decisões do Congresso foi, aliás, recuperar a publicação regular do jornal Pravda como órgão central do partido.

Que expressão tem tomado mais recentemente a luta política na Rússia? Como aprecia o PCFR as manifestações de Março último?

Segundo o PCFR, as possibilidades de oposição no quadro institucional alargaram-se após as últimas eleições - e o partido parece dedicar prioritária atenção a essa frente.

Mas o traço emergente mais significativo na Rússia é certamente o desenvolvimento que tem vindo a tomar a luta das massas populares.

Nos últimos meses, registaram-se importantes manifestações nas mais importantes regiões e cidades do país, reclamando a demissão do governo e de Ieltsin.

Particular relevo ganharam as manifestações de Março último, em que participaram, segundo

dados apresentados no Congresso, mais de 20 milhões de pessoas, com essas mesmas reclamações. Já depois do Congresso, no 1º de Maio, novamente se registaram grandes manifestações na Rússia.

Os trabalhadores e o povo russo, o próprio PCFR, estão refazendo, em condições muito

difíceis e complexas, uma reaprendizagem da luta de classes, nas condições de um capitalismo selvagem.

Terão ainda um longo caminho a percorrer. Sem cair em simplificações abusivas ou conclusões não fundamentadas, são de saudar os avanços já conseguidos.

O preço da restauração capitalista

Desde 1991, os salários reais diminuíram em mais de 1/3 e os rendimentos dos agricultores caíram para metade. A inflação tomou proporções gigantescas: produtos que em 1990 custavam um rublo custam agora 4.800. O desemprego tornou-se uma praga social, mas ter emprego, para muitos, é ter trabalho e não receber pagamento: só menos de 1/3 dos trabalhadores recebem regularmente os seus salários. 30 milhões de reformados passam meses sem receber a sua pensão.

As pessoas vivendo abaixo da linha oficial de pobreza passaram de 10% da população para mais de 30%.

O próprio Banco Mundial fala no crescimento da pauperização da Rússia e a ONU refere que desde 1991, a par da regressão da economia e das condições de vida, aumentou grandemente o desemprego, agravou-se a desigualdade de rendimentos e pioraram dramaticamente as esperanças de vida, a mortalidade e a morbilidade.

O processo de restauração do capitalismo na Rússia baseou-se na liberalização dos preços, nas privatizações e na liberalização do comércio externo. O resultado foi uma brutal queda da produção, a falência de milhares de empresas, a degradação das condições de vida da população, a pilhagem dos recursos do país.

O Produto Interno Bruto diminuiu mais de 40%, a produção industrial cerca de 50%, o rendimento agrícola de 30 a 40%. Desmoronou-se o sistema financeiro. Cerca de 30% das operações financeiras são feitas em dólares, mais de 35% em «cédulas» de pagamento emitidas por empresas e administrações locais, e só 30% em rublos.

Irão e Coreia do Norte Que ajuda humanitária?

Duas mil pessoas morreram e cinco mil ficaram feridas na sequência do sismo que abalou o leste do Irão, no sábado passado. O tremor de terra, que atingiu os 7,1 na escala de Richter, destruiu ainda 200 aldeias nas regiões de Qaen e Birjand, na província de Khorasan, junto à fronteira com o Afeganistão. Cerca de 10 mil casas ficaram em ruínas. As autoridades locais consideram que os danos são «muito graves».

A França respondeu imediatamente aos pedidos de auxílio internacional lançados pelo Irão, enviando no dia seguinte 39 toneladas de ajuda humanitária de urgência. Os produtos foram entregues ao Crescente Vermelho iraniano. Os dirigentes do Koweit, do Qatar e da Tunísia enviaram mensagens de condolências.

As necessidades mais urgentes são médicos especialistas, sangue e medicamentos. Para abrigar os muitos desalojados, oito mil tendas foram distribuídas pela população, bem como alimentos e combustível. Muitas localidades encontram-se isoladas devido à destruição das estradas de acesso. A água e a electricidade estão cortadas em quase toda a zona afectada.

Tratou-se do mais violento sismo registado no Irão desde Junho de 1990.

A quase imediata ajuda internacional ao Irão contrasta com a falta de auxílio humanitário à Coreia do Norte, que tem vindo, em repetidas oca-

siões, pedindo apoio face aos gravíssimos problemas alimentares com que a sua população se depara desde o Verão passado.

A fome está a ser usada como chantagem para levar as autoridades Coreia do Norte a ceder nas conversações sobre o «tratado de paz» da península coreana.

Depois das grandes inundações ocorridas no país, a Cruz Vermelha Internacional, as Nações Unidas e diversas instituições especializadas têm vindo a chamar a atenção para a situação.

O estado das coisas chegou a um ponto de tal maneira grave que são comuns os rumores da existência de cadáveres de crianças mortas pela fome abandonadas nas ruas, camponeses que vendem as mulheres em troca de comida e até mesmo canibalismo.

Ole Gronning, representante da Cruz Vermelha presentemente em Pyongyang, afirma conhecer esses boatos, mas não tem conhecimento de nenhuma situação que os confirme. «A população está reduzida a comer as cascas das árvores demolidas em água», declara Gronning.

De acordo com uma porta-voz do Programa Alimentar Mundial, falta mais de um milhão de toneladas de víveres para assegurar a sobrevivência da população. «Se nada for feito a tempo, milhares de pessoas morrerão até ao Verão», afirmou Christiane Berthiaume.



seus homens recebem uma formação militar moderna por instrutores dos EUA.

ONU acusa Israel de torturar presos

As formas de «pressão física» utilizadas pelas autoridades israelitas nos interrogatórios relativos a atentados bombistas equiparam-se a processos de tortura, acusou na semana passada um comité das Nações Unidas. De acordo com o relatório feito com base em informações de organizações não-governamentais, os presos são privados de sono, espancados, interrogados durante horas, colocados em frente a aparelhos de ar condicionado, submetidos a sons ensurdecedores de música e forçados a sentar-se em posições dolorosas. O porta-voz do comité adiantou que as acusações «não foram confirmadas nem desmentidas por Israel, pelo que devia desde já dá-los como exactos». O representante do Estado Hebraico na ONU defendeu-se argumentando com a necessidade de «proteger as vidas e a segurança dos seus cidadãos». Em 1996, o Supremo Tribunal israelita concordou com o recurso a pressões físicas «razoáveis» nos interrogatórios feitos pelo Serviço Geral de Segurança.

Comunicação social é principal arma dos políticos

Leo Masterman, assessor da Unesco, apresentou na semana passada a sua tese segundo a qual os políticos utilizam os meios de comunicação social para apresentar «realidades preparadas» e é através deles que ganham as eleições. Para este professor britânico, os resultados eleitorais dependem da crítica que cada cidadão faz às mensagens jornalísticas. Masterman, que nega a existência de uma «prática política fora da imprensa», mostrou exemplos de apresentações televisivas de Margaret Thatcher, Tony Blair e Silvio Berlusconi, bem como o tratamento da crise das ilhas Malvinas pela comunicação social. Quanto ao antigo primeiro-ministro italiano, Masterman afirma que «Berlusconi foi uma invenção da imprensa "berlusconiana" e da sua agência de publicidade», acrescentando que «em apenas dois meses» venceu as eleições devido ao «bombardeamento propagandístico» e à «cobertura informativa» dispensada pela TV.

■ Domingos Mealha

No passado dia 1 de Abril, Governo e Grupo José Manuel de Mello assinaram um protocolo sobre o futuro da Lisnave e da Setenave. Este é mais um dos processos de reestruturação da indústria naval que, como resultado hoje evidente, têm apenas o domínio do grupo capitalista sobre o sector, com dinheiros públicos e leis favoráveis. Novamente se fala em despedimentos e de novo os trabalhadores, em unidade e com grande combatividade, recorrem à luta para defenderem os postos de trabalho, os direitos e um sector que continua a não dar ao País o que poderia, se fossem outras as políticas. O «Avante!» foi tentar contar a história que não aparece em jornais ou revistas mais preocupados com o lado do negócio do que com as posições de quem trabalha. Numa tarde de sábado, numa esplanada aprazível da Margem Sul do Tejo, conversámos com João Pires, dirigente sindical dos Metalúrgicos do Sul, e membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal e do secretariado da célula do PCP no estaleiro da Margueira (Almada), António Cardador, da Comissão de Trabalhadores da Lisnave, dirigente sindical dos Metalúrgicos do Sul, membro da DORS e do secretariado da célula do PCP no estaleiro da Mitrena (Setúbal), Jerónimo Matias, da CT da Lisnave e do secretariado da célula do PCP no estaleiro da Mitrena (Setúbal), e Vicente Merendas, da CT da Lisnave, do secretariado da célula do PCP no estaleiro da Mitrena (Setúbal), da DORS e do Comité Central do Partido.

Começámos por averiguar como cada um deles chegou à indústria naval. As histórias têm datas muito próximas. Partamos, então, do início dos anos 70, pouco tempo antes de despoletar a crise do petróleo e da indústria naval.

AC: A indústria naval desenvolve-se em Portugal num período de industrialização e na altura da chamada «Guerra dos 6 Dias», no Médio Oriente. A Setenave aparece para construir superpetroleiros e é criada tendo como maior accionista o Estado (por isso veio depois a ser nacionalizada).

JM: De 1969 a 1973, vive-se o grande boom da indústria naval. Em Portugal, os Mellos e o Governo da altura apostam na expansão nesta área, mas com uma filosofia económica errada para o momento internacional que já se estava a viver: Cabinda produzia petróleo, a Setenave construía navios, a Soponata transportava neles o petróleo para ser refinado em Sines.

Do berço de ouro para a crise

VM: A crise do petróleo, em 1973, afecta inevitavelmente a Lisnave. Os problemas da empresa não têm ligação nenhuma com o 25 de Abril nem com a luta dos trabalhadores. Aliás, as lutas desencadeadas com o 25 de Abril e após o 25 de Abril tiveram sempre por principal objectivo defender os postos de trabalho e manter a empresa a laborar.

Hoje, à distância, é mais fácil avaliar, e até a própria administração reconhece que, em determinadas situações, foram os trabalhadores que mantiveram a empresa a laborar com uma perspectiva de futuro.

O que aconteceu foi que a Lisnave nasceu num berço de ouro: escolhia os navios, tinha uma gestão toda ela preparada e vocacionada para gerir com muito dinheiro e que não suportou as adversidades.

JM: O 25 de Abril dá-se num momento em que a indústria naval está em plena crise. Dificuldades acrescidas foram criadas pelo grupo Thyssen (a quem os Mellos agora surgem aliados), que tinha uma grande encomenda nos nossos estaleiros e, invocando atrasos, rejeita navios, move processos judiciais e faz crescer os nossos défices.

A Setenave é nacionalizada por arrastamento, devido à nacionalização da banca. A Lisnave nunca foi nacionalizada e foi sempre conduzida por José Manuel de Mello (foi eleito em 1978 presidente do conselho de administração, apesar de ser sócio minoritário), que desencadeou logo uma estratégia de reapropriação da Setenave. Aproveitando-se do con-

Histórias de fa na indústria n

Jerónimo Matias

Faz questão de dizer que nasceu «na aldeia mais bonita de Portugal», Santa Susana, no concelho de Alcácer do Sal. Recordar-se das lutas que viveu aqui, em 1958, pela jornada das 8 horas de trabalho.

Trabalhou pela primeira vez num navio em 1969, na Rocha do Conde de Óbidos.

Ainda nesse ano passou para a Margueira e participou na greve que levou à entrada da polícia de choque no estaleiro para expulsar os trabalhadores. Em Janeiro de 1974 é transferido para o estaleiro de Setúbal, onde estava a iniciar-se a Setenave. Como encarregado de soldadura, esteve entre os primeiros que instalaram as máquinas na Mitrena.

Militante do Partido desde Maio de 1974, foi desde o 25 de Abril eleito para comissões de trabalhadores e autarquias.

Vicente Merendas

Natural da aldeia dos bonecos de Santo Aleixo, entrou na Lisnave pela primeira vez em 1972, a trabalhar para subempreiteiros, como serralheiro, contratado à portaria do estaleiro. Em Março de 1973, depois do exame na escola de formação, foi admitido para a Lisnave. Um mês depois do 25 de Abril, os camaradas da sua secção elegeram-no como delegado de base da Comissão de Trabalhadores. Mais tarde é eleito para a CT, faz parte da comissão de apoio à reforma agrária que, entre o pessoal da Lisnave, reúne dinheiro e oferece dois tractores a cooperativas. Na comissão de higiene e segurança, empenha-se em baixar a taxa de acidentes mortais, que estava em 6 casos por ano e passou a zero, em 1978. De 1981 a 1984 regressou à secção, e desde 1985 é reeleito para a CT, onde exerce o cargo a tempo inteiro.

João Pires

Entrou em 1972 para a Lisnave, «era para aí ajudante de terceira» na secção de andaimes. Em 1973, através de inscrições internas, foi para a soldadura, no sector das novas construções, «que já estava em quebra e acabou por volta de 1976 ou 1977». Desde essa altura passou a serralheiro mecânico, actual profissão. Depois de Abril de 1974 foi sucessivamente eleito delegado sindical, e a partir de 1980 integra, a tempo inteiro, o secretariado da Comissão Inter-Sindical.

António Cardador

É montador de estruturas metálicas pesadas. Anda dentro dos barcos desde os 17 anos, então na Marinha de guerra. Na indústria naval entrou logo depois do serviço, em 1972, trabalhando na Mompur, do Grupo CUF, nos estaleiros da Rocha do Conde de Óbidos e na Mitrena. A 11 de Março de 1974, foi admitido na Setenave, depois de se ter candidatado à Lisnave: «Não se passou só comigo. Depois da admissão e do exame profissional, chamam as pessoas e dizem que agora não há vagas na Margueira, mas pode ir para a Setenave. Éramos todos jovens, precisávamos de trabalho e fomos para a Setenave.» É membro do Partido desde 1978, delegado e activista sindical desde 1978, da direcção do sindicato desde 1988 e da CT desde 1989.



«Querem sempre mais!»

«Avante!»: Com o protocolo de 1 de Abril, ficam atingidos os objectivos do Grupo Mello?

VM: O Mello não pára e há-de colocar a fasquia sempre mais alta. Este acordo com o Governo vem no seguimento de um processo semelhante, em 1993; em 1996, o Grupo José de Mello veio dizer que não tinha sido cumprido, apresentou um novo plano e nem se procurou esclarecer responsabilidades pelo não cumprimento do plano anterior. Mais grave ainda, o Governo do PS aceita integralmente este novo plano e o que assinam, em 1 de Abril de 1997, é o que os Mellos exigiam em Maio de 1996.

É mesmo evidente uma coincidência de Mellos, Governo e confederações de patrões, todos interessados em fazer desta reestruturação na Lisnave uma experiência, usando os trabalhadores dos estaleiros como cobaias para a aplicação de medidas que estão contem-

pladas no Acordo de Concertação Estratégica: a polivalência de funções, a mobilidade de locais de trabalho, a flexibilidade de horários (e o fim das horas extra), a alteração das carreiras, a subversão da contratação colectiva (com as pressões para que sejam feitos contratos individuais).

AC: Com o plano de 1993, o Mello arrecadou 60 ou 70 milhões de contos. Agora vai receber mais 20 e tal milhões e vai receber a Setenave ao preço da uva mijona, na prevista privatização por ajuste directo.

Outro grave aspecto da actual reestruturação é o espartilhamento das empresas. Na Lisnave, empresa de reparação naval, ficarão apenas 1339 trabalhadores, que estão a ser seleccionados como se se tratasse de formar um batalhão de tropas especiais, pelas condições físicas que a administração diz exigir, e que têm que declarar que aceitam as condições de trabalho de que o Vicente falava há pouco.

Com capital exclusivamente do Estado, é constituída a Gestnave, que tem por missão absorver os trabalhadores não seleccionados. Ou seja, o Mello livra-se de metade do pessoal sem quaisquer custos, que recaem sobre a empresa do Estado, e fica com uma reserva disponível de mão-de-obra qualificada, a que poderá recorrer quando necessitar.

As estruturas dos trabalhadores têm dúvidas quanto à legalidade desta operação, porque a lei diz que, nas transacções de empresas, estas são consideradas com o respectivo pessoal. Estamos também a esclarecer esta questão.

JM: Tudo isto prova que há mercado e há trabalho, mas o que queremos é alterar as condições de trabalho.

AC: As estruturas dos trabalhadores têm dúvidas quanto à legalidade desta operação, porque a lei diz que, nas transacções de empresas, estas são consideradas com o respectivo pessoal. Estamos também a esclarecer esta questão.

vores e lutas

aval

Com a permanente
resistência dos
trabalhadores, 25 anos de

relações íntimas entre os governos e o Grupo Mello custaram ao País a total dependência e uma despesa anual de 100 milhões de contos, para além dos subsídios e outros apoios

trolo que a Lisnave detinha sobre o mercado mundial, dificultou até onde foi possível o acesso da Setenave a esse mercado, através da Navelink, em Londres. Isto era feito, claramente, para aprofundar as dificuldades da indústria naval.

VM: Nos anos de 1976-77, José Manuel de Mello aproveitava a situação de crise para procurar obter benefícios do Governo, começa a jogar politicamente, desencadeia a criação de empresas dentro da Lisnave e cria, à custa desta, um grupo.

Despedir sem reestruturar

JM: Neste momento, José Manuel de Mello tem novamente na sua mão este sector e avança para novos despedimentos. Nos estaleiros de Lisboa, Almada e Setúbal chegaram a trabalhar quase 20 mil pessoas, mas hoje não somos mais de três mil. Fala-se em quatro mil, mas isto é com as empresas satélites criadas à volta da Lisnave e que não têm nada a ver com a indústria naval; só que, aproveitando a reestruturação do sector, querem fazer a reestruturação de todo o grupo.

AC: O caso do navio rejeitado pelos alemães é um bom exemplo de responsabilidade dos trabalhadores da Setenave, que abdicaram durante seis meses de parte do salário e de alguns direitos, para acabar o «S 106», depois baptizado de «Setebelo» e vendido a um armador americano. Se isto não tem sucedido assim, era quase certo que o estaleiro tinha que encerrar. Aliás, se a Setenave não fosse nacionalizada, hoje já teríamos um dos dois estaleiros fechado há alguns anos.

A partir de 1981, começam os processos de reestruturação e os despedimentos. Tal como hoje, o objectivo declarado era o desenvolvimento da indústria naval, mas o que vimos, ao longo das reestruturações, foram despedimentos, mais despedimentos, mais tentativas de retirar direitos. Nestes pouco mais de 15 anos o estaleiro da Mitrena perdeu 5500 trabalhadores.

JM: Para os trabalhadores dos estaleiros, a palavra reestruturação tem só um significado: despedimento. As reestruturações nunca foram além disto.

Reestruturação, para nós, passa por redimensionamento dos estaleiros, por investimento em novas máquinas e novos equipamentos, em novas tecnologias. A verdade é que, nestas matérias, tem havido uma completa estagnação, que nós reprovamos e que é da responsabilidade exclusiva dos governos e da administração Mello.

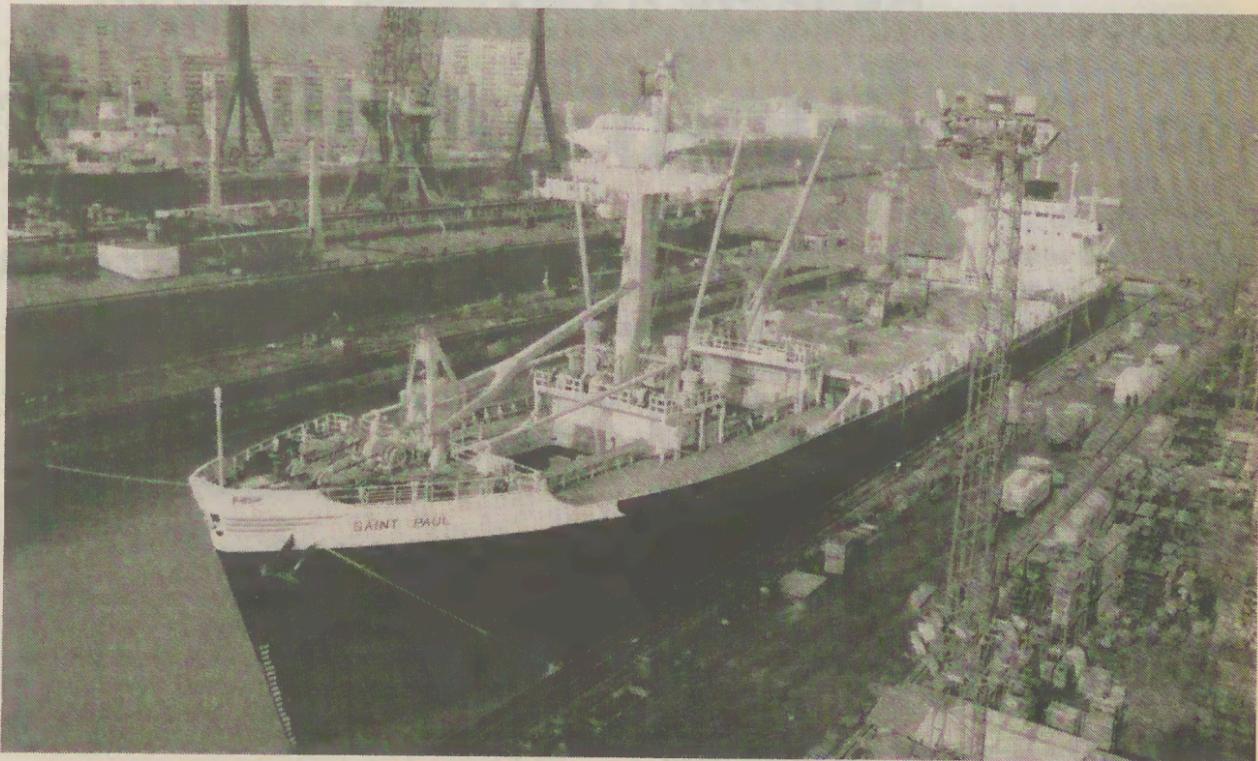
VM: Nunca foi seguida uma política de apoio à indústria naval no nosso país. Como exigimos desde sempre, impunha-se uma estratégia nacional para o sector. Sem isso, perdemos quase toda a nossa marinha mercante, que ficou sem mais de duzentos navios e está hoje reduzida a sessenta. Perdemos a frota pesqueira. Estamos em dependência total do estrangeiro. Em fretes e afretamentos, naquilo que importamos, está-se a gastar cem milhões de contos por ano. Que reestruturação séria e profunda da indústria naval não seria possível fazer com este dinheiro? Mas há aqui interesses, desde os alugueres até à compra de navios em segunda mão.

O Grupo Mello aproveitou precisamente essa falta de estratégia nacional. Os processos de reestruturação são iniciativas do Mello, este sim, com uma estratégia que tinha por objectivo dominar o sector. No primeiro plano de reestruturação, ainda no Governo PSD/Balsemão, José Manuel de Mello defendia que a Lisnave, a Parry (que ainda existia) e a Setenave deviam ser enquadradas num todo, reduzindo os efectivos e sob o comando do Grupo Mello.

VM: Há ainda outro gato escondido neste plano, que é a entrada do chamado parceiro estratégico estrangeiro. Os alemães da Blohm & Voss, do grupo Thyssen, aparecem associados ao Mello, que invoca o pretexto de eles trazerem para Portugal a sua tecnologia. Mas não é esse o objectivo: a Lisnave é já a primeira empresa europeia de reparação naval e a terceira a nível mundial, e não está interessada na tecnologia dos alemães.

A Blohm & Voss é um grande estaleiro de construção naval, e é ob este ponto de vista que tem interesse para o Grupo Mello. Ainda na campanha eleitoral de 1995, António Guterres admitiu que era partidário da privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, se houvesse um parceiro estratégico.

Ora, os ENVC são precisamente estaleiros de construção. O parceiro alemão dos Mellos surge, sobretudo, com o objectivo de, a curto prazo, permitir a aquisição dos Estaleiros de Viana.



«Sabemos o valor da luta»

«Avante!»: Os trabalhadores sentem que a luta tem dado resultados e que a responsabilidade é de quem tem determinado as orientações no País e nos estaleiros?

JP: Respondendo directamente, sentem. Com a crise, surgem em 1977-78 as primeiras tentativas da administração da Lisnave no sentido de cortar direitos aos trabalhadores. A primeira vaga de reformas antecipadas dá-se em 1979.

A ofensiva do Grupo Mello vem desde essa altura e tem contado com o apoio dos governos, incluindo o actual Governo do PS. Foi assim com a cobertura legislativa para as reformas antecipadas, com sucessivas alterações às leis do trabalho (até à Lei 21/96).

Este Governo resultou das eleições de Outubro de 1995. Mas foi buscar, para fazer aprovar na Assembleia da República, propostas que a administração Mello apresentou em 1994 e que os trabalhadores rejeitaram. É natural, por isso, que lutemos tam-

bém contra estas leis, que agora são da iniciativa do Governo.

Pela forte adesão à greve de 24 horas no passado dia 16 de Abril, os trabalhadores fizeram a administração recuar nalgumas graves intenções. E a luta vai continuar.

JM: Os trabalhadores e os seus familiares, nas eleições legislativas, votaram contra o cavaquismo, pela alteração da política. Continuamos convencidos de que a política do PSD era errada e que foi justo afastar Cavaco Silva do Governo. Mas também verificamos hoje que o PS não alterou o essencial da política anterior e está até a ir mais longe.

Mesmo no plano social, as orientações são agora ainda mais graves para os trabalhadores.

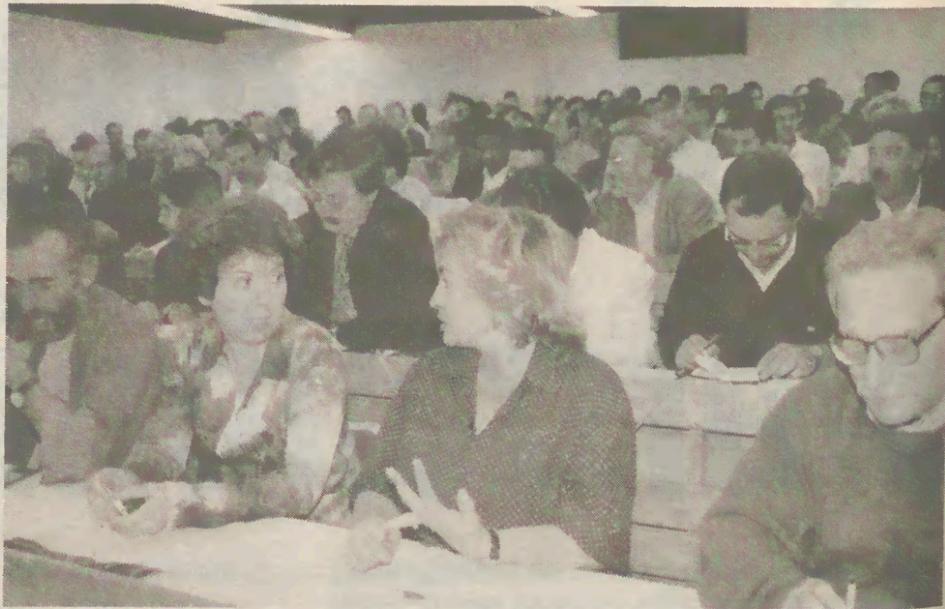
VM: Nestes anos todos, têm-nos contado a história do lobo que diz «vou-te comer para te salvar», mas os trabalhadores não vão em histórias e têm respondido à altura. A greve de 16 de Abril foi das mais poderosas, ao nível dos três estaleiros, e fez recuar a administração, que agora receia novos protestos.

As formas de luta no futuro dependem da atitude do Governo e da administração, que será analisada em assembleias de trabalhadores. Mas a verdade é que nem o Governo nem o Mello tiveram até agora a ousadia de apresentar por escrito as suas intenções, e para suster este ataque muito contribuiu a greve de 16 de Abril.

Saliente-se ainda que, apesar da drástica redução do número de trabalhadores, tem-se mantido a combatividade na indústria naval e tem-se mantido a grande influência e o forte prestígio do PCP e dos comunistas. É significativo que, nas últimas eleições para a CT, a lista unitária que integrámos e dinamizámos tenha obtido 8 dos onze lugares, em votação secreta.

JP: A isso não é alheio o facto de o Partido ter sempre acompanhado muito de perto a situação, ter estado sempre por dentro das lutas e sempre na vanguarda, com os trabalhadores. Estas características não se perderam, apesar de todos os ataques sofridos nestas duas décadas.





Reunião do Comité Central:

Apoio amplo e expressivo ao favorece viragem

Como foi noticiado na última edição do «Avante!», o Comité Central do PCP reuniu no dia 7 de Maio, tendo aprovado um documento onde analisou e debateu aspectos fundamentais da situação política nacional e das tarefas e intervenção do PCP. Para dar a conhecer as principais apreciações e orientações do Comité Central – que a seguir transcrevemos –, o PCP realizou no próprio dia 7 uma conferência de imprensa com a participação do seu Secretário-geral, Carlos Carvalhas.

Governo em sérias dificuldades, ascenso do descontentamento

O Comité Central considera como aspectos mais relevantes e significativos na evolução da situação política nacional nos últimos meses:

- o indiscutível alargamento na sociedade portuguesa da consciência de que o PS prossegue, e em muitos domínios agrava, as linhas essenciais da política de direita antes imposta pelo PSD, frustra claramente as aspirações e exigências de mudança de política que estiveram na base da sua vitória eleitoral, não responde aos problemas que mais afectam e preocupam os portugueses;

- a ampliação do descontentamento popular com a política governamental e o significativo desenvolvimento de um vasto movimento de protesto e de luta dos trabalhadores e de outros sectores sociais em defesa dos seus interesses e direitos, e que têm sido factores determinantes da sensível redução da base social de apoio ao Governo, das dificuldades e conflitos dentro do próprio PS, e da desorientação e profundo desgaste da imagem e credibilidade do seu Governo;

- a confirmação do PCP como a principal força de real oposição à política do Governo e como o mais destacado protagonista da luta por uma política democrática alternativa, num quadro político em que as patentes convergências entre PS, PSD e PP nas questões mais decisivas no plano social, económico e político, estão favorecendo um crescente movimento de atenção, interesse e apreço pelas posições e intervenção do PCP.

Um rumo preocupante, uma política que não serve

O Comité Central reafirma a sua apreciação de que os grandes eixos da política adoptada pelo PS e pelo seu Governo, traduzindo uma ainda mais descarada subordinação aos interesses do grande capital, apenas perspectivam o agravamento - de imediato ou a prazo - dos principais problemas estruturais do País e da sociedade portuguesa.

O sacrifício dos direitos de quem trabalha e do aparelho produtivo nacional no altar da marcha alucinada para a Moeda Única; a transferência para as mãos do grande capital nacional e estrangeiro de valioso património público, através do brutal e acelerado processo de privatizações de empresas do Estado e de serviços públicos; o reforço da exploração dos trabalhadores, a extensão do desemprego declarado e oculto e a ampliação da precariedade e da insegurança no emprego; a obstinada recusa de uma política de melhoramento dos salários, do poder de compra e das condições de vida da população; a ofensiva, gradualista mas friamente planeada e notoriamente inspirada pelas concepções neoliberais, com vista à redução dos direitos sociais, designadamente nas esferas da segurança social, da saúde e da educação; os acordos estabelecidos entre PS e PSD para uma revisão constitucional que, a ser concretizada nesses termos, representa

ria um sério golpe em componentes fundamentais do regime democrático-constitucional - constituem, a par de outros elementos, um rumo extremamente

negativo para o País e em tudo contrário ao seu progresso e desenvolvimento, à afirmação e defesa da soberania nacional, ao fortalecimento da democracia, à justiça social, ao respeito e valorização de quem trabalha, à construção de uma vida melhor para o povo português.

Arrogância e propaganda

O Comité Central sublinha que, a par de um estilo cada vez mais arrogante e de patentes operações de desresponsabilização, um dos principais traços caracterizadores da atitude política do Governo e do PS é o da propaganda e da publicidade enganosas, precisamente para tentar iludir a opinião pública e fugir ao debate sério da sua política e dos respectivos resultados.

Nesta linha de orientação táctica se inserem as regulares encenações de duelos verbais com o PSD e o PP para esconder a natureza das políticas de direita que o Governo prossegue, nomeadamente em relação à União Europeia, às privatizações e aos direitos dos trabalhadores, e os acordos em torno dos Orçamentos do Estado e da revisão constitucional; a tentativa de responsabilizar a Assembleia da República pela inação do Governo ou a arrogante e estulta suspensão da concessão de avales do Estado como represália contra a Assembleia da República, por esta criticar e desnudar a ilegalidade do aval à UGT; a propaganda sobre o crescimento económico, escamoteando a sua não sustentabilidade e visando criar a ilusão de um oásis virtual, em que o crescimento se não reflecte na diminuição do desemprego e na melhoria das condições de vida dos trabalhadores; a publicidade enganosa sobre a aplicação das 40 horas e sobre o pretenso aumento do emprego... nos isolados agrícolas; o persistente recurso à publicidade paga e enganosa para procurar criar uma envolvente popular favorável à privatização de empresas e desfavorável a greves e movimentos de luta popular; assim como a propaganda sobre uma hipotética melhoria das prestações familiares para as camadas sociais de menores rendimentos, omitindo voluntariamente os valores dessas prestações e catalogando na camada média/alta da população uma família vivendo com dois salários mínimos; do mesmo modo a propaganda sobre as alegadas, mas nunca concretizadas, vontades e determinação para avançar com a regionalização.

Resposta do PCP à demagogia do PS sobre a regionalização

A respeito da regionalização, o Comité Central do PCP considera que o comportamento do PS nesta matéria e, designadamente, as suas sucessivas cedências ao PSD e ao PP, legítimas a suspeita de que, no pensamento reservado dos principais dirigentes do PS, a regionalização já foi metida na gaveta. E que apenas procuram usar a regionalização como bandeira de conveniência, nomeadamente até às autárquicas, e encontrar a melhor forma de sacudir para outras forças polí-

ticas as suas próprias responsabilidades pela inviabilização nesta legislatura desta importante reforma democrática.

O Comité Central entende oportuno reafirmar duas ideias essenciais.

A primeira, é a de que as previsíveis dificuldades de concretização ou o provável congelamento da regionalização decorrerão essencialmente do propósito do PS, em aliança com o PSD e o PP, de inscrever na Constituição a obrigatoriedade de sujeitar a concretização da regionalização a dois referendos prévios, passíveis, aliás, de serem invalidados por uma abstenção superior a 50%.

Isto significa que, a partir do momento em que for aprovada a alteração constitucional acordada entre PS, PSD e PP, a concretização da regionalização poderá ficar indefinidamente adiada, ou por razões de táctica partidária, ou por dificuldades de calendário e conjuntura política, ou por inexistência de maioria parlamentar para aprovar quer a lei orgânica do referendo quer a proposta concreta de perguntas a sujeitar a referendo.

A segunda, é que o único compromisso que, nesta matéria, o PCP assumiu e assume perante o País é o da criação e instituição em concreto das regiões administrativas no continente, pelas formas previstas nas normas constitucionais actualmente em vigor.

Fica assim claro que a definição de responsabilidades pela previsível inviabilização da regionalização far-se-á no momento da votação da revisão constitucional e não em qualquer outro momento ou situação posteriores.

Vale a pena lutar

O Comité Central salienta que o enfeudamento do Governo do PS à política de direita, e a sua correspondente opção por alianças e entendimentos com o PSD e o PP, não são nem um acidente nem uma situação conjuntural, mas sim um ponto muito avançado de toda uma trajectória política e ideológica marcada por uma continuada vinculação às ideias e interesses do grande capital, e por uma sistemática abdicação dos ideais e valores de esquerda.

É, entretanto, indispensável assinalar que a solidez dos compromissos do PS com a política de direita e a evidente determinação em a prosseguir, não poderão significar que, aos trabalhadores, aos democratas, aos eleitores portugueses, restaria apenas esperar pelas próximas eleições legislativas para então castigar justamente o PS.

O Comité Central chama a atenção para o facto de, desig-



EM FOCO



PCP à esquerda

nadamente com eleições autárquicas à porta, o PS não poder ser insensível ao descontentamento popular e a uma forte erosão da sua base social e eleitoral de apoio, o que cria ainda melhores condições para o êxito dos movimentos e lutas reivindicativas por objectivos concretos, e para novos avanços na luta para travar e derrotar as ofensivas que o Governo do PS já tem em curso e prepara para o futuro próximo.

No quadro das múltiplas tarefas e dos exigentes esforços que a situação política nacional coloca ao Partido, às suas organizações e militantes, o Comité Central destaca a particular importância, a par da tarefa prioritária e decisiva da preparação das eleições autárquicas, da dinamização e intensificação da luta de massas contra as privatizações e a política de direita do Governo, da luta contra uma revisão constitucional na base do acordo PS-PSD, da campanha contra a Moeda Única e pela realização de um referendo nacional sobre este gravíssimo passo na integração europeia.

Ampliar a luta de massas

O Comité Central do PCP valoriza o crescendo de acções de massas verificado nos últimos meses, e muitas outras já com data marcada, que, abrangendo uma grande diversidade de sectores (trabalhadores, professores, estudantes, agricultores, etc.), afrontam a continuidade da política de direita, evidenciam uma enorme disposição de luta e atestam a derrota do Governo nos seus objectivos de adormecimento do movimento popular e de confinar os cidadãos

tui um valioso contributo para a luta que vai ter, inevitavelmente, novos desenvolvimentos com as tentativas de aplicação da Lei da Flexibilidade e Polivalência e a gestão e organização dos horários de trabalho.

O Comité Central do PCP, afirmando as potencialidades existentes para a ampliação da luta de massas, destaca o seu papel essencial para defender os interesses mais imediatos da classe operária, dos trabalhadores e de outras camadas sociais (pelo emprego, contra os despedimentos, por melhores salários e pensões, em defesa dos direitos e da segurança social, pelo ensino e a sua qualidade contra as propinas) e para derrotar a política de direita do Governo PS.

Defender a Constituição

O Comité Central sublinha a extraordinária importância de dar, a curto prazo, um novo e vigoroso impulso à batalha política contra a perigosa revisão constitucional ensejada pelo vergonhoso acordo celebrado entre o PS e o PSD.

A vasta indignação e as fortes críticas que a celebração deste acordo e o seu conteúdo fundamental suscitaram em sectores democráticos muito diversos, incluindo no seio do próprio PS, são um claro indicador de que, ao invés de qualquer atitude resignada ou fatalista face à consumação daquele acordo, existem, pelo contrário, condições muito favoráveis para o desenvolvimento nos próximos meses, designadamente em Junho e Julho, de um amplo e combativo movimento de opinião e de luta em defesa da Constituição.

Com a justa convicção de que é imperioso - e é possível - fazer fracassar os planos do PS e PSD para atentarem contra a democraticidade do sistema eleitoral para a Assembleia da República e para as autarquias, contra a unidade do Estado, contra os direitos dos trabalhadores e contra aspectos nucleares da Constituição económica e social.

Moeda Única não, referendo sim!

O Comité Central do PCP reafirma a sua oposição a uma revisão do Tratado de Maastricht que possa acentuar uma União Europeia federal, comandada por um núcleo reduzido de grandes países e conforme os interesses do capital transnacional. Em particular, opõe-se aos projectos que pretendem institucionalizar esse núcleo, reduzir o número de

ao conformismo e à resignação.

Sinais maiores dessa vontade de lutar foram as comemorações do 25 de Abril e as grandes manifestações do 1º de Maio. Como são traços relevantes da situação social o desmascaramento e descrédito da UGT e o reafirmado prestígio e importância da CGTP-IN na sociedade portuguesa, bem como os avanços das posições unitárias em inúmeras eleições em organizações de trabalhadores, de que se destaca a significativa vitória da lista integrada por comunistas e elementos do PS no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Neste quadro, a luta em torno do horário de trabalho continua a constituir uma questão central para os trabalhadores e o movimento sindical unitário. Há que valorizar os êxitos alcançados e prosseguir as acções, considerando que, tanto o Governo como as confederações patronais, com o conluio da UGT, persistem na abusiva interpretação do conceito de horário de trabalho. A discussão e votação, a 15 de Maio, do Projecto de Lei do PCP consti-

comissários, alterar a ponderação de votos no Conselho e eliminar a rotatividade da presidência, legalizando a existência de países de primeira e de segunda na União Europeia. E será completamente inaceitável que essas alterações possam, como alguns sugerem, vir a ser aprovadas por troca com a garantia da nossa presença no primeiro pelotão da Moeda Única.

O Comité Central do PCP denuncia a demagogia dos que, afastando da revisão do Tratado uma mudança de rumo nos processos da União Económica e Monetária (UEM) e da Moeda Única, enquanto reforçam as orientações neoliberais e monetaristas da Comunidade, aparecem a propor a inclusão no Tratado de um capítulo sobre o emprego e do Acordo relativo a Política Social. Isto é a tentativa de ocultar, com piedosas intenções, as gravosas consequências decorrentes da Moeda Única em matéria de emprego, salários, direitos sociais, que sabem serão intensificadas.

O Comité Central reclama uma alargada intervenção e debate sobre as posições que o Governo tenciona adoptar na Cimeira de Amsterdão, marcada para 16 e 17 de Junho, em que deverá ser aprovada a revisão do Tratado de Maastricht e o Pacto de Estabilidade, chama a atenção para a importância e significado do Comício Internacional promovido pelo PCP, a realizar em 24 de Maio, «Pelo emprego com direitos e por uma Europa de progresso social, paz e cooperação», apela à intensificação da sua campanha em curso contra a Moeda Única e pela realização de um referendo nacional sobre essa matéria.

Com confiança, a caminho das eleições autárquicas

O Comité Central salienta o dinamismo e o clima de confiança com que, no âmbito das organizações do Partido e das estruturas da CDU, estão a desenvolver-se positivamente as tarefas de preparação das eleições autárquicas do final do ano, como se testemunha pelo avanço na apresentação de candidatos e elaboração de listas. Neste aspecto, destaca-se não só a participação de muitos homens e mulheres militantes do Partido, como muitos independentes que participam pela primeira vez na CDU. Avulta também a elaboração de programas eleitorais de forma aberta e participada e a realização em todo o País, e com larga participação, de centenas de actividades e iniciativas públicas de informação, debate e esclarecimento. Avulta ainda o facto de se estarem a registar resultados positivos na campanha dos 200 mil contos, a decorrer até ao final do ano, para reunir os recursos necessários para uma activa e bem sucedida campanha eleitoral. É testemunho desse facto terem sido recolhidos 30 mil contos nos dois primeiros meses.

Neste quadro, o Comité Central salienta a necessidade de, no prosseguimento do valioso trabalho já desenvolvido, ser prestada uma particular atenção à concretização das orientações aprovadas pela recente Conferência Nacional sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas.

E apela a uma activa e empenhada preparação, por parte das organizações e militantes do Partido, da Jornada Nacional de Esclarecimento que a CDU vai promover em todo o País, de 30 de Maio a 8 de Junho e que, com uma vasta participação de eleitos no poder local e candidatos, deverá constituir uma marcante acção de contacto directo com as populações e assegurar uma forte afirmação local e nacional da CDU, da sua obra no poder local e do seu projecto e propostas para as próximas eleições.

Reforçar o PCP, virar à esquerda

Apesar das consideráveis dificuldades causadas por uma mediação da vida política, que tende a valorizar o que é mais superficial, mais espalhafatoso e efémero, apesar de discriminações e preconceitos de que o PCP continua a ser alvo, apesar da quase inexistência - que é particularmente vantajosa para o Governo - de debates televisivos interpartidários, de composição efectivamente pluralista, sobre os grandes problemas nacionais, crescem os sinais na sociedade portuguesa de uma nova corrente de opinião que não só reconhece o papel indispensável do PCP e a importância da sua intervenção, mas que se aproxima dos grandes valores e causas que, de forma absolutamente singular, o PCP está protagonizando neste período da vida nacional.

Mantendo uma firme atitude de resistência frontal ao dogmatismo do «pensamento único», que quer que os interesses e os ditames do capital financeiro desapropriem o conteúdo da soberania popular e da democracia: procurando assegurar, ainda mais ampla e eficazmente, uma intervenção do PCP e das suas organizações próxima dos problemas e das aspirações do povo português; procurando, com decidida abertura, o diálogo e a acção comuns com outros democratas; valorizando sempre, e mais e mais, o espírito crítico e a intervenção activa dos trabalhadores e dos cidadãos na defesa dos seus direitos e interesses, e na reclamação de uma nova política; divulgando mais amplamente as suas múltiplas propostas construtivas para a solução dos problemas nacionais, em constante demonstração de que há alternativa para a política de direita; o PCP tudo fará para honrar a confiança e as esperanças do número crescente dos portugueses que compreendem que é necessária uma viragem à esquerda no política nacional, e que é um mais amplo e expressivo apoio ao PCP que melhor pode favorecer essa viragem.



■ Vitor Dias
Membro
da Comissão Política

Lágrimas de crocodilo

COMO era de prever, o seminário promovido pela Fundação Gulbenkian sobre a «Europa Social», na base de critérios de pluralismo efectivamente muito limitados mas que incluiu a participação de algumas personalidades que não seria justo acusar de defensores do «pensamento único», permitiu que, pelo menos durante uns dias, diminuísse nos «média» portugueses o endeusamento dos critérios de convergência e da marcha para a moeda única e ganhasse algum destaque a gravidade dos problemas sociais nos países da União Europeia.

Esclareça-se, entretanto, e desde já, que uns quantos dados impressionantes e umas quantas palavras preocupadas e indignadas sobre o estado do «social» na Europa não só não incomodam nem tiram o sono aos responsáveis e defensores das concepções e rumos da actual «construção europeia» como fazem parte de um ritual que lhes cumpre encenar periodicamente para a composição de uma imagem de sensibilidade social que escamoteie responsabilidades e obscureça a verdadeira natureza das decisões e opções determinantes em que estão empenhados.

E, no entanto, se houvesse seriedade neste mundo e se os donos do mundo não fossem os que o são, só por si os dados revelados neste Seminário, com base num estudo do Eurostat reportado a 1993, sobre as desigualdades sociais e a pobreza nos então 12 países da UE, deviam ser vistos com um arrasador libelo acusatório contra os rumos da actual «construção europeia» e uma devastadora condenação dos interesses de classe que a tem comandado.

Os números foram referidos na generalidade da imprensa, mas ainda assim vale a pena recapitulá-los aqui, com a nota suplementar - provavelmente dispensável - de que, ao contrário dos agora sempre tão citados números sobre o crescimento do PIB ou sobre a taxa de inflação, estes números levam pessoas

frente da Grécia, pois assinalavam-se 2,5 milhões de portugueses pobres, um em cada três (29%) agregados familiares, estando ainda incluídos neste oceano de pobreza 55% dos idosos portugueses. De registar também como indicador particularmente revoltante que, no conjunto dos 12, uma em cada cinco (20%) crianças viviam em 1993 em agregados pobres, representando um total de 13 milhões de crianças, nas quais se incluem 29% das crianças portuguesas. Finalmente, é ainda

de assinalar que, também no capítulo das desigualdades sociais, Portugal volta a comandar o «pelotão da frente», seguido pela Grécia, Reino Unido, Irlanda e Espanha, pois os 20% de agregados mais pobres receberam 6% do rendimento monetário líquido total dos agregados, enquanto os 20% de agregados mais ricos receberam 46% (contra 41% da média comunitária).

São dados como estes que vêm tornar ainda mais claro que números sobre o crescimento do PIB e sobre a baixa da inflação ou os retóricas estatísticas nos dados sobre desemprego podem ser pouco mais do que cortinas de fumo sobre dilacerantes realidades sociais. Como se viu recentemente a respeito da Grã-

Ao contrário daqueles que, de forma obviamente conveniente, olham para todos estes dados, e depois, repartindo esta «construção europeia» por um sistema de três caixas separadas e fechadas (numa o «político», noutra o «económico» e noutra ainda «o social»), concluem que só no «social» é que está a zona de fracasso do processo de integração europeia, é a nosso ver uma evidência irrecusável que este fracasso no «social» é filho legítimo e consequência directa das opções feitas em matéria política e em matéria económica.

É por isso que, sem dúvida, devemos exprimir apreço por todos quantos, ainda que com posições de fundo diferentes das nossas, procuram ir corajosamente à raiz dos problemas, questionar a dogmática instalada e desenhar outros rumos, orientações e perspectivas.

Mas é também por isso que, por outro lado, devemos dizer que já falta a paciência para aturar todos aqueles que, lacrimando trimestralmente sobre o desemprego, as desigualdades e a exclusão social na Europa, se ocupam quotidianamente a assegurar, a todo o custo e ferreamente, que não só não seja posto em causa, como era indispensável - o «adquirido» desta «construção europeia» como insistem teimosamente em imprimir-lhe novas e perigosíssimas evoluções, como é o caso da obsessão da moeda única e tudo o que

lhe está associado. E também já falta a paciência para este truque do com a moeda única «agora é que é», porque, para encurtar a história, já o vimos a respeito do Acto Único e depois do Tratado de Maastricht. E igualmente já falta a paciência para esta manhosa técnica dos factos consumados que estão a sempre a pedir novos e mais graves factos consumados, como se acaba de ilustrar pela afirmação de J. Delors de que no fundo iria ser preciso um Governo europeu porque, sem esse poder político federal, «os povos da Europa vão considerar o Banco Central Europeu dez vezes mais horrível do que os burocratas de Bruxelas».

Tudo visto, talvez só falte, por agora, escrever um remate em direcção não apenas a figuras como esse incontornável

Os mandantes da «construção europeia» sabem-na toda: umas quantas lágrimas sobre a situação social dão sempre jeito para que possam continuar a cuidar bem dos interesses da finança



dentro, ou seja, exprimem dramas e sofrimentos humanos sem conta, vidas concretas afogadas na tristeza, na amargura e no desespero, um crime contra a dignidade humana longamente perpetrado no interior do próprio 1º Mundo que nem sequer merece ser absolvido só porque haverá tragédias ainda maiores noutras partes do globo.

Com efeito, os dados do Eurostat vêm-nos dizer que, nesta tão cantada Europa do desenvolvimento e do bem-estar, já não estamos nos 45 ou 50 milhões de pobres de que se falava há uns anos, pois o número de indivíduos vivendo em famílias abaixo do «limiar de pobreza» (*) ascendia em 1993 a 57,6 milhões, correspondendo a que, no conjunto dos 12 países considerados, um em cada cinco (17%) dos agregados familiares estava abaixo desse limiar. E, neste quadro global, na dimensão relativa da pobreza, cabia a Portugal o primeiro lugar, à

-Bretanha, das «performances» económicas do Governo de Major e do alegado «Mistério» do abismo entre indicadores «macro-económicos» e sentimento popular que despertou, lá fora e cá dentro, quilómetros de prosa.

Acontece é que poucos decifradores do «mistério» se lembraram de recordar que, segundo o INE lá do sítio, as últimas duas décadas foram marcadas na Grã-Bretanha por uma forte progressão das desigualdades sociais, a ponto de a riqueza das quinhentas pessoas com maior fortuna ter subido 23% no último ano. Poucos se lembraram de assinalar que a percentagem de pobres passou de 8% em 1982 para 23% (12 milhões de cidadãos) em 1993. Poucos se lembraram de registar que cinco milhões de britânicos, um terço da população activa, trabalham a tempo parcial, que quatro milhões de assalariados trabalham mais de 48 horas por semana e dois milhões e meio não beneficiam de férias pagas.

Jacques Delors, supremo artista da arte de ter grandes responsabilidades para o que convém e de não ter nenhuma responsabilidades no resto, mas também e sobretudo àqueles que têm grandes responsabilidades institucionais em Portugal.

Talvez cumpra dizer-lhes que, nesta fase do campeonato, não serão nem umas tímidas invocações de que o euro não pode ser tudo ou uns inflamados arreganhos sobre a necessidade de justiça e coesão social que disfarçarão as suas históricas responsabilidades nas opções de fundo em que querem aprisionar Portugal e os povos da Europa.

(*) Nos termos de uma definição do Conselho da Europa, consideram-se pobres «as pessoas, famílias e grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão limitados que os excluem de um nível de vida minimamente aceitável no Estado-membro em que vivem». Por sua vez, o «limiar de pobreza» corresponde a 50% da média aritmética da despesa/rendimento líquido equivalizado em Paridades de Poder de Compra.

A luta pela terra e o exemplo que nos vem do Brasil

1 A publicação e divulgação pela Editorial Caminho do belo livro de fotografias de Sebastião Salgado, «Terra» (belo pelo valor estético mas também pela mensagem que a linguagem e o vigor das fotografias a preto e branco só por si transmitem), com prefácio de José Saramago, foi uma oportunidade de ouro para que o País conhecesse e se solidarizasse com a luta dos Sem Terra do Brasil.

Quando os valores ideológicos dominantes transformam o individualismo, o egoísmo e a indiferença pela sorte dos outros como referências do comportamento humano numa sociedade dominada pela competitividade e o sucesso privado a todo o preço, impõe-se, mais do que nunca, que os comunistas, os homens e as mulheres de esquerda, elejam e recordem a solidariedade (e a emoção solidária) como um valor que faz a diferença e um património ético daqueles que lutam por um mundo de justiça, de liberdade e de fraternidade.

Ora, se há causa que justifica e merece essa solidariedade ela é a luta dos Sem Terra brasileiros, dos milhões de «bóias-frias» que vagueiam pelo sertão brasileiro.

Como mereceram os milhares de assalariados rurais alentejanos e ribatejanos que se bateram pela Reforma Agrária.

Como merecem hoje os milhares de trabalhadores em luta pela 40 horas de trabalho, contra o desemprego, por condições dignas de vida.

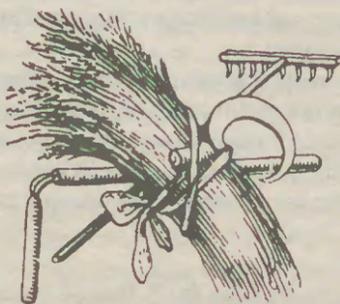
Ou como merece o povo cubano em luta pelo direito à construção de uma sociedade livre, justa e socialista.

Quando a pressão ideológica e as exigências da intervenção quotidiana ameaçam não deixar espaço para a solidariedade – que é também um caminho para ampliar o movimento social progressista neste espaço à esquerda que as políticas de direita e neoliberais deixam cada vez mais vago –, iniciativas como as que rodearam o lançamento do livro de Sebastião Salgado são particularmente oportunas.

2 É preciso que se saiba que a concentração latifundiária no Brasil atinge níveis gigantescos (aliás, à dimensão do gigante que é o próprio

«A terra transformada em capital aguarda a libertação»

(Mauro Morell, Bispo do Duque de Caxias – Rio de Janeiro, na conferência «Terra, Ecologia e Direitos Humanos», 1992)



Brasil): os 20 maiores proprietários do Brasil têm 20 milhões de hectares, a mesma área que 3,3 milhões de camponeses. 0,8% dos proprietários têm 44% (isto é, quase 200 milhões de hectares) da terra arável num país com cerca de 850 milhões de hectares dos quais metade constituem superfície agrícola utilizável mas em que apenas cerca de 60 milhões são cultivados.

O Movimento dos Sem Terra nasce desta gigantesca concentração fundiária e da inaceitável miséria e intolerável violência social e repressiva que lhe está associada.

Calcula-se em cerca de cinco milhões as famílias camponesas no Brasil sem um pedaço de terra e de trabalho. A luta dos Sem Terra tinha dinamizado até há pouco a ocupação de 5 milhões de hectares entregues a cerca de 160 000 famílias «assentadas» num processo marcado pela extrema violência perpetrada pelos exércitos privativos (os jagunços) dos latifundiários e pelas forças repressivas do Estado (como a tristemente célebre polícia militarizada).

Esta repressão brutal já assassinou mais de 1600 camponeses e seus dirigentes. Ainda recentemente, aliás, foi recordado o 1º aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, onde 155 soldados da polícia militarizada abriram fogo e assassinaram 19 camponeses em luta pela terra.

O Movimento dos Sem Terra tem vindo a conhecer uma nova dinâmica – e também interesse dentro e fora do Brasil – e há razões para crer que desembocará – embora em condições difíceis e ainda sujeito a um processo longo e violento – na realização da Reforma Agrária no Brasil (com a própria democratização do poder político). Os próprios poderes públicos têm sido obrigados a

reconhecer a força, a amplitude e a justiça da luta dos Sem Terra exemplificadas, embora muito tímidas, medidas de «assentamento» (instalação na terra) de famílias camponesas promovidas ou reconhecidas pelos últimos Governos e pela audiência que o actual Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi obrigado a conceder aos Sem Terra do Brasil no final da sua recente marcha até Brasília.

Até a Assembleia da República Portuguesa o reconheceu ao aprovar um voto de solidariedade com os Sem Terra apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP – e que obteve os votos favoráveis, para além do PCP, do PS e do PP e a abstenção do PSD – embora com declarações de voto não isentas de hipocrisia e de tentativas desajeitadas de separar a luta pela Reforma Agrária no Brasil da luta pela Reforma Agrária em Portugal. Mas isto são contas de outro rosário...

3 A luta dos camponeses sem terra do Brasil é aquela que maior dimensão, expressão e espectacularidade tem obtido e conseguido. Mas é preciso recordar que a luta pela Reforma Agrária na América Latina estende-se um pouco por todo o continente.

Estou a lembrar-me, por exemplo, das organizações camponesas do Equador, do Peru, da Venezuela ou do México onde a luta das organizações camponesas se confunde, em muitos casos (como no Equador ou no México) com as lutas de organizações indígenas contra as oligarquias dominantes, pelo direito à terra e ao território (contra os latifundiários e as grandes empresas florestais e de celulose, como a Aracruz no Brasil), mas também pelo direito à sobrevivência das suas culturas e dos seus povos e em defesa da vida.

Em todos estes processos, os movimentos pela terra e pela defesa dos direitos dos povos indígenas não estão sozinhos. São movimentos impulsionados ou que mobilizam a solidariedade activa de partidos e organizações revolucionárias, de organizações sindicais, de movimentos populares (com os quais muitas vezes se cruzam em lutas convergentes) e – este o aspecto específico – de sectores progressistas da Igreja como as Comissões Pastorais da Terra, as comunidades eclesiais de base, a igreja dos pobres.

Igreja dos pobres (em conflito permanente com a igreja oficial e as suas hierarquias) que não despreza, inclusivamente, a utilização de instrumentos e conceitos marxistas de análise da realidade social.

Por exemplo, no México, o Centro Nacional de Ajuda às Missões

Indígenas publicou um conjunto de 14 gravuras representando o caminho que se afirma que Jesus de Nazaré percorreu até ao local da crucificação onde as tradicionais explicações bíblicas são traduzidas em frases que ilustram a opressão, a exploração e a luta dos povos indígenas e camponeses.

O texto que acompanha a gravura da crucificação, por exemplo, afirma: «América Latina é crucificada pelas mais diferentes formas de dependência e exploração. Uma economia que beneficia os empresários e que tem repercussões negativas para os operários, uma forma de apropriação da terra que prejudica os camponeses, um modelo educativo que marginaliza a maioria.»

Ou, como afirmava o Bispo do Duque de Caxias, do Rio de Janeiro, «o colapso da nova Ordem Económica Internacional não pode ser só fruto da oração mas da luta dos povos».

4 É esta luta que em Portugal também não podemos esquecer quando, no Alentejo, 80% das terras pertencem a 1% das explorações (segundo as próprias estatísticas oficiais) e quando sabemos que não há solução para o desenvolvimento, o povoamento e o emprego sem resolução da questão agrária.

Há de novo condições (em resultado da reconstrução latifundiária e da PAC) para lutar (nas condições políticas e sociais de hoje) pelo projecto de uma nova Reforma Agrária, por melhores condições de vida nos campos, contra a desertificação e pelo desenvolvimento, envolvendo nessa luta assalariados rurais, pequenos agricultores e outros sectores da sociedade.

A democratização do acesso à terra é um projecto actual que não pode ficar na sombra da intervenção política ou limitada a referências de circunstâncias «orações» institucionais.

Para isso é preciso que não deixe de estar presente nesse vasto terreno de luta social, à esquerda, que as políticas de direita, neoliberais e do PS estão cada vez mais a deixar vago e cuja ocupação é urgente e vai mais além da directa ou indirecta intervenção institucional ou eleitoral autárquica (cuja eficácia e resultados, aliás, também estão dependentes do nível e amplitude, da luta, da influência e da consciência social).

Como se diz no Brasil, «é preciso dar um puxão na galera».



■ Lino de Carvalho



EM FOCO

TELECOMUNICAÇÕES

■ Álvaro Tavares

O negócio e o domínio do futuro

Discutir comunicações hoje, discutir a chamada sociedade da Informação de amanhã é tremendamente aliciante e só a nossa capacidade poderá pôr limites à ficção científica. As Telecomunicações estão em tal desenvolvimento que parecem em ebulição. Mas Comunicações são um serviço público que implicam direitos básicos dos povos ao desenvolvimento. E são também, cada vez mais, um negócio de ponta. O negócio e o domínio do futuro.

(...) A abertura dos mercados que a desregulamentação do sector feita pela União Europeia acarreta no sector das telecomunicações, por razões de concorrência, pela evolução tecnológica mas também para favorecimento de algumas entidades supranacionais, têm de ser encaradas com realismo pelas empresas mas sem subserviência pelo Poder Político.

É interessante ouvir dos nossos executivos felicitarem-se por os estados membros da UE conseguirem pôr-se de acordo para marcarem aquilo a que chamam «fim dos monopólios públicos das telecomunicações» como se de uma doença se tratasse, e dizerem, por ingenuidade ou por mistificação, que a partir da liberalização vamos assistir a uma concorrência leal, à escala internacional, entre todas as forças em jogo, em que os mais eficientes e mais ousados triunfarão.

Lembrámo-nos da frase da insuspeita ex-primeiro-ministro francesa Edith Cresson, discursando há uns tempos, numa conferência internacional em Paris, ao dizer que «um mercado totalmente concorrencial e global faria nascer, paradoxalmente, posições dominantes ou monopolistas». (Citou, como exemplo, os jogos de vídeo, mercado controlado em 95% por duas empresas japonesas.)

Se quisermos dar mais um exemplo, ainda aqui há três anos, nos EUA (pasmese!), pátria do dito liberalismo económico, os industriais de computadores, automóveis, vídeo, electrónica, clamavam por protecção estatal, mandando «às urtigas» a livre concorrência, contra as multinacionais japonesas, que utilizavam «jogo sujo», diziam.

Não é só com departamentos reguladores do tipo ICP (Instituto das Comunicações de Portugal), que alguns também «querem privatizar» ou transferir funções para entidades supranacionais, uma espécie de IC europeu, que tudo se resolve.

Defendemos a existência de uma empresa de capitais públicos determinantes para o controlo do negócio, cujo figurino em Portugal corresponde à PT e ao seu grupo. Mas muito tem de mudar nessa PT. Tem de ser autónoma em relação aos partidos no Poder, moderna, desburocratizada, concorrencial num mercado aberto, aberta a acordos de diverso tipo, em campos específicos dos actuais e de novos serviços, com empresas privadas portuguesas e estrangeiras, garantindo a evolução tecnológica, mercado estável à indústria do sector residente em Portugal, baixos preços e qualidade aos grandes clientes e um serviço social à população. E quando dizemos concorrencial, queremos dizer jogo limpo com todas as empresas do sector, actuais ou vindouras, tanto quanto estas o praticarem.

É imperioso enfrentar a concorrência por razões tecnológicas, por razões de preços e de qualidade de serviço. Mas há também concorrência a enfrentar por chantagem de mercados e por pressões dos próprios organismos da UE.

Temos de compreender que a motivação de muitas das decisões da UE não é servir os Estados, mas sim algumas multinacionais.

(...) Mas o que se está a passar efectivamente de diferente no campo empresarial, em relação ao passado, nas Comunicações/Telecomunicações, é que de monopólios públicos a nível de país estamos a caminhar rapidamente para megamonopólios a nível mundial, mas que em vez de públicos são privados. Veja-se o que se perspectiva com a BT, e somos levados a esta interrogação: quem pode parar a nossa imaginação quanto a fusões? Leis antimonopólio ou determinações da UE? Não sejamos ingénuos!

Por isso, falando de liberalização, não a entendemos como contagem final, lema deste Congresso, porque nada é definitivo neste mundo, nem sociedades, nem sistemas, nem economias.

Além disso e dentro do quadro actual, há Estados que sempre se continuarão a proteger, mesmo contra directivas da UE.

(...)

Privatização: uma opção ideológica

Já é habitual, por razões óbvias, os defensores da privatização apresentarem a liberalização e a privatização como interdependentes.

A nossa opinião é diferente. A privatização é uma opção ideológica dos partidos no Poder, nomeadamente, neste caso, em relação às telecomunicações.

Da nossa parte, nunca pusemos em causa a coexistência dos sectores estatal e privado e, evidentemente, também nunca quisemos a estatização da economia como gostam de afirmar os nossos detractores. Mas sempre defendemos uma posição determinante do Estado no controlo dos sectores que consideramos básicos da nossa economia, no qual inserimos, e cada vez mais, as comunicações/telecomunicações.

Não pretendemos com isto dizer que somos contra a plena concorrência do sector privado com o sector estatal. Entendemos sim, que uma empresa como a Portugal Telecom e posteriormente o grupo em que se tornou, não deveria ter sido privatizada e sobretudo estamos contra que o controlo de negócio saia das mãos do Estado.

(...)

Ao contrário da maioria dos países da UE, Portugal tem um consumo interno de telecomunicações muito dependente da sua economia e desigualmente distribuído, sendo muito baixo no interior e ilhas em comparação com o litoral. No interior, o carácter social do telefone assume uma importância tal que não pode ser lançado na lógica do mercado, sob pena de se atentar contra os direitos dos povos ao desenvolvimento básico, ao virar para o terceiro milénio. É o evitar duma profunda regressão social que está em jogo!

No rendimento *per capita*, a parte de despesas com comunicações está acima da média da OCDE, e não é por consumirmos muito, mas porque o rendimento é baixo.

Porém, em economia neoliberal, é a lei do lucro e do mais forte que rege o desenvolvimento. Não queremos impedir a concorrência que gere qualidade de serviço e mais baixos preços para todos. Mas queremos questionar quem garantirá, então, os investimentos vultuosos para o desenvolvimento básico, de difícil e/ou parcial recuperação, se as empresas de telecomunicações nacionais, privatizadas e com uma fatia determinante ao seu capital na posse de multinacionais, passarem a escolher as zonas e o tipo de investimento, sem terem em conta os interesses da maioria dos portugueses? A chamada «Golden Share» ou o contrato com o Estado para o «Serviço Universal» de serviços mínimos? O pagar o telefone aos velhos e pobrezinhos, como dizia um congressista? Claro que não!

E, como já aconteceu noutros lados, há a possibilidade de genericamente acontecerem efeitos contrários aos apregoados pelos defensores da privatização: subida de preços e descida de qualidade de serviço. Chamaram-lhe, para disfarçar, «turbulência do sector».

Mesmo quando se pretende apresentar a interdependência das economias, no contexto das sociedades actuais, para justificar as privatizações, comparando-as com o que se passa no mundo, sabe-se que no mundo se passa muita coisa e mesmo quando se fala de privatização, isto pode corresponder a situações diversas.

Em 1992, o então ministro das Comunicações dizia no Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC) que numa primeira fase não seriam privatizadas, total ou parcialmente, as grandes operadoras, até que o tecido empresarial português fosse suficientemente grande e forte para poder tomar conta do sector e enfrentar em igualdade o capital estrangeiro.

Em 1994, Todo Bom já dizia, numa reunião com quadros da PT, que era fundamental para Portugal ter nas suas mãos o controlo do negócio das telecomunicações.

Em Setembro passado, Murteira Nabo, no Hotel Meridien do Porto, dizia que a Portugal Telecom tinha sido privatizada para não ficar «demodé» (foi o termo por ele utilizado), e prevê para 2000 a privatização da PT a 100%.

A evolução das telecomunicações é complicada. Vejamos 3 frases de responsáveis.

1ª – De um ministro do actual governo (Jorge Coelho), no parlamento em 94:

«Senhor Presidente e senhores Deputados, num momento em que, como sabemos, a lei de bases das Telecomunicações impede e bem, a entrada de

capital estrangeiro em % superior a 25% e os próprios estatutos impedem a privatização a mais de 49%, o senhor Presidente da CN, demonstrando total desnoite e irresponsabilidade, defendeu a total retirada do Estado do sector. Esta política é inadmissível e contará sempre com a oposição do PS.»

2ª – Do anterior presidente da PT em 15MAI95:

«Vender um lote indivisível a um parceiro, digamos 25%, perdíamos a independência porque um operador de telecomunicações que comprasse 25% da PT seria certamente para tomar conta da gestão, das opções estratégicas, do controlo financeiro da empresa...»

3ª – Do actual presidente em 8ABR96:

«O grande aliado ao nível de grupo tem mesmo de ser accionista» (fatia exclusiva de 25 a 30%).

Para nós, simplesmente evolução de mentalidades. Só que a velocidade desta evolução consegue ser mais rápida que a das Telecomunicações!

Ao objectivo aliar pretende-se, pois, entregar o controlo do negócio.

Não foi a evolução da tecnologia ou dos mercados que provocam estas mudanças. Não foi, infelizmente, o tecido empresarial português que cresceu tanto que o torne capaz efectivamente de dominar o sector. Puras decisões políticas!

Está-se a privatizar cegamente para arranjar dinheiro para cumprir os critérios de Maastricht e da Moeda Única, vendendo-se ao desbarato «os anéis e os próprios dedos dos portugueses», com o único objectivo de manter uma oligarquia cada vez mais privilegiada.

Política de alianças: com quem e para quê

(...) Na actual situação do negócio das telecomunicações, o grupo de empresas-charneira em Portugal, a PT, não é possível coexistir isoladamente no mundo, tal a diversidade de negócios e a interligação nacional/internacional, o estádio tecnológico e os mercados. Mas não é indispensável a entrada de uma multinacional no capital da PT.

Os grandes blocos vendem a sua tecnologia e o «saber fazer» a terceiros sob formas diversas, nomeadamente por associações de empresas para objectivos programados («joint ventures»), desde que haja partilha de interesses vantajosos. A PT já tem agora alguma experiência neste campo a nível da EMBRATEL e da TELEBRÁS (ALIANÇA ATLÁNTICA).

Além disso, tem que ser assegurado que a PT não caia na ratoeira de ter de adquirir tecnologia e o «saber fazer» («know how») em áreas onde ela própria é uma das criadoras e detentoras principais. Porque a verdade é que no grupo PT, e nas empresas de telecomunicações em Portugal, existe um nível de conhecimentos científico e tecnológico bastante avançado. As ligações à indústria do sector estão bem patentes.

Mas retomando o nosso tema, como dizia um representante da Telefónica espanhola, toda a gente se alia com toda a gente. Mas aliar não tem que ser entregar o controlo do negócio, como se viu.

(...) Não pensam agora assim os actuais governantes. E eventualmente a fatia reservada para o «grande aliado» não será propriamente para resolver apenas problemas de eficiência interna, garantias de investimento externo, protecção defensiva/ofensiva como lhe chamaram, mas também para manter a *especulação bolsista*.

Se o grupo PT continuar a expandir-se por esse mundo fora – entrando no capital de outras empresas de telecomunicações – e esse mundo se expandir pelo grupo PT, é caso para perguntar: quem é quem?, para quê?

Por que fazemos estas perguntas?

É que não podemos esquecer o escândalo que foi o processo da privatização da PT, com a sua subavaliação, em que o Povo Português subsidiou a fundo perdido, com algumas centenas de milhões de contos, entre outros, não só os accionistas das bolsas de Nova Iorque e Londres como agora o eventual parceiro estratégico. (...)

(Extractos da intervenção em representação do PCP no Congresso sobre Comunicações.)

Resposta ao «Expresso»

■ Carlos Brito

O número de deputados não deve ser reduzido

O «Expresso» parece ter encontrado uma nova causa: o extermínio de cadeiras em S. Bento. Referimo-nos, é claro, à paixão com que o semanário de Pinto Balsemão está a pronunciar-se a favor da redução do número de deputados da Assembleia da República.

O director-adjunto, José António Lima, assinou, na edição de 19 de Abril, uma peça de página inteira intitulada «E não se pode diminuir o número de deputados?», com o propósito declarado de polemizar com as posições contrárias à redução assumidas pelo constitucionalista Jorge Miranda, pela direcção do PCP e por alguns dirigentes socialistas.

A tese que sustentou é a de que «nem os círculos uninominais nem a redução significativa das cadeiras em S. Bento afectariam a proporcionalidade ou a eficácia do sistema eleitoral».

Na edição de 3 de Maio, em resposta a algumas breves observações feitas por mim, na página «Actual» do «Avante!», para contestar a sua peça, José António Lima voltou à carga nestes termos: «É preciso diminuir o número de deputados? Parece óbvio que sim, quando se sabe que cerca de uma centena de almas pouco ou nada fazem em S. Bento.» E acrescentou: «Que tipo de argumentos, deste ou doutro mundo, pode justificar a sua manutenção?!»

Vamos, então, pacientemente, aos argumentos para mostrar que esta fúria exterminadora de cadeiras de S. Bento, de que o «Expresso» parece possuído, não é nada vantajosa para a Assembleia, não seria favorável ao País e assenta, além do mais, em contas fantasiosas.

O sofisma de um tal «círculo nacional»

As contas do «Expresso» consistem em exercícios feitos sobre o resultado das eleições para a Assembleia da República de 1 de Outubro de 1995, o que é desde logo contestável. Conclusões da gravidade das que o «Expresso» pretende extrair nunca podiam basear-se no resultado de uma só eleição.

O primeiro exercício pretende demonstrar que, mesmo com uma redução para 130 deputados, a proporcionalidade não seria muito atingida e os dois partidos parlamentares de menor representação, o PP e o PCP (CDU), não seriam muito prejudicados. Mas o PCP ficaria apenas com 9 deputados e o PP apenas com 6 o que afectaria profundamente a capacidade de participação na vida da Assembleia dos respectivos grupos parlamentares.

É então que o «Expresso» intervém com o seu primeiro sofisma, assim: «Mas a simples criação de um círculo nacional de 20 deputados - já previsto aliás na actual Constituição - não só permitiria compensar essas distorções como até aperfeiçoar a correspondência entre as percentagens de votos e de deputados de cada partido.» O número de deputados, depois deste golpe de prestidigitação, passaria para 150.

Esclareça-se, entretanto, que a Constituição actual admite a possibilidade de a lei criar um círculo eleitoral nacional, mas não diz absolutamente nada, nem sobre o número de mandatos nem sobre qualquer outra característica deste círculo.

Ora, o círculo nacional de que o «Expresso» nos fala é verdadeiramente misericordioso e miraculoso para os partidos de menor representação parlamentar. Repare-se neste milagre: havendo uma redução de 80 deputados, o círculo nacional dava tais compensações que o PP ficava com os mesmos deputados que tem actualmente e o PCP (CDU) só perderia um; as grandes perdas resultantes da redução seriam no fundamental suportadas pelo PS que perderia 44 lugares e pelo PSD que perderia 35! Num círculo nacional de 20 deputados, o PS só elegeria 4 e o PSD 2!

É caso para dizer: ó bom José António Lima, acha você que o PS e o PSD seriam capazes de um tal altruísmo?!

Com seu círculo nacional não haveria realmente prejuízo para o PCP e o PP. Mas esse tal círculo nacional é que não existe senão na sua cabeça. E como você sabe isso, não queira deitar poeira nos olhos dos incautos.

A experiência real que temos da redução do número de deputados foi a resultante da revisão constitucional de 1989. Ora, ela representou para o PCP um prejuízo de 16% da sua representação,

enquanto para o PS foi de 8% e para o PSD, na altura o maior partido parlamentar, de apenas 6%.

Artifícios e verdadeiros objectivos

O «Expresso» é também, pois claro, um estrênuo defensor dos círculos uninominais. Alega que, mesmo com essa solução, não há razões para temer o perigo da subversão da proporcionalidade eleitoral.

Para nos descansar, arranja uma projecção, desta vez reduzindo o número de deputados para 166, sendo 81 eleitos em círculos uninominais, 81 em círculos de compensação regionais, mais os 4 deputados da emigração.

O que as contas do «Expresso» mostram logo é que nos 81 círculos uninominais que arranjou, todos os lugares seriam repartidos entre o PS e o PSD, 53 para o primeiro e 23 para o segundo; PCP e PP não elegeriam nada. É claro que este resultado não serve a tese do «Expresso» e por isso este puxa ao máximo pelos círculos de compensação regionais, em número de 8 e correspondendo a futuras regiões administrativas, para dar 12 deputados ao PCP e 11 ao PP e para gabar-se a seguir de que estes partidos não perderiam em percentagem de deputados em relação ao que têm actualmente.

Só que no acordo PS-PSD de revisão da Constituição, que o «Expresso» invoca para os seus exercícios, está admitida a criação de círculos uninominais, mas não está admitida a sua dependência nem da criação das regiões administrativas, nem da existência de círculos de compensação regionais, tal e qual como o acordo que admite a redução do número de deputados não está dependente da criação de um círculo nacional de recuperação de restos.



A única coisa que o «Expresso» demonstra é que se o objectivo fosse garantir e até melhorar a proporcionalidade na conversão dos votos em mandatos isso não seria difícil, com mais ou menos deputados e até com diferentes sistemas.

Mas o «Expresso» sabe muito bem que não é esse objectivo que têm em vista os partidos - PS e PSD - e outras entidades que se batem pela redução do número de deputados ou pela criação dos círculos uninominais. O que têm em vista é que os dois partidos com maior votação obtenham mais lugares com menos votos, tornando mais fácil a obtenção da maioria absoluta (ou da «maioria de governo»), ora de um ora de outro, na Assembleia. Isto só se consegue, é bom de ver, prejudicando a proporcionalidade e reduzindo forçadamente o peso e o número de lugares dos partidos com menor representação, especialmente do PCP.

Esta é que é a questão. As artificiosas contas do «Expresso» têm assim que ser tomadas como uma operação de preparação dos espíritos para aceitação das alterações à legislação eleitoral que estão a ser tramadas com aqueles objectivos.

Argumentos deste mundo

Ao contrário do que José António Lima julga poder dar por adquirido, são numerosas as razões, além da proporcionalidade, que militam contra a redução do número de deputados. Refiram-se entre outras as que se prendem com a representação partidária, a representação regional e a própria representatividade da Assembleia da República.

Quanto à representação partidária, a redução do número de deputados conduziria, como as próprias contas do «Expresso» mostram, logo que expurgadas das fantasias, a que os partidos de menor representação ficassem com grupos parlamentares tão reduzidos que deixariam de ter possibilidade de dar resposta nas diversas frentes de trabalho da Assembleia, nomeadamente nas comissões especializadas permanentes onde ele fundamentalmente se desenvolve (e não no plenário como julga o «Expresso»). O número destas comissões, pela sua própria natureza não pode ser muito menor. A redução do número de deputados redundaria assim na monopolização dos trabalhos parlamentares pelos dois maiores partidos - PS e PSD.

Além disso, se o acesso de novos partidos à Assembleia já é difícil, tornar-se-ia, com a redução, praticamente impossível. Ora, como alertou o Prof. Jorge Miranda, «Portugal é um dos países europeus com menor número de partidos parlamentares».

Quanto à representação regional, os dados do «Expresso» mostram que todo o interior e os Açores ficariam tão escassamente representados que o autor do peça sentiu necessidade de se justificar dizendo: «são distritos com uma fraca densidade populacional». Isto é, como têm fraca densidade populacional, abandonam-se!

Pois deve o «Expresso» ficar a saber que deputados que não se distinguem por outros méritos são muitas vezes os melhores elementos de ligação às regiões e os que fazem ouvir os problemas destas nos grupos parlamentares respectivos e nas próprias comissões permanentes.

Quanto à representatividade da Assembleia: é preciso dizer que sendo ela «a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses», como diz a Constituição, novas reduções do número

de deputados comportam o risco de ir aumentando o número de cidadãos que não se revêem na sua composição, o que contribui para os fenómenos de alheamento da vida política, para o crescimento da abstenção e a crise das instituições que outros países conhecem e que no nosso começa a sentir-se.

Aqui chegamos à questão da relação entre os eleitos e a população. Começemos por corrigir José António Lima: segundo os dados disponíveis, a Bélgica tem uma câmara com 212 eleitos e um senado com 182. A Holanda tem realmente uma 2ª câmara com 150 eleitos, mas tem também uma 1ª com 75.

Esclarecido isto, insistamos que Portugal está, nos países da União Europeia da nossa dimensão, entre os que têm um menor número de parlamentares em relação à população: 1 deputado por cada 43.040 habitantes.

Na Bélgica é 1 por 25.380; na Dinamarca, 1 por 29.050; na Áustria, 1 por 31.710; na Suécia, 1 por 24.930; na Irlanda, 1 por 31.710; na Grécia, 1 por 34.000; na Finlândia, 1 por 25.000. Apenas a Holanda, que tem bastante mais população que Portugal, nos fica atrás, com 1 por 68.000 habitantes.

É então uma evidência que Portugal, com apenas uma câmara, não tem um número exagerado de deputados, podia até ter alguns mais para se aproximar da proporção dos outros países que citámos e das necessidades que atrás referimos. Não deixa de ser curioso que o «Expresso» não refira o número dos actuais membros do Governo e da sua legião de assessores, esse sim verdadeiramente exagerado.

O problema da Assembleia da República e da incapacidade que tem revelado para vencer o preconceito antiparlamentar que as forças conservadoras difundem na sociedade portuguesa, não tem que ver com o número de deputados, mas sim com as políticas que tem sancionado.

Impostas pelas sucessivas maiorias e pelos sucessivos governos, estas políticas orientadas para proteger os grandes interesses capitalistas, restaurar os seus privilégios e aprofundar as desigualdades sociais não podiam trazer popularidade à Assembleia.

A redução do número de deputados que o «Expresso» defende, com a fúria e os artifícios que observámos, tornaria a Assembleia uma presa ainda mais fácil da governamentalização e conduziria à consolidação do rotativismo dos dois partidos solidariamente responsáveis por aquelas políticas, como a experiência presente tão bem ilustra.

EM FOCO

TELECOMUNICAÇÕES

■ Álvaro Tavares

O negócio e o domínio do futuro

Discutir comunicações hoje, discutir a chamada sociedade da Informação de amanhã é tremendamente aliciante e só a nossa capacidade poderá pôr limites à ficção científica. As Telecomunicações estão em tal desenvolvimento que parecem em ebulição. Mas Comunicações são um serviço público que implicam direitos básicos dos povos ao desenvolvimento. E são também, cada vez mais, um negócio de ponta. O negócio e o domínio do futuro.

(...) A abertura dos mercados que a desregulamentação do sector feita pela União Europeia acarreta no sector das telecomunicações, por razões de concorrência, pela evolução tecnológica mas também para favorecimento de algumas entidades supranacionais, têm de ser encaradas com realismo pelas empresas mas sem subserviência pelo Poder Político.

É interessante ouvir dos nossos executivos felicitarem-se por os estados membros da UE conseguirem pôr-se de acordo para marcarem aquilo a que chamam «fim dos monopólios públicos das telecomunicações» como se de uma doença se tratasse, e dizerem, por ingenuidade ou por mistificação, que a partir da liberalização vamos assistir a uma concorrência leal, à escala internacional, entre todas as forças em jogo, em que os mais eficientes e mais ousados triunfarão.

Lembrámo-nos da frase da insuspeita ex-primeiro-ministro francesa Edith Cresson, discursando há uns tempos, numa conferência internacional em Paris, ao dizer que «um mercado totalmente concorrencial e global faria nascer, paradoxalmente, posições dominantes ou monopolistas». (Citou, como exemplo, os jogos de vídeo, mercado controlado em 95% por duas empresas japonesas.)

Se quisermos dar mais um exemplo, ainda aqui há três anos, nos EUA (pasmese!), pátria do dito liberalismo económico, os industriais de computadores, automóveis, vídeo, electrónica, clamavam por protecção estatal, mandando «às urtigas» a livre concorrência, contra as multinacionais japonesas, que utilizavam «jogo sujo», diziam.

Não é só com departamentos reguladores do tipo ICP (Instituto das Comunicações de Portugal), que alguns também «querem privatizar» ou transferir funções para entidades supranacionais, uma espécie de IC europeu, que tudo se resolve.

Defendemos a existência de uma empresa de capitais públicos determinantes para o controlo do negócio, cujo figurino em Portugal corresponde à PT e ao seu grupo. Mas muito tem de mudar nessa PT. Tem de ser autónoma em relação aos partidos no Poder, moderna, desburocratizada, concorrencial num mercado aberto, aberta a acordos de diverso tipo, em campos específicos dos actuais e de novos serviços, com empresas privadas portuguesas e estrangeiras, garantindo a evolução tecnológica, mercado estável à indústria do sector residente em Portugal, baixos preços e qualidade aos grandes clientes e um serviço social à população. E quando dizemos concorrencial, queremos dizer jogo limpo com todas as empresas do sector, actuais ou vindouras, tanto quanto estas o praticarem.

É imperioso enfrentar a concorrência por razões tecnológicas, por razões de preços e de qualidade de serviço. Mas há também concorrência a enfrentar por chantagem de mercados e por pressões dos próprios organismos da UE.

Temos de compreender que a motivação de muitas das decisões da UE não é servir os Estados, mas sim algumas multinacionais.

(...) Mas o que se está a passar efectivamente de diferente no campo empresarial, em relação ao passado, nas Comunicações/Telecomunicações, é que de monopólios públicos a nível de país estamos a caminhar rapidamente para megamonopólios a nível mundial, mas que em vez de públicos são privados. Veja-se o que se perspectiva com a BT, e somos levados a esta interrogação: quem pode parar a nossa imaginação quanto a fusões? Leis antimonopólio ou determinações da UE? Não sejamos ingénuos!

Por isso, falando de liberalização, não a entendemos como contagem final, lema deste Congresso, porque nada é definitivo neste mundo, nem sociedades, nem sistemas, nem economias.

Além disso e dentro do quadro actual, há Estados que sempre se continuarão a proteger, mesmo contra directivas da UE.

(...)

Privatização: uma opção ideológica

Já é habitual, por razões óbvias, os defensores da privatização apresentarem a liberalização e a privatização como interdependentes.

A nossa opinião é diferente. A privatização é uma opção ideológica dos partidos no Poder, nomeadamente, neste caso, em relação às telecomunicações.

Da nossa parte, nunca pusemos em causa a coexistência dos sectores estatal e privado e, evidentemente, também nunca quisemos a estatização da economia como gostam de afirmar os nossos detractores. Mas sempre defendemos uma posição determinante do Estado no controlo dos sectores que consideramos básicos da nossa economia, no qual inserimos, e cada vez mais, as comunicações/telecomunicações.

Não pretendemos com isto dizer que somos contra a plena concorrência do sector privado com o sector estatal. Entendemos sim, que uma empresa como a Portugal Telecom e posteriormente o grupo em que se tornou, não deveria ter sido privatizada e sobretudo estamos contra que o controlo de negócio saia das mãos do Estado.

(...)

Ao contrário da maioria dos países da UE, Portugal tem um consumo interno de telecomunicações muito dependente da sua economia e desigualmente distribuído, sendo muito baixo no interior e ilhas em comparação com o litoral. No interior, o carácter social do telefone assume uma importância tal que não pode ser lançado na lógica do mercado, sob pena de se atentar contra os direitos dos povos ao desenvolvimento básico, ao virar para o terceiro milénio. É o evitar duma profunda regressão social que está em jogo!

No rendimento *per capita*, a parte de despesas com comunicações está acima da média da OCDE, e não é por consumirmos muito, mas porque o rendimento é baixo.

Porém, em economia neoliberal, é a lei do lucro e do mais forte que rege o desenvolvimento. Não queremos impedir a concorrência que gere qualidade de serviço e mais baixos preços para todos. Mas queremos questionar quem garantirá, então, os investimentos vultuosos para o desenvolvimento básico, de difícil e/ou parcial recuperação, se as empresas de telecomunicações nacionais, privatizadas e com uma fatia determinante ao seu capital na posse de multinacionais, passarem a escolher as zonas e o tipo de investimento, sem terem em conta os interesses da maioria dos portugueses? A chamada «Golden Share» ou o contrato com o Estado para o «Serviço Universal» de serviços mínimos? O pagar o telefone aos velhos e pobrezinhos, como dizia um congressista? Claro que não!

E, como já aconteceu noutros lados, há a possibilidade de genericamente acontecerem efeitos contrários aos apregoados pelos defensores da privatização: subida de preços e descida de qualidade de serviço. Chamaram-lhe, para disfarçar, «turbulência do sector».

Mesmo quando se pretende apresentar a interdependência das economias, no contexto das sociedades actuais, para justificar as privatizações, comparando-as com o que se passa no mundo, sabe-se que no mundo se passa muita coisa e mesmo quando se fala de privatização, isto pode corresponder a situações diversas.

Em 1992, o então ministro das Comunicações dizia no Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC) que numa primeira fase não seriam privatizadas, total ou parcialmente, as grandes operadoras, até que o tecido empresarial português fosse suficientemente grande e forte para poder tomar conta do sector e enfrentar em igualdade o capital estrangeiro.

Em 1994, Todo Bom já dizia, numa reunião com quadros da PT, que era fundamental para Portugal ter nas suas mãos o **controlo do negócio** das telecomunicações.

Em Setembro passado, Murteira Nabo, no Hotel Meridien do Porto, dizia que a Portugal Telecom tinha sido privatizada para não ficar «demodé» (foi o termo por ele utilizado), e prevê para 2000 a privatização da PT a 100%.

A evolução das telecomunicações é complicada. Vejamos 3 frases de responsáveis.

1ª - De um ministro do actual governo (Jorge Coelho), no parlamento em 94:

«Senhor Presidente e senhores Deputados, num momento em que, como sabemos, a lei de bases das Telecomunicações impede e bem, a entrada de

capital estrangeiro em % superior a 25% e os próprios estatutos impedem a privatização a mais de 49%, o senhor Presidente da CN, demonstrando total desnorre e irresponsabilidade, defendeu a total retirada do Estado do sector. Esta política é inadmissível e contará sempre com a oposição do PS.»

2ª - Do anterior presidente da PT em 15MAI95:

«Vender um lote indivisível a um parceiro, digamos 25%, perdíamos a independência porque um operador de telecomunicações que comprasse 25% da PT seria certamente para tomar conta da gestão, das opções estratégicas, do controlo financeiro da empresa...»

3ª - Do actual presidente em 8ABR96:

«O grande aliado ao nível de grupo tem mesmo de ser accionista» (fatia exclusiva de 25 a 30%).

Para nós, simplesmente evolução de mentalidades. Só que a velocidade desta evolução consegue ser mais rápida que a das Telecomunicações!

Ao objectivo aliar pretende-se, pois, entregar o controlo do negócio.

Não foi a evolução da tecnologia ou dos mercados que provocam estas mudanças. Não foi, infelizmente, o tecido empresarial português que cresceu tanto que o torne capaz efectivamente de dominar o sector. Puras decisões políticas!

Está-se a privatizar cegamente para arranjar dinheiro para cumprir os critérios de Maastricht e da Moeda Única, vendendo-se ao desbarato «os anéis e os próprios dedos dos portugueses», com o único objectivo de manter uma oligarquia cada vez mais privilegiada.

Política de alianças: com quem e para quê

(...) Na actual situação do negócio das telecomunicações, o grupo de empresas-charneira em Portugal, a PT, não é possível coexistir isoladamente no mundo, tal a diversidade de negócios e a interligação nacional/internacional, o estádio tecnológico e os mercados. Mas não é indispensável a entrada de uma multinacional no capital da PT.

Os grandes blocos vendem a sua tecnologia e o «saber fazer» a terceiros sob formas diversas, nomeadamente por associações de empresas para objectivos programados («joint ventures»), desde que haja partilha de interesses vantajosos. A PT já tem agora alguma experiência neste campo a nível da EMBRATEL e da TELEBRÁS (ALIANÇA ATLÁNTICA).

Além disso, tem que ser assegurado que a PT não caia na ratoeira de ter de adquirir tecnologia e o «saber fazer» («know how») em áreas onde ela própria é uma das criadoras e detentoras principais. Porque a verdade é que no grupo PT, e nas empresas de telecomunicações em Portugal, existe um nível de conhecimentos científico e tecnológico bastante avançado. As ligações à indústria do sector estão bem patentadas.

Mas retomando o nosso tema, como dizia um representante da Telefónica espanhola, toda a gente se alia com toda a gente. Mas aliar não tem que ser entregar o controlo do negócio, como se viu.

(...) Não pensam agora assim os actuais governantes. E eventualmente a fatia reservada para o «grande aliado» não será propriamente para resolver apenas problemas de eficiência interna, garantias de investimento externo, protecção defensiva/ofensiva como lhe chamaram, mas também para manter a *especulação bolsista*.

Se o grupo PT continuar a expandir-se por esse mundo fora - entrando no capital de outras empresas de telecomunicações - e esse mundo se expandir pelo grupo PT, é caso para perguntar: quem é quem?, para quê?

Por que fazemos estas perguntas?

É que não podemos esquecer o escândalo que foi o processo da privatização da PT, com a sua subavaliação, em que o Povo Português subsidiou a fundo perdido, com algumas centenas de milhões de contos, entre outros, não só os accionistas das bolsas de Nova Iorque e Londres como agora o eventual parceiro estrangeiro. (...)

(Extractos da intervenção em representação do PCP no Congresso sobre Comunicações.)

EM FOCO

Resposta ao «Expresso»

■ Carlos Brito

O número de deputados não deve ser reduzido

O «Expresso» parece ter encontrado uma nova causa: o extermínio de cadeiras em S. Bento. Referimo-nos, é claro, à paixão com que o semanário de Pinto Balsemão está a pronunciar-se a favor da redução do número de deputados da Assembleia da República.

O director-adjunto, José António Lima, assinou, na edição de 19 de Abril, uma peça de página inteira intitulada «E não se pode diminuir o número de deputados?», com o propósito declarado de polemizar com as posições contrárias à redução assumidas pelo constitucionalista Jorge Miranda, pela direcção do PCP e por alguns dirigentes socialistas.

A tese que sustentou é a de que «nem os círculos uninominais nem a redução significativa das cadeiras em S. Bento afectariam a proporcionalidade ou a eficácia do sistema eleitoral».

Na edição de 3 de Maio, em resposta a algumas breves observações feitas por mim, na página «Actual» do «Avante!», para contestar a sua peça, José António Lima voltou à carga nestes termos: «É preciso diminuir o número de deputados? Parece óbvio que sim, quando se sabe que cerca de uma centena de almas pouco ou nada fazem em S. Bento.» E acrescentou: «Que tipo de argumentos, deste ou doutro mundo, pode justificar a sua manufatura?!»

Vamos, então, pacientemente, aos argumentos para mostrar que esta fúria exterminadora de cadeiras de S. Bento, de que o «Expresso» parece possuído, não é nada vantajosa para a Assembleia, não seria favorável ao País e assenta, além do mais, em contadas fantasias.

O sofisma de um tal «círculo nacional»

As contas do «Expresso» consistem em exercícios feitos sobre o resultado das eleições para a Assembleia da República de 1 de Outubro de 1995, o que é desde logo contestável. Conclusões da gravidade das que o «Expresso» pretende extrair nunca podiam basear-se no resultado de uma só eleição.

O primeiro exercício pretende demonstrar que, mesmo com uma redução para 130 deputados, a proporcionalidade não seria muito atingida e os dois partidos parlamentares de menor representação, o PP e o PCP (CDU), não seriam muito prejudicados. Mas o PCP ficaria apenas com 9 deputados e o PP apenas com 6 o que afectaria profundamente a capacidade de participação na vida da Assembleia dos respectivos grupos parlamentares.

É então que o «Expresso» intervém com o seu primeiro sofisma, assim: «Mas a simples criação de um círculo nacional de 20 deputados - já previsto

aliás na actual Constituição - não só permitiria compensar essas distorções como até aperfeiçoar a correspondência entre as percentagens de votos e de deputados de cada partido.» O número de deputados, depois deste golpe de prestidigitação, passaria para 150.

Esclareça-se, entretanto, que a Constituição actual admite a possibilidade de a lei criar um círculo eleitoral nacional, mas não diz absolutamente nada, nem sobre o número de mandatos nem sobre qualquer outra característica deste círculo.

Ora, o círculo nacional de que o «Expresso» nos fala é verdadeiramente misericordioso e miraculoso para os partidos de menor representação parlamentar. Repare-se neste milagre: havendo uma redução de 80 deputados, o círculo nacional dava tais compensações que o PP ficava com os mesmos deputados que tem actualmente e o PCP (CDU) só perderia um; as grandes perdas resultantes da redução seriam no fundamental suportadas pelo PS que perderia 44 lugares e pelo PSD que perderia 35! Num círculo nacional de 20 deputados, o PS só elegeria 4 e o PSD 2!

É caso para dizer: ó bom José António Lima, acha você que o PS e o PSD seriam capazes de um tal altruísmo?!

Com seu círculo nacional não haveria realmente prejuízo para o PCP e o PP. Mas esse tal círculo nacional é que não existe senão na sua cabeça. E como você sabe isso, não queira deitar poeira nos olhos dos incautos.

A experiência real que temos da redução do número de deputados foi a resultante da revisão constitucional de 1989. Ora, ela representou para o PCP um prejuízo de 16% da sua representação,

enquanto para o PS foi de 8% e para o PSD, na altura o maior partido parlamentar, de apenas 6%.

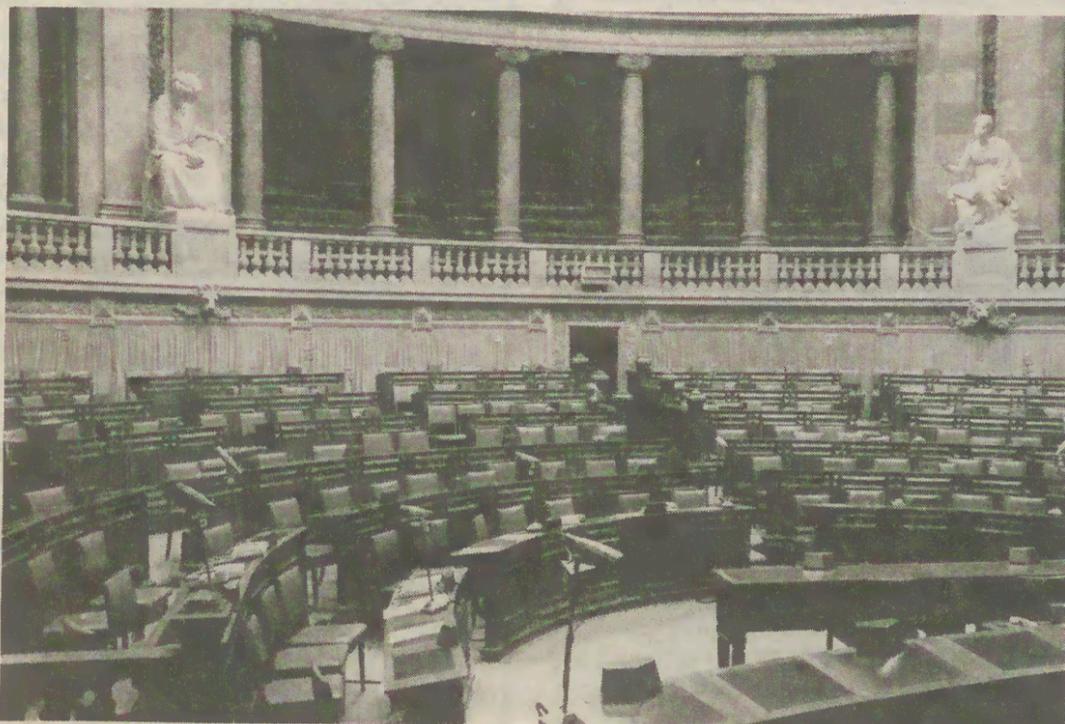
Artifícios e verdadeiros objectivos

O «Expresso» é também, pois claro, um estrénuo defensor dos círculos uninominais. Alega que, mesmo com essa solução, não há razões para temer o perigo da subversão da proporcionalidade eleitoral.

Para nos descansar, arranja uma projecção, desta vez reduzindo o número de deputados para 166, sendo 81 eleitos em círculos uninominais, 81 em círculos de compensação regionais, mais os 4 deputados da emigração.

O que as contas do «Expresso» mostram logo é que nos 81 círculos uninominais que arranjou, todos os lugares seriam repartidos entre o PS e o PSD, 53 para o primeiro e 23 para o segundo; PCP e PP não elegeriam nada. É claro que este resultado não serve a tese do «Expresso» e por isso este puxa ao máximo pelos círculos de compensação regionais, em número de 8 e correspondendo a futuras regiões administrativas, para dar 12 deputados ao PCP e 11 ao PP e para gabar-se a seguir de que estes partidos não perderiam em percentagem de deputados em relação ao que têm actualmente.

Só que no acordo PS-PSD de revisão da Constituição, que o «Expresso» invoca para os seus exercícios, está admitida a criação de círculos uninominais, mas não está admitida a sua dependência nem da criação das regiões administrativas, nem da existência de círculos de compensação regionais, tal e qual como o acordo que admite a redução do número de deputados não está dependente da criação de um círculo nacional de recuperação de restos.



A única coisa que o «Expresso» demonstra é que se o objectivo fosse garantir e até melhorar a proporcionalidade na conversão dos votos em mandatos isso não seria difícil, com mais ou menos deputados e até com diferentes sistemas.

Mas o «Expresso» sabe muito bem que não é esse objectivo que têm em vista os partidos - PS e PSD - e outras entidades que se batem pela redução do número de deputados ou pela criação dos círculos uninominais. O que têm em vista é que os dois partidos com maior votação obtenham mais lugares com menos votos, tornando mais fácil a obtenção da maioria absoluta (ou da «maioria de governo»), ora de um ora de outro, na Assembleia. Isto só se consegue, é bom de ver, prejudicando a proporcionalidade e reduzindo forçadamente o peso e o número de lugares dos partidos com menor representação, especialmente do PCP.

Esta é que é a questão. As artificiosas contas do «Expresso» têm assim que ser tomadas como uma operação de preparação dos espíritos para aceitação das alterações à legislação eleitoral que estão a ser tramadas com aqueles objectivos.

Argumentos deste mundo

Ao contrário do que José António Lima julga poder dar por adquirido, são numerosas as razões, além da proporcionalidade, que militam contra a redução do número de deputados. Refiram-se entre outras as que se prendem com a representação partidária, a representação regional e a própria representatividade da Assembleia da República.

Quanto à representação partidária, a redução do número de deputados conduziria, como as próprias contas do «Expresso» mostram, logo que expurgadas das fantasias, a que os partidos de menor representação ficassem com grupos parlamentares tão reduzidos que deixariam de ter possibilidade de dar resposta nas diversas frentes de trabalho da Assembleia, nomeadamente nas comissões especializadas permanentes onde ele fundamentalmente se desenvolve (e não no plenário como julga o «Expresso»). O número destas comissões, pela sua própria natureza não pode ser muito menor. A redução do número de deputados redundaria assim na monopolização dos trabalhos parlamentares pelos dois maiores partidos - PS e PSD.

Além disso, se o acesso de novos partidos à Assembleia já é difícil, tornar-se-ia, com a redução, praticamente impossível. Ora, como alertou o Prof. Jorge Miranda, «Portugal é um dos países europeus com menor número de partidos parlamentares».

Quanto à representação regional, os dados do «Expresso» mostram que todo o interior e os Açores ficariam tão escassamente representados que o autor do peça sentiu necessidade de se justificar dizendo: «São distritos com uma fraca densidade populacional». Isto é, como têm fraca densidade populacional, abandonam-se!

Pois deve o «Expresso» ficar a saber que deputados que não se distinguem por outros méritos são muitas vezes os melhores elementos de ligação às regiões e os que fazem ouvir os problemas destas nos grupos parlamentares respectivos e nas próprias comissões permanentes.

Quanto à representatividade da Assembleia: é preciso dizer que sendo ela «a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses», como diz a Constituição, novas reduções do número

de deputados comportam o risco de ir aumentando o número de cidadãos que não se revêem na sua composição, o que contribui para os fenómenos de alheamento da vida política, para o crescimento da abstenção e a crise das instituições que outros países conhecem e que no nosso começa a sentir-se.

Aqui chegamos à questão da relação entre os eleitos e a população. Começemos por corrigir José António Lima: segundo os dados disponíveis, a Bélgica tem uma câmara com 212 eleitos e um senado com 182. A Holanda tem realmente uma 2ª câmara com 150 eleitos, mas tem também uma 1ª com 75.

Esclarecido isto, insistamos que Portugal está, nos países da União Europeia da nossa dimensão, entre os que têm um menor número de parlamentares em relação à população: 1 deputado por cada 43.040 habitantes. Na Bélgica é 1 por 25.380; na Dinamarca, 1 por 29.050; na Áustria, 1 por 31.710; na Suécia, 1 por 24.930; na Irlanda, 1 por 31.710; na Grécia, 1 por 34.000; na Finlândia, 1 por 25.000. Apenas a Holanda, que tem bastante mais população que Portugal, nos fica atrás, com 1 por 68.000 habitantes.

É então uma evidência que Portugal, com apenas uma câmara, não tem um número exagerado de deputados, podia até ter alguns mais para se aproximar da proporção dos outros países que citámos e das necessidades que atrás referimos. Não deixa de ser curioso que o «Expresso» não refira o número dos actuais membros do Governo e da sua legião de assessores, esse sim verdadeiramente exagerado.

O problema da Assembleia da República e da incapacidade que tem revelado para vencer o preconceito antiparlamentar que as forças conservadoras difundem na sociedade portuguesa, não tem que ver com o número de deputados, mas sim com as políticas que tem sancionado.

Impostas pelas sucessivas maiorias e pelos sucessivos governos, estas políticas orientadas para proteger os grandes interesses capitalistas, restaurar os seus privilégios e aprofundar as desigualdades sociais não podiam trazer popularidade à Assembleia.

A redução do número de deputados que o «Expresso» defende, com a fúria e os artifícios que observámos, tornaria a Assembleia uma presa ainda mais fácil da governamentalização e conduziria à consolidação do rotativismo dos dois partidos solidariamente responsáveis por aquelas políticas, como a experiência presente tão bem ilustra.

■ Jorge Messias

**Um auxiliar
de leitura...**

O governo da Igreja ③

Tal como anteriormente pudemos verificar, o governo central da Igreja, instalado pela Cúria Romana, articula-se com o funcionamento de 9 dicastérios (congregações ou ministérios). Foram, então, citados dados conhecidos, relativamente à instalação e condução de duas dessas importantes estruturas: a Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício) e a Congregação dos Bispos. Prosseguiremos, no mesmo sentido, com a apresentação singela dos restantes dicastérios e a citação dos nomes de alguns dos seus mais proeminentes responsáveis.

3. A Congregação das Igrejas Orientais

Esta congregação constitui, em termos relativos, um dos mais importantes grupos de pressão do Vaticano. Esta importância é-lhe reconhecida, nos quadros da Cúria Romana, ao ser-lhe concedido o excepcional privilégio da capacidade de propor directamente ao Papa a nomeação dos cardeais para as comunidades católicas de rito oriental (cerca de 12 milhões de crentes). A Congregação das Igrejas Orientais é presidida, desde 1991, pelo **cardeal Achille Silvestrini**, um dos nomes mais falados da lista dos eventuais «papabile», na linha do próximo sucessor de João Paulo II.

Segundo padrões classificativos altamente imprecisos, o cardeal Silvestrini é considerado como um purpurado de tendências «liberais». Admite-se, mesmo, que a sua designa-

européu. O cardeal Silvestrini foi agente activo dessas operações, ao lado de Casaroli, João Paulo II, Ronald Reagan, altos comandos da NATO, do Pentágono e da CIA, cardeais polacos, dirigentes «sindicais» da AFL-CIO, banqueiros do FMI, etc., etc.

O **cardeal Achille Silvestrini** é presentemente mencionado como «liberal» devido, sobretudo, a uma persistente oposição às opções estratégicas da ala mais conservadora da Cúria, ao colocar-se o problema das grandes religiões e confissões orientais. Os fundamentalistas pretendem uma passagem imediata à ofensiva, no estilo da «Nova Cruzada» pregada por João Paulo II em Santiago de Compostela. O cardeal preferiria, pessoalmente, a conquista gradual da hegemonia da Igreja através de sucessivas iniciativas de carácter ecuménico.

Além disso, segundo afirmam importantes órgãos da comunicação social europeia, o cardeal disporá, caso se venha a candidatar à Cadeira de S. Pedro, de um importante trunfo suplementar. É que, no entendimento da opinião pública, apenas três dos seus cardeais (sendo um deles Achille Silvestrini) saíram de mãos limpas no lodajal de escândalos dos governos da democracia cristã.

No entanto, será de excluir, caso se verifique a longínqua hipótese de uma vitória de Silvestrini nas eleições papais, a possibilidade de vermos a igreja institucional mudar o rumo das suas actuais políticas. Alternativa mais provável seria o aparecimento, no tablado religioso, de um mapa menos acutilante e mediático que procurasse atingir os mesmos objectivos do seu predecessor através da convocação de novo Concílio onde, de

forma controlada, a Cúria procurasse refazer a destrocada imagem pública do actual Vaticano.

É que poucas dúvidas subsistem sobre a inevitabilidade da próxima convocação, altamente encenada, de um novo Concílio – o Vaticano III. O controlo que o poder central eclesiástico já exerce sobre as igrejas nacionais é esmagador. A igreja que João Paulo II personifica já pode pensar, tranquilamente, na transmissão de poderes. Chegou, possivelmente, a altura adequada para que a Cúria, sem ceder uma polegada nas suas posições, aborde os grandes problemas do mundo católico que se enquadram, afinal, apenas em duas grandes vertentes principais: a de modernidade (e não as questões do diálogo igreja/mundo, tal como o Vaticano II as concebia) e a do ecumenismo (um ideal conciliar destrocado e reduzido a um prosaico jogo de interesses).

(Continua)

Eleições em El Salvador (conclusão)

A derrota e as perspecti

Os resultados das eleições em El Salvador foram recebidos com surpresa pelos observadores internacionais. A população da pequena República também não os esperava e reagiu com espanto. Na madrugada do dia 17 de Março, a atmosfera era de funeral nas sedes da Arena.

A contagem foi muito lenta, a reflectir um sistema obsoleto. Os cadernos eleitorais em cada município estão organizados por ordem alfabética, não respeitando o lugar de residência dos votantes.

A abstenção excedeu as previsões mais pessimistas da direita. Oficialmente, rondou os 60%. Na prática, foi muito superior, pois dos 3 004 000 eleitores potenciais apenas retiraram o cartão que habilitava ao voto 2 634 000, isto é 87%. Os votantes não excederam 1 119 603.

A Arena, que tinha 40 deputados numa Assembleia com 84 cadeiras perdeu 12. A FMLN cuja bancada estava reduzida a 14 (após a dissidência de 7 que fundaram o Partido Democrático) elegeu 27, o que a coloca no Parlamento como força política no nível do partido da oligarquia que tem exercido o poder desde o esvaziamento da Democracia Cristã.

Seis pequenos partidos dividiram os restantes lugares. A Conciliação Nacional-PCN, o partido dos antigos militares golpistas, obteve 11; a Democracia Cristã-PDC 8; o Partido Liberal-PLD 2; a Convergência Democrática-PCD 3; a Renovação Social Cristã-PRSD 3; o Movimento Unidade-PMU 1. O Partido Democrático do antigo comandante guerrilheiro Joaquim Villalobos (agora a fazer um doutoramento na Universidade de Oxford) não elegeu um só deputado. Terá de desaparecer de acordo com o Código Eleitoral. Foi castigado pelo povo por se haver aliado à direita.

Os três primeiros partidos estão ideologicamente próximos da Arena. Mas, por diferentes motivos, não lhe facilitaram a vida durante a campanha eleitoral. O PCN, como expressão de uma ultradireita assumida, apresenta-se como aspirante, a médio prazo, à sucessão da Arena, pelo que não parece previsível que estabeleça qualquer aliança formal a nível parlamentar.

A Convergência, Unidade e Renovação são aliados naturais da FMLN. Os dois primeiros apresentaram-se nas autárquicas em coligação com a Frente.

As eleições municipais, realizadas simultaneamente, foram desastrosas para a Arena que perdeu a capital, a área metropolitana e as principais cidades do país, embora tenha conservado as pequenas câmaras na maioria dos 262 municípios.

A confissão de um juiz

A jornada eleitoral foi relativamente tranquila. Um forte dispositivo de segurança – mais de 10 000 polícias – garantiu a ordem nos 372 centros eleitorais que reuniam 7740 mesas de votação.



O número de incidentes importantes não foi elevado, não obstante a campanha ter sido tensa (a FMLN anunciou o assassinio de 4 militantes) (1).

Desmentindo previsões alarmistas, o povo salvadorenho deu uma lição de civismo. Entretanto, o comportamento dos activistas da Arena foi, de modo geral, chocante.

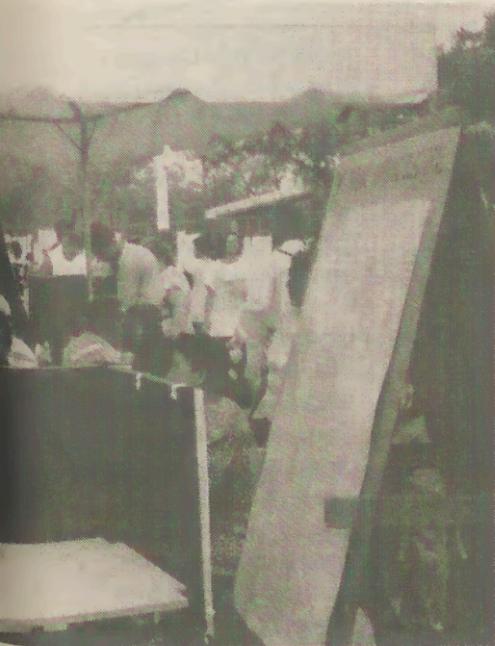
Em muitos dos Centros que visitei como observador internacional, militantes da Arena distribuíam propaganda, exibiam emblemas e ofereciam merendas aos eleitores que chegavam. Como era esperado, a densidade dos incidentes provocados pelo partido do governo foi mais elevada nos bairros degradados onde a supremacia da FMLN era mais evidente. Em algumas mesas a votação teve de ser suspensa e os resultados anulados. Mas a fraude que se temia não se verificou.

A manipulação mediática, contudo, foi permanente e intensa durante toda a campanha. Daí o excesso de confiança da Arena. Um juiz do Supremo Tribunal Eleitoral, Felix Ulloa (que não é da FMLN), lembrou no boletim daquela instituição que os partidos não estão obrigados a prestar contas sobre os seus gastos na campanha e, comentando a desigualdade de oportunidade na Rádio e na TV, escreveu: «Em El Salvador, quem tem mais recursos financeiros poderá fazer o que quiser, algo como o regresso à lei do mais forte, à lei da selva.»

O próprio Supremo Tribunal Eleitoral foi, aliás, duramente criticado pela FMLN que o acusou de parcialidade e cumplicidade com a Arena em decisões tomadas. Significativamente, a União Europeia, alegando falta de transparência no processo, não aceitou o convite oficial que lhe foi dirigido para se fazer representar como observadora.

As intervenções indirectas do Poder para influenciar o eleitor foram transparentes. O Presidente da República, Calderón Sol, viajou para Espanha uma semana antes das eleições e voltou com um saco cheio de dólares e promessas de créditos, depois de se exibir ao lado do seu amigo Jose Maria Aznar. O preço da gasolina (generosamente subsidiado), cerca de 80 escudos o litro, foi reduzido três dias antes das eleições e subiu logo que foram conhecidos os resultados preliminares.

da direita vas da FMLN



É útil informar que a FMLN não dispõe de um só jornal.

As autárquicas

A grande vitória alcançada pelo candidato da FMLN nas eleições para a Câmara Municipal de San Salvador — o médico independente Hector Silva — representou um rude golpe para a Arena. O povo da capital, ao escolher o candidato apresentado pela FMLN, condenou nas urnas por uma grande maioria a política da Arena da qual a dramática situação de San Salvador é síntese e espelho.

A derrota da direita no conjunto das cidades satélites, densamente povoadas, foi ainda mais esmagadora. As condições de vida nesses ghettos são, registre-se, mais afrontosas da dignidade da condição humana do que as que observei no Soweto antes da eleição de Mandela.

Essa vitória da FMLN na cintura de miséria de San Salvador e na capital vai pesar muito na nova relação de forças que a votação de 16 de Março revelou existir no país apesar das intimidações e manipulações que deformaram a campanha eleitoral.

O que vai acontecer?

A Arena, obviamente, continuará a governar o país. O regime presidencialista vigente atribuiu ao Presidente da República grandes poderes. Como chefe do Executivo, traça a política interna e externa e o seu gabinete não é responsável perante a Assembleia Legislativa.

Actualmente, todos os ministros são membros da Arena. Não há qualquer dispositivo que obrigue o Presidente a introduzir modificações no gabinete em consequência dos resultados eleitorais desfavoráveis ao seu partido. Mas é provável que proceda a reajustamentos, embora de pequena amplitude.

A derrota da Arena terá, porém, sérias implicações no plano institucional. A função legislativa da Assembleia não pode ser ignorada pelo Presidente. Ora, precisamente neste momento, o governo está empenhado em fazer aprovar um conjunto de projectos que visam desmantelar o que resta do sector público.

A temática das privatizações dominou os

debates da campanha eleitoral na TV. Os empresários, os ministros, os parlamentares da Arena temiam um resultado eleitoral que privasse a direita da maioria de dois terços, imprescindível à aprovação dos projectos relativos à privatização das telecomunicações e do Seguro Social, que envolve a Saúde e as pensões de reforma.

As eleições correram, entretanto, muito pior do que esperavam. Daí o desalento da oligarquia.

Que vai acontecer?

Fazer aprovar a toque de caixa os projectos contestados pela oposição, antes da posse da nova Assembleia, seria um gesto provocatório, um desafio frontal ao espírito dos Acordos de Chapultepec.

A FMLN, na Plataforma «Uma Assembleia Democrática para a mudança», esboça uma política que é, em pontos fundamentais, incompatível com a da Arena, nomeadamente no tocante às privatizações.

Calderón Sol é um político débil, sem personalidade. Dele se diz que a sua opinião sobre qualquer assunto importante é a da última pessoa do seu partido com quem falou. Mas, por trás do Presidente está a oligarquia. E, para esta, a FMLN é um bando de ferozes comunistas. Isso não significa que não haja na direita fissuras, muitos dos seus quadros reconhece hoje a necessidade de discutir seriamente com o adversário que, sem êxito, tentaram destruir numa guerra implacável.

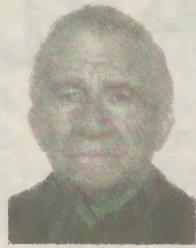


A prudência da FMLN

Como actuará, após a instalação da nova Assembleia, a FMLN?

Empenhada em impor o cumprimento dos Acordos de Paz, a FMLN tornou-se extremamente pragmática. Não quer oferecer pretextos a críticas que enfraqueceriam a sua posição. Assume o passado e orgulha-se dele; mas prefere, por motivos táticos, não o evocar.

A preocupação em evitar certos temas gerou em muitos quadros aquilo a que se poderia chamar a síndrome da guerra, uma atitude de difícil definição que se expressa num discurso



■ Miguel Urbano Rodrigues

novo, muito prudente, desideologizado, no qual a ênfase posta na democratização do país é prioritária.

Em política, as palavras não têm, contudo, o mesmo significado e peso nesta ou naquela sociedade. A democracia não é uma entelequia aristotélica. O conceito varia com as latitudes e as longitudes. Em El Salvador, a democracia possível choca-se, no actual contexto, com limitações que lhe são impostas pela relação de forças, pela natureza das estruturas socioeconómicas e sobretudo pela hegemonia exercida na Região pelo imperialismo norte-americano.

Não terá sido por acaso que o mais qualificado porta-voz dos empresários salvadoreños, logo após serem divulgados os resultados preliminares, apareceu na televisão a manifestar a inquietação dos seus pares pelas vitórias alcançadas pela FMLN.

A Frente desenvolveu a sua campanha em torno de cinco grandes temas — o custo de vida, o ambiente, a segurança dos cidadãos num país de violência avassaladora, a corrupção e o emprego.

A FMLN defende o ensino gratuito nas escolas públicas e o atendimento também gratuito nos hospitais do Estado, cada vez mais abandonados pelo governo. Para atingir esses objectivos, mudar a estrutura do regime e romper a engrenagem de um presidencialismo despótico de fachada democrática, chegou à conclusão de que o diálogo e a cooperação com os empresários, incluindo o grande patronato,

A atitude assumida na noite das eleições pelo representante dos empresários é esclarecedora das dificuldades e limites desse diálogo. A linguagem do capital não é a da FMLN.

Na prática, a Frente mostra-se aberta à ideia de um Pacto Social ajustável à realidade salvadorenha.

A desideologização do discurso manifestou-se em múltiplas áreas.

A própria palavra concertação, tão carregada de ambiguidades nos países da União Europeia, tem na linguagem dos dirigentes da FMLN um conteúdo diferente, positivo.

A incógnita norte-americana

Seria absurdo e injusto pôr em causa a autenticidade e a pureza de intenções de revolucionários com um passado heróico como os da FMLN. O olhar, a voz, os gestos daquela gente inspiram confiança desde o primeiro contacto. Nem por isso, como seres humanos, os revolucionários são infalíveis na avaliação do comportamento dos seus inimigos políticos. Sobretudo, quando atrás deles está o imperialismo norte-americano.

Os EUA adoptaram desde Chapultepec uma atitude muito discreta, legalista. Pronunciaram-se mesmo pelo cumprimento dos Acordos quando a Arena tentou evitar o afastamento do Exército de oficiais ligados aos Esquadrões da Morte, responsáveis por crimes hediondos.

A Embaixada em San Salvador (que tem estado confiada a um obscuro encarregado de negócios) não interferiu no processo eleitoral. O Departamento de Estado, logo que foram conhecidos os resultados, manifestou a sua satisfação pela democraticidade das eleições.

Essas atitudes, pouco comuns, tendem a gerar ilusões. Alguns dirigentes com quem falei afirmaram estar convictos de que Washington aceitaria a eventual vitória eleitoral de um candidato da FMLN nas Presidenciais de 99 como acontecimento político normal resultante do funcionamento da democracia.

Os factos da história demonstram, porém, que a política dos EUA na América Central desde o final do século XIX, quando se tornaram a potência hegemónica na Região, substituindo a Inglaterra, assumiu sempre uma feição imperialista caracterizada pelo total desrespeito pelo direito dos povos a construir livremente o seu futuro.

Porventura, terá agora Washington, garante dos Acordos de Chapultepec, decidido assistir como espectador passivo ao desenvolvimento de um processo democrático que abra a porta, a curto prazo, à instalação na Região de um governo progressista liderado por um partido nascido de um movimento revolucionário com prestígio mundial?

A surpreendente vitória alcançada a 16 de Março pela

FMLN não corresponde àquilo a que os EUA chamam os seus interesses, nomeadamente numa Região que sempre consideraram o pátio das traseiras.

O desenvolvimento da complexa situação criada em El Salvador deve, pois, ser acompanhado sem optimismo excessivo, por mais dialogante e prudente que seja a linha da FMLN condensada na sua «Plataforma para a Mudança», cujo conteúdo é inteiramente compatível com a letra e o espírito dos Acordos de Chapultepec.

(*) Um deputado da Arena foi assassinado a tiro na rua por um marginal embriagado, dias depois das eleições.

A democracia do Arroja

O economista Pedro Arroja, a quem o próprio *Expresso* chama «um "skinhead" do liberalismo», defendeu numa entrevista a este semanário que «os deputados deviam ganhar o salário médio nacional, 115 contos». E explica por quê: «Como são representantes do povo, devem desfrutar das condições representativas desse mesmo povo.» Aí, o entrevistador levantou uma questão pertinente, a de que, nessas condições, era capaz de não haver ninguém interessado em ocupar uma cadeira em S. Bento... Arroja também tinha resposta para isso. Segundo ele, «apareceria gente com mais qualidade e de espírito livre que não estaria submetida à ditadura do partido. Só iria para deputado quem não precisasse da política para viver e agiria segundo a sua convicção e independência de espírito». Ou seja, só os ricos iriam para deputados, dado serem os únicos com independência económica... A democracia burguesa perdia a sua decantada qualidade - a da representatividade - abandonando assim o conhecido quadro em que os

representantes da chamada «maioria do povo eleitor» chegam ao poder apregoando a defesa dos interesses da maioria para, mais tarde e na prática, governarem a favor duma minoria possidente. Na democracia do Arroja acabavam-se essas baralhadas, cumpria-se o gosto salazarista de se enterrar os partidos políticos e os ricos é que passavam a encarregar-se de tudo, desde a organização dos esquemas de exploração generalizada com que já se apropriam da produção de todo o País, até todos os mecanismos de funcionamento e controlo do Estado, como a Assembleia da República e os governos que dela emanam. E é esta criatura um «fazedor de opinião», com colunas regulares nos órgãos de Comunicação Social.

Os conselhos de Kotlikoff

Um tal Laurence Kotlikoff - professor de economia de Boston que deve ser importantíssimo, dado que o *Expresso* lhe dedicou quase meia página (com chamada de primeira) por ocasião da sua presença no debate realizado na

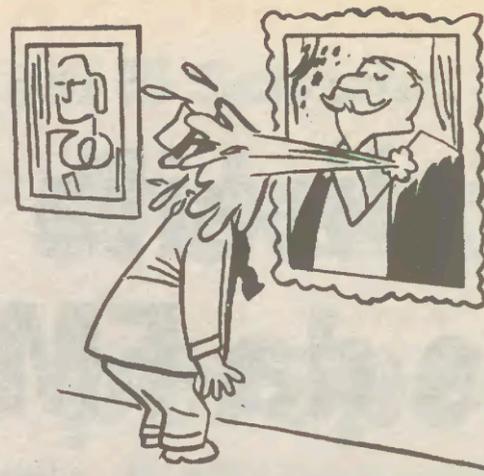
PONTOS CARDEAIS

Gulbenkian sobre a Europa Social - resolveu aconselhar a Europa numa entrevista a que o pressuroso *Expresso* abriu as suas páginas. E dizia o homem, a dada altura: «se os níveis de tributação dos rendimentos e do trabalho forem muito diferentes, poderão ser auto-regulados através da mobilidade laboral». Talvez com medo que o não tivessem compreendido à primeira, o professor de Boston acrescentou: «Isto é, se um país mantém as taxas de impostos mais elevadas que a média dos outros, automaticamente sentirá a pressão da saída dos trabalhadores e dos capitais para outros países com tributação mais baixa.» Portanto, a lei da selva com que o mais brutal liberalismo sonha desde o Reagan e a Thatcher: os capitalistas a moverem a deslocarem as mais-valias produzidas num país para outro onde a especulação financeira lhe dê ainda mais lucros, enquanto os trabalhadores - os que realmente produziram a riqueza que os anteriores andam a transferir para o exterior - podem protestar... emigrando.

Valha-nos a certeza histórica de que estas iluminárias, mais cedo que tarde, não se ser exportadas... para o diabo que os carregue.

Família unida...

Numa jantarada do PSD em Vilamoura onde, pelos vistos, faltou a comida, o inimitável deputado-cantor Mendes Bota explicou às tantas a situação no seu partido com a seguinte oração: «O Partido Social Democrata é uma família. Podemos estar desavindos, mas são aqueles arrufos de namorados, são aquelas desavenças entre marido e mulher, em que, por vezes, podemos dormir em camas separadas, mas o tecto é o mesmo e a casa é comum.» Como imagem de família não está nada mal - apartados mas amarrados debaixo do mesmo tecto. Deve ser por isso que a «grande família social-democrata» ignorou o presidente do partido, Marcelo Rebelo de Sousa, aplaudiu intensamente o ex-presidente Cavaco Silva (que nem se deu ao trabalho de



lá pôr os pés) e acabou com os 700 convivas a bater com os talheres no prato em protesto por não haver comida suficiente, apesar dos dois mil escudos que cada um largou. Tudo, evidentemente, debaixo do mesmo tecto, no caso o antigo casino de Vilamoura - local, aliás, bem adequado a esta unida família.

... e família reunida

Outra «família» desunida é a do PP. Ainda, este fim-de-semana, lá se esforçaram mais uma vez para mostrar que não se passa nada, pelo que se reuniram para dar oportunidade ao líder Manuel Monteiro de exibir mais uma das suas famosas piruetas onde, tendo a separá-lo

um simples café, consegue desmentir-se a si próprio de um momento para o outro e, caso notável, agitando o seu autoritário dedinho com igual convicção. Foi assim que as inflexíveis «directrizes do partido» (leia-se de Manuel Monteiro) sobre a rigorosa proibição de coligações com o PSD se diluíram numa data de coligações na região do Porto, sem que ninguém se lembrasse de perguntar que palhaçada era aquela. Todavia, não conseguiram reunir as desavenças todas debaixo do mesmo tecto. A «linha Cervan», que mandou às malvas as «directrizes inflexíveis» de Monteiro, levou a sua vitória ao ponto de não pôr os pés na reunião onde Monteiro, inflexivelmente, mais uma vez deu o dito por não dito...

PONTOS NATURAIS

A incrível surpresa

Mário Carrius

Pivô

Boa tarde. Cento e setenta pessoas ficaram sem emprego no dia seguinte ao dia do trabalhador. A administração de uma empresa de calçado em Rio Tinto aproveitou a ponte de sexta-feira passada para comunicar o encerramento da fábrica. Nesse dia, os trabalhadores foram informados por carta de que deviam recorrer ao Fundo de Desemprego porque a empresa já não tinha mais condições para continuar a funcionar. A administração invocou a suspensão de uma encomenda de uma empresa russa, para fechar as portas.

Repórter

Foi uma «ponte» para o desemprego, com 170 funcionários sem saber o que fazer. Na quarta-feira passada, último dia do mês, tudo estava bem, até o ordenado foi pago a tempo.

Trabalhador

No dia trinta, recebemos o ordenado normalmente, a maior parte do pessoal foi descansada para casa. Na sexta-feira, dia dois, recebemos em casa uma carta da empresa a dizer que ia encerrar a parte industrial, por inviabilidade da mesma.

Repórter

Na carta recebida por todos estava incluída uma declaração para o Fundo de Desemprego e uma explicação para o que sucedeu: a administração alegava que deixaram de ter crédito na banca e que um cliente da Rússia cancelou a encomenda. Por isso, tinham de encerrar a fábrica. Algumas famílias inteiras ficaram no desemprego.

1ª Trabalhadora

Eu tenho 31 anos de casa, tenho 46 anos, o meu marido vai a caminho dos 50 e tem 36 anos de casa.

Repórter

Havia razões para que a empresa encerrasse?

2ª Trabalhadora

Eu acho que não. Falava-se num milhão de contos de lucros, não havia necessidade de, num momento para o outro, fazerem uma coisas dessas.

Repórter

Era uma casa que estava a trabalhar bem?

1ª Trabalhadora

Era uma fábrica com 65 anos, era uma boa fábrica, dava obra a fazer fora.

2ª Trabalhadora

A surpresa foi tão grande que, por exemplo, eu e o meu marido estávamos a desenvolver a próxima colecção para o Inverno. O facto de estarmos a trabalhar nisso era sinal de que os clientes estavam a pedir produtos.

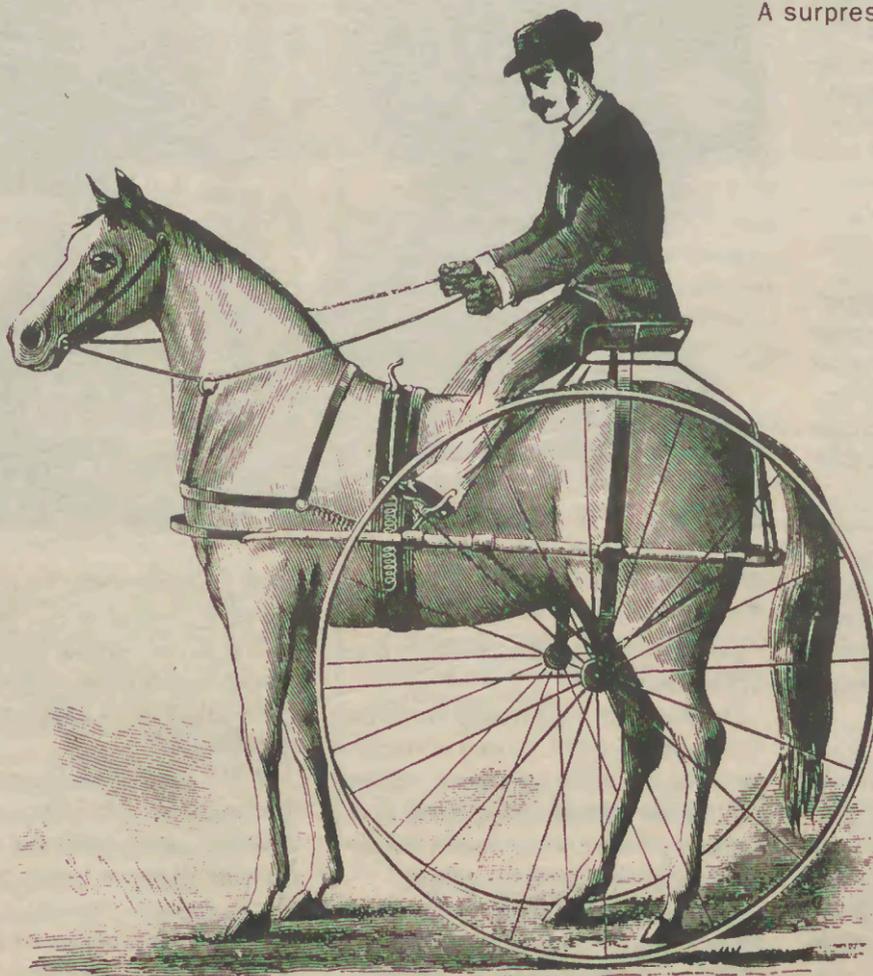
Sindicalista

Eu pergunto até que ponto um governo, que fala tanto em Segurança Social, dá cobertura a uma situação como esta que atrai mais de uma centena de trabalhadores para o desemprego. A Segurança Social é que suporta estes valores.

Repórter

Para defesa dos pontos de trabalho, os trabalhadores estão de vigília 24 horas por 24 horas.

(do 1º jornal da SIC)



CDU é obra!

Barreiro Encontro Concelhio da CDU

Sábado, 17, às 15h - Auditório da CM
Com a participação de Octávio Teixeira

Guarda

Encontro Distrital da CDU

Sábado, 17, às 14h30 - Salão de Congressos
Com a participação de Luís Sá e de André
Martins (de "Os Verdes")

COIMBRA

Encontro da CDU da freguesia de Anã:
dia 17, às 21h30, na casa do cam. Francisco
Taraio

*Encontro da CDU da freguesia de
Cantanhede:* dia 23, às 21h30, na casa do
cam. Arnaldo Carvalho

ÉVORA

*Visita da CDU às Obras do Município de
Évora,* com a participação de eleitos e
activistas da CDU no concelho: dia 17, a
partir das 10h.

MIRA

*Almoço-convívio da CDU na Videira Sul
("Chacra" do cam. Joaquim Martins, perto
do antigo FAOJ):* dia 18 (Inscrições: Heitor
Saborano - (031) 472185)

SEIXAL

"A política de Ensino e as Autarquias" -
debate com a participação de Paulo Sucena
e do candidato CDU à presidência da CM,
Alfredo Monteiro: dia 17, às 15h, no Aud.
da Assembleia Municipal

CDU

Santarém

*Apresentação pública de candidatos
da CDU:* Sábado, 17, às 20h, na Estação
Zootécnica Nacional (Fonte Boa - Vale de
Santarém), com a participação de
Carlos Carvalhas

Queluz

*Apresentação da candidatura de Sérgio
Soares à Assembleia de Freguesia de
Queluz:* dia 16, às 20h, no restaurante "O
Abraão" com a participação de Lino Paulo
e de José Casanova

Lisboa - Freguesia de Alcântara

*Apresentação pública dos candidatos
propostos pelo PCP para a freguesia:*
Jantar-convívio, sexta-feira, 16, às 19h30,
Col. "Os 31 de Sto. Amaro" com José
Godinho e Luís Fernandes

Loures

*Apresentação pública dos candidatos à
freguesias de Sacavém - no Sacavenense,
dia 16, às 21h30, com Demétrio Alves
Frielas - no Salão da JF, dia 17, às 15h
Prior Velho - na Coop. "O Meu Ninho",
dia 18 (almoço-convívio)*

Juventude CDU em Movimento Domingo, 17

- **ODIVELAS** - Visita guiada por Demétrio Alves aos equipamentos sociais para a juventude construídos pela CM Loures: a partir das 10h30
- ♦ **AMADORA** - Almoço nos Moinhos da Funcheira. Visita ao concelho, orientada por Orlando de Almeida: às 15h
- **CONCERTO dos Primitive Reason no Parque Municipal da Amadora:** às 16h30

PORTO

5º Encontro Distrital da JCP
Dia 17, na Assembleia Municipal de Gaia

ALMADA

*Assembleia da
Célula dos Traba-
lhadores da Autar-
quia (CM e SMAS):*
dia 18, às 9h, com a
participação de Jorge
Pires.

*Plenário da célula
da Lisnave sobre a
situação na empresa e
intervenção da célula:*
dia 16, às 17h, no CT
concelhio.

*Plenário da célula
do Arsenal: dia 20, às
18h, no CT concelhio.*

*Visita à freguesia
de Laranjeiro, com
almoço: dia 17, com
concentração às 9h30
no CT local.*

*Debate sobre Se-
gurança das Popula-
ções: no Portão Verde
Futebol Clube, dia 22,
às 21h, com a partici-
pação de José Neto.*

LISBOA

*Centro de Traba-
lho do Lumiar -
Almoço com a parti-
cipação de Vítor
Dias, inaugurando o
espaço remodelado
do Centro de Traba-
lho: dia 17, às 13h.*

*Plenário de mili-
tantes da freguesia de
Campolide: dia 22,
às 21 h, na JF de
Campolide.*

MONTIJO

*1ª Assembleia da
Organização de Fre-
guesia do Afonsoei-
ro: dia 17, às 15h, na
Colectividade "Bons
Amigos".*

OEIRAS

*Plenário de mili-
tantes da freguesia de
Paço de Arcos sobre
as eleições autárqui-
cas: dia 16, às 21h, no
CT local.*

SETÚBAL

*Reunião da célula
da Lisnave/Mitrena,
com a participação de
Ruben de Carvalho,
cabeça de lista da
CDU à CM de Setú-
bal: sexta, 16, às 18h,
no CT do Edifício
Arrábida.*

*Reunião de mili-
tantes da freguesia do
Sado, com a partici-
pação de Ruben de
Carvalho.*

EXPO sobre MOEDA ÚNICA

*Promovida pela
DORL do PCP
Pavilhão na Praça da
Figueira de 8 a 24 de
Maio*

PEDROÇOS/MAIA

*Debate sobre a
Moeda Única
com Honório Novo
Sábado, 15h, CT
local do PCP*

AGENDA

V Assembleia da Organização Regional de Santarém

No Instituto da Juventude
Sábado, 17, às 14h30, com
a participação de
Carlos Carvalhas

Encontro Distrital de Lisboa do PCP

promovido pelo Sector da Saúde
de Lisboa

SAÚDE - UM DIREITO, UMA LUTA

Vitória / Espaço Cultural,
dia 17 a partir das 10h30
com a participação de
Edgar Correia

Reunião Nacional de Quadros da EDP

Sexta-feira, 16, no CT Vitória
Intervenção de Carlos Carvalhas

Reunião Nacional de Quadros sobre o Sector Público, os Serviços Públicos e as privatizações

Terça-feira, 20, às 10h30,
no Hotel Altis / Sala Madrid
com a participação de dirigentes e delegados
sindicais, membros de CTs, quadros técnicos,
membros das células e organismos sectoriais,
deputados, dirigentes do PCP

Sessão de encerramento (17h) com intervenção de Carlos Carvalhas

Alcácer do Sal

Jornadas de Desenvolvimento do Litoral Alentejano

Dia 17, às 15h, Ass. Alcacerense de Socorros
Mútuos (Montepio)
com Jorge Pires

Reunião de Quadros da Emigração na Europa

17 Maio - Neuchâtel, Suíça
Participam os cam. Henrique de Sousa
e João Armando

Festa-Convívio em Valeyres-sous-Rences (Orbe)

18 Maio, a partir das 10h
Também com a participação do camarada
Henrique de Sousa
Animação musical com
André Mota

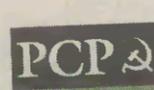
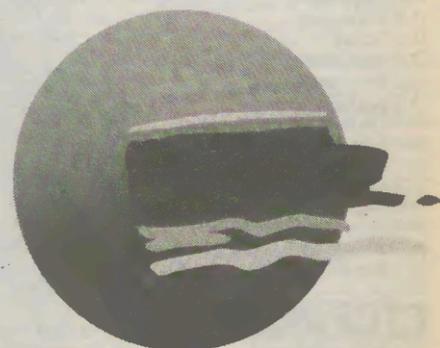
Homenagem a Catarina Eufémia

Baleizão - 18 de Maio
15h - desfile de grupos corais
16h - Romagem, seguindo-se comício
com intervenção de
Carlos Carvalhas

Sábado, às 12h
Carlos Carvalhas
no Grande Júri TSF

COMÍCIO INTERNACIONAL DE LISBOA

24.Maio - 14,30 h - Campo Pequeno



PELO EMPREGO COM DIREITOS
Por uma Europa de progresso social
paz e cooperação.

Comboios especiais de Porto-Lisboa-Porto

Campanhã: 9h - Gaia: 9h05 - Espinho: 9h17 - Aveiro: 9h47 -
Coimbra: 10h21 - Entroncamento: 11h32 - Santarém: 11h56 -
Lisboa (Entrecampos): 13h21.

Regresso (Lisboa/Entrecampos): 20h01

Bilhetes à venda nas ORs de Santarém, Coimbra, Aveiro, Porto

Sintra-Terminal da 5 de Outubro

Sintra: 13h45; Portela: 13h47 - Algueirão: 13h50 - Mercês: 13h52 -
Rio de Mouro: 13h55 - Cacém: 13h59 - Barcarena: 14h02 -
Queluz/Massamá: 14h04; Queluz/Belas: 14h07 - Amadora: 14h12 -
Damaia: 14h16 - Sta. Cruz: 14h18 - Benfica: 14h20 -
Sete Rios: 14h24

Regresso (Terminal 5 Outubro): 18h40

Autocarros especiais de Loures

Caneças: 13h45 - Odivelas: 14h00

Zambujal: 13h45 - Sto. Antão do Tojal: 14h - Loures (Feira): 14h15
Sta. Iria: 13h45 - Bairro Covina: 13h50 - S. João da Talha: 14h00 -
Sacavém: 14h10

Azambuja/Alenquer

Azambuja: 14h00 - Alenquer: 14h10 - Carregado: 14h15

Vila Franca de Xira

Vila Franca: 13h40. Outros autocarros das freguesias, com
concentração na Póvoa às 14h

Aveiro

Espinho - Ovar - Avanca - Estarreja - Angeja
Sta. Maria da Feira - S. João da Madeira - O. de Azeméis -
Albergaria-a-Velha
Ílhavo - Gafanha da Nazaré - Aveiro - Massinhata do Vouga -
Águeda - Anadia - Mealhada

Braga

Autocarros directos de Braga e Guimarães
Esposende - Barcelos

Bragança

Bragança - Cortiços - Mirandela

Guarda

Guarda - Gouveia - Seia

Vila Real

Vila Real

Castelo Branco

Covilhã - Tortosendo - Fundão - Castelo Branco

Viana do Castelo

Viana do Castelo

Viseu

Lamego - Castro d'Aire - Viseu - Tondela - Sta. Comba - Mortágua

Leiria

Autocarros directos de Leiria - Marinha Grande
Alcobaça - Caldas da Rainha - Bombarral - Peniche

Cascais

Cascais: 13h - Estoril: 13.05 - S. João: 13h10 - Parede: 13h15 -
Carcavelos: 13h20
Alcabideche: 13h00 - Alcoitão: 13.05 - Manique: 13h10 - Tires:
13h20 - Rana: 13h25

Oeiras

Paço de Arcos: 13h15 - Porto Salvo: 13h25 - Leceia: 13h35 -
Tercena: 13h45 - Queijas: 13h55 - Carnaxide: 14h05
Linda-a-Velha: 14h10 - Algés: 14h15

Distrito de Setúbal

Autocarros directos com partidas de Alcochete - Montijo - Barreiro
- Santiago do Cacém - Grândola - Seixal - Moita - Alcácer - Setúbal
- Palmela - Sines - Sesimbra - Almada

TELEVISÃO

Quinta, 15

RTP 1

08.00 Selecção de Esperanças
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Alondra
14.40 Selecção RTP
15.40 Nós, os Ricos
16.15 Carmen
17.10 Canal Aberto
18.25 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.50 Filhos do Vento
22.00 Eleição de Miss Portugal
24.00 Magazine
00.30 24 Horas
01.00 RTP/Financial Times
01.45 Bom Bordo

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 Falatório
16.40 86-60-86
17.30 Infantil
19.15 Caderno Diário
19.30 Encontros Imediatos
20.00 Reviver o Passado em Brideshead
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Amigos por Acaso
22.00 Jornal 2
22.30 Hollywood, Hollywood (de Gene Kelly, EUA/1976, com Gene Kelly, Fred Astaire, Abbot e Costello, Louis Armstrong, Cyd Charisse, etc. Ver Destaque)
00.40 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Walker
15.00 Os Imortais
16.00 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.25 A Indomada
22.25 Casos de Polícia
23.30 Viva a Liberdade
00.35 Último Jornal
00.55 Escrita em Dia
01.55 Portugal Radical
02.15 Vibrações

TVI

11.10 Animação
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
21.05 Melrose Place
22.00 Delito em Red Rock West (de John Dahl, EUA/1992, com Nicolas Cage, Dennis Hopper, Lara Flynn Boyle, J. T. Walsh. Ver Destaque)
24.00 Futebol (Campeonato Italiano)
02.00 TVI Jornal

"Separados" é a última de três histórias de Gabriel Garcia Marquez dramatizadas por cineastas latino-americanos, em curtas-metragens, sob o título genérico "Não brinquem com o amor". A não perder, ao sábado na RTP2



Sexta, 16

RTP 1

08.00 Selecção de Esperanças
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Alondra
14.20 Regresso a Casa (de Duwayne Dunham, EUA/1993, com Robert Hays, Kim Greist, Veronica Lauren. Ver Destaque)
16.20 Isto Só Vídeo
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.25 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.50 Lições do Tonecas
21.25 Futebol: Salgueiros-Sporting
23.30 Filhos do Vento
00.30 24 Horas
01.15 A Vingança do Falcão (de Mika Kaurismaki, Finl./1993, com Jolyn Baker, Fanny Bastien, Jurgen Prochnow. Thriller / Acção)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 Falatório
16.40 Anúncios de Graça
17.05 Eunews
17.30 Infantil
19.10 Caderno Diário
19.30 Encontros Imediatos
19.55 Os Vingadores
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Carolina na Cidade
21.50 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.30 Cabaret - Adeus Berlim (de Bob Fosse, EUA/1972, com Liza Minnelli, Michael York, Joel Grey, Helmut Griem, Marisa Berenson. Ver Destaque)
00.30 Falatório
01.25 Rumo ao Sul

SIC

10.10 Buêrére
11.20 As Receitas do Dia
11.50 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Walker
15.00 Os Imortais
16.00 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Malucos do Riso
21.15 A Indomada
22.15 Confissões
23.15 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.50 Um Homem de Sorte
03.00 Vibrações

TVI

11.10 Animação
12.30 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Ficheiros Secretos
24.00 Escada de Corda (de Charles Correll, EUA/1992, com Rosanna Arquette, Anthony Perkins, Amy Bryan. «Thriller»)
01.55 Fora de Jogo
02.10 TVI Jornal
02.40 7 Ponto 15
03.10 A Balada de Hill Street

Sábado, 17

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.45 Último Nível
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
14.55 Futebol- Final da Taça de Inglaterra
17.00 Amores e Rebelião
18.15 Super Bébés
18.55 Há Horas Felizes
20.00 Telegiornal
20.45 Meu Querido Avô
21.25 Futebol: Guimarães-Porto
23.00 Segredos da Escuridão
24.00 24 Horas
00.50 Álamo: Treze Dias para a Glória (de Burt Kennedy, EUA/1987, com James Arness, Brian Keith, Alec Baldwin, Raul Julia. Telefilme)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Sem Fronteiras
12.30 Vida por Vida
12.40 Prazer de Criar
13.05 A Conquista do Cosmos
14.00 Parlamento
15.00 Jack, o Camponês
17.00 Desporto 2
18.00 Sinais do Tempo
19.00 Separados (de Tomás Gutiérrez Alea, Co-Prod. Int., com Blanca Sanchez, Bruno Rey, Roberto Cobo, Margarita Isabel. Ver Destaque)
19.15 Dinheiro Vivo
20.05 Foyer - «Hollywood Lovers»
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
22.55 Um Homem para a Eternidade (de Fred Zinnemann, Gr.Br./1966, com Paul Scofield, Robert Shaw, Wendy Hiller, Leo McKern, Orson Welles, Susannah York, Nigel Davenport. Ver Destaque)
02.05 Mahler - Sinfonia Nº 9

SIC

08.30 Buêrére
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Jogar em Casa
15.00 Hércules
16.00 A Sentinela
16.50 Walker
18.00 Superman II (de Richard Lester, EUA/1980, com Christopher Reeve, Margot Kidder, Gene Hackman, Terence Stamp, Ned Beatty. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 Salsa e Merengue
22.20 Big Show Sic
01.45 Último Jornal
02.05 O Ouro de MacKenna (de J. Lee Thompson, EUA/1969, com Gregory Peck, Omar Sharif, Telly Savalas, Camilla Sparv. «Western»)
04.45 Portugal Radical

TVI

09.30 Animação
12.00 Novos Ventos
12.30 Notícias
12.50 Contas à Vida
13.25 Contra-Ataque
15.10 A Contas com a Justiça (de William Friedkin, EUA/1995, com Shannen Doherty, António Sabato Jr.. «Thriller»)
16.50 Lar Louco Lar
17.20 Competente e Descarada
17.50 O 3º Calhau a Contar do Sol
18.15 Estrelas de Hollywood
19.00 Lanterna Mágica
19.25 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Telegiornal
22.00 Um Polícia Acima de Qualquer Suspeita (de Steven Schachter, EUA/1995, com Christopher Reeve, Joe Mantegna, Kim Cattrall, Edward Kerr. Drama)
24.00 Tempo de Guerra (de Pat O' Connor, Gr.Br./1984, com John Lynch, Helen Mirren, Donal McCann, Steven Rinkus, John Kavanagh. Drama)



Meryl Streep, Bette Midler e outras "estrelas" sem papas na língua contam histórias nada edificantes dos "Hollywood Lovers"... Sábado à tarde na RTP2

Domingo, 18

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.15 Sem Limites
11.45 Andebol
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Made in Portugal
14.40 Caminho das Estrelas
16.30 Alta Voltagem
17.05 86-60-86
17.55 As Aventuras de Tarzan
18.50 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telegiornal
20.45 Contra-Infomção (Compacto)
21.00 Casa de Artistas
22.15 Filhos do Vento
23.15 Domingo Desportivo
01.15 24 Horas
01.50 L.A., Polícia em Acção

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Quilómetro Zero
12.10 Jornal d' África
12.40 Máquinas
13.05 Dor e Sacrifício
14.30 Desporto 2
18.00 Paraíso Perdido (de Alberto Seixas Santos, Port./1992, com Maria de Medeiros, Rui Mendes, Manuela de Freitas, Carlos Daniel. Ver Destaque)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - George Orwell»
21.00 Alta Roda
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Teatro: «Édipo em Colono»
00.30 Vidas do Século

SIC

08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
15.15 Assuntos de Família
15.45 Xena, a Princesa Guerreira
16.10 A Balada de Nova Iorque
17.00 Cidade Escaldante
18.10 O Anel de Fogo (de Richard W. Munchkin, EUA/1990, com Don «The Dragon» Wilson, Maria Ford, Rod Kei. Aventuras)
20.00 Jornal da Noite
20.50 Trapalhões
21.50 Salsa e Merengue
22.50 Jornal da Noite (de Fritz Kiersch, EUA/1994, com Bo Derek, Jack Scala, John Savage, David McCallum. Acção)
01.05 Último Jornal
01.25 João Soares
02.25 Portugal Radical

TVI

09.30 Animação
11.10 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.20 Portugal Português
14.30 É Urgente Salvar o Planeta (de Frank McDonald e Paul Landres, EUA/1994, com Hugh O'Brian, Douglas Fowley, John Anderson. Acção)
17.20 O Céu Como Horizonte
18.20 Os Mistérios de Bill Cosby
19.05 Desafios
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Telegiornal
22.00 Notícia Escaldante
23.00 Futebol (Campeonato Italiano)

Segunda, 19

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Alondra
14.40 Selecção RTP
15.45 Carmen
17.10 Canal Aberto
18.25 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
21.00 Nós, os Ricos
21.50 Filhos do Vento
22.30 Expo 98
23.45 24 Horas
00.25 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Sem Limites
17.15 Infantil
19.00 Universidade Aberta
19.30 Encontros Imediatos
20.00 O Agente Secreto
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.30 Loura Platinada (de Frank Capra, EUA/1931, com Loretta Young, Robert Williams, Jean Harlow, Louise Closser Hale. Ver Destaque)
00.15 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Raven
15.00 O Ressuscitado
16.00 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 A Indomada
21.50 Ponto de Encontro
22.50 Em Terra Selvagem (de Steven Seagal, EUA/1994, com Steven Seagal, Michael Caine, Joan Chen. Acção)
00.50 Último Jornal
01.15 Conversas Secretas
02.35 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Actos Inconfessáveis (de Linda Ono, EUA/1990, com Jill Clayburgh, Brad Davis, Sam Behrens, Gary Frank. Ver Destaque)
23.50 Jornal do Mundo
00.35 Fora de Jogo
00.50 TVI Jornal
01.50 A Balada de Hill Street

Terça, 20

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Alondra
14.40 Selecção RTP
15.40 Jet 7
16.15 Carmen
17.10 Canal Aberto
18.25 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.50 Isto Só Vídeo
21.25 Filhos do Vento
22.20 Herman Enciclopédia
23.30 Anúncios de Graça
00.05 24 Horas
00.50 Grandes Nomes

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Sem Limites
17.15 Infantil
19.00 Universidade Aberta
19.35 Encontros Imediatos
20.05 O Santo
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Crimes Verdadeiros
22.00 Jornal 2
22.30 A Grande Muralha (de Frank Capra, EUA/1933, com Barbara Stanwyck, Nils Asther, Gavin Gordon. Ver Destaque)
00.15 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.20 As Receitas do Dia
11.50 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Raven
15.00 O Ressuscitado
16.00 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Era Uma Vez
21.50 A Indomada
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.45 Primeiros Anos
01.55 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.30 Cassandra
13.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Actos Inconfessáveis (de Linda Ono, EUA/1990, com Jill Clayburgh, Brad Davis, Sam Behrens, Gary Frank. Ver Destaque)
23.50 Jornal do Mundo
00.35 Fora de Jogo
00.50 TVI Jornal
01.50 A Balada de Hill Street

Quarta, 21

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Olho Clínico
14.25 Alondra
15.15 Selecção RTP
16.20 Carmen
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.20 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.50 Lele e Zequinha
21.25 Filhos do Vento
22.15 Concurso 1, 2, 3
24.00 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.40 100+
17.30 Infantil
19.30 Encontros Imediatos
20.00 O Castelo de Cartas
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Uma Noite Aconteceu (de Frank Capra, EUA/1934, com Claudette Colbert, Clark Gable, Roscoe Karns, Henry Wadsworth. Ver Destaque)
00.55 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.20 As Receitas do Dia
11.50 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Raven
15.00 O Ressuscitado
16.00 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 A Indomada
22.30 Cadeira do Poder
23.40 A Noite da Má-Língua
00.50 Último Jornal
01.15 Toda a Verdade - «O Planeta CNN»
02.30 Vibrações

TVI

11.10 Animação
12.30 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Unabomber (de Jon Purdy, EUA/1996, com Robert Hays, Dean Stockwell, Tobin Bell, Victoria Mallory. Acção)
23.45 Desporto
00.35 TVI Jornal
01.35 A Balada de Hill Street

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Continua - à quarta-feira, ainda na RTP2 - a série "Castelo de Cartas", uma notável sátira ao mundo da alta política britânica, com Ian Richardson



Viagens no espaço: uma epopeia do nosso século, contada num documentário em duas partes. A primeira passa este sábado na RTP2

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Delito em Red Rock West

(Quinta, 22.00, TVI)

Nada neste filme nos surge como credível - nem sequer provável de acontecer - mas o realizador **John Dahl** tem artes de nos prender às cadeiras ao contar-nos a história de um pacato cidadão, desempregado, que tem o azar de ser confundido com um criminoso contratado para uma tarefa implacável. Boas interpretações de **Nicolas Cage** e **Dennis Hopper**.

Hollywood, Hollywood

(Quinta, 22.30, RTP2)

Não há muito mais a acrescentar em relação ao que aqui foi escrito acerca do primeiro episódio desta série de três filmes de montagem de sequências de filmes de Hollywood, a não ser que há uma mão menos profissional e desenvolta na homogeneidade da «escrita» e da «montagem» dos materiais de arquivo de várias origens. Desta vez, os anfitriões são **Fred Astaire** e **Gene Kelly** (este último também responsável pela realização) e o filme não se limita a sequências de *filmes musicais*, mas também de comédias, entre as quais alguns belos exemplares protagonizados por um par de excepção - **Katherine Hepburn** e **Spencer Tracy**. Puro divertimento!

Regresso a Casa

(Sexta, 14.40, RTP1)

Em meados dos anos 60 ficou famoso um filme que dava conta da odisséia de dois cães e uma gata numa viagem tormentosa entre as Montanhas Rochosas e S. Francisco. Agora, em 1993, os estúdios **Disney** decidiram produzir um delicioso *remake* em que as «vozes» dos três animais são dobrados por vedetas como **Michael J. Fox**, **Sally Field** e **Don Ameche**. Uma oportunidade, raríssima, para (se não houver nada de mais importante a fazer) proporcionar às crianças televisão de jeito, na forma de um filme que lhes é especialmente dedicado.

Cabaret - Adeus Berlim

(Sexta, 22.30, RTP2)

Rodado com todos os ingredientes do *filme musical* por **Bob Fosse**, *Cabaret* é sem dúvida o seu filme mais importante e, além do mais, distingue-se dos melhores exemplares deste importante género cinematográfico pela simples circunstância de, neste caso, não estarmos perante um argumento pateta - coisa que nunca afligiu especialmente os adeptos das convenções do género mas não deixa de ser de sublinhar. É que, com acção passada nos anos 30 em Berlim e a propósito de uma banal história de amor entre uma *entertainer* e um jovem estudante, o espectador é gradualmente confrontado com a degradação e decomposição de uma sociedade e com o ascenso do fascismo - aspecto que, do ponto de vista cinematográfico, nos é dado a ver de forma alucinante, a princípio pela insinuação da iconografia e dos rituais gestuais nazis (vagamente reflectidos nos



Liza Minnelli, em «Cabaret», de Bob Foss



O Cardeal Wolsley (Orson Welles) e Thomas Moore (Paul Scofield), duas personagens centrais em «Um Homem Para a Eternidade», de Fred Zinemann

a filmar as aventuras dos *Beatles*. Outro divertimento que não faz mal a ninguém!

Separados

(Sábado, 19.00, RTP2)

Faltava este terceiro exemplar para completar o ciclo que a RTP 2 reservou (neste espaço habitual dedicado à curta-metragem) a uma série de pequenos filmes com argumento de **Gabriel Garcia Márquez**. Desta vez, estamos perante uma história comovente na qual um casal de jovens, loucamente apaixonados, haviam decidido fugir de casa para se casar - e apenas voltam a encontrar-se 35 anos depois, em

ção - pelo realizador americano, de origem austríaca, **Fred Zinemann**, a partir do romance homónimo de **Robert Bolt**, e que traz a primeiro plano a contradição entre a consciência dos valores assumidos e o poder absoluto.

Paraíso Perdido

(Domingo, 18.00, RTP2)

Numa espécie de continuação da mesma atmosfera cinematográfica de *Brandos Costumes*, também de sua autoria, este novo filme do **Alberto Seixas Santos** confronta-nos com uma história de amor impossível entre uma jovem e um professor universitário, tendo como pano de fundo relações directa ou indirectamente influenciadas pelo complexo e contraditório processo de descolonização posterior ao 25 de Abril. Nos principais papéis: **Maria de Medeiros** e **Rui Mendes**.

Loura Platinada

(Segunda, 22.30, RTP2)

Não é seguramente daqueles filmes da cinematografia de **Frank Capra** (com novo ciclo a inaugurar hoje na RTP2) em que a história é particularmente bem conseguida e recheada de acontecimentos, embora sem dúvida o cineasta tenha inventado uma série de situações hilariantes, apoiadas num diálogo truculento e penetrante. Nos principais papéis, a revelação de **Jean Harlow** (a tal *loura platinada*, símbolo sexual da época) e, ainda, **Loretta Young** e um impagável **Robert Williams** na pele de um jornalista.

Actos Inconfessáveis

(Terça, 22.00, TVI)

Debruçando-se sobre a tragédia do «abuso de menores» no ambiente familiar e baseado num caso verídico que abalou a opinião pública norte-americana, o filme acompanha as investigações de um casal de médicos que se preocupam com os dramas dos maus-tratos infligidos a crianças. Nos principais papéis, **Jill Clayburgh** e **Brad Davis** têm duas poderosas interpretações, num *tefilme* de qualidade muito superior à média.

A Grande Muralha

(Terça, 22.30, RTP2)

Na sequência de uma guerra civil que abalou a China, um senhor da guerra recolhe uma missionária norte-americana ferida. E daqui nasce uma complexa e conturbada relação de sedução, paixão e rejeição. Um filme extremamente refinado na sua encenação (proporcionalmente ao refinamento de uma história em particular dúbia e contraditória em termos de relações humanas) mas que, hoje, poderá surgir datada ao espectador actual e aos seus hábitos cinematográficos.

Uma Noite Aconteceu

(Quarta, 22.30, RTP2)

Depois de um começo menos entusiasmante, o ciclo dedicado a **Capra** melhora francamente com o filme de hoje. Que dizer, aliás, desta sua obra, o primeiro filme que, na História dos Oscars, arrancou nada menos do que cinco desses troféus? Naturalmente que vai



Reprodução de um dos cartazes originais de «A Grande Muralha», de Frank Capra



Uma cena célebre com Clark Gable e Claudette Colbert, em «Uma Noite Aconteceu», de Frank Capra

espelhos do recinto nocturno durante imperceptíveis panorâmicas, mas progressivamente enchendo todo o *écran* e depois pela montagem paralela de cenas de agressão e brutalidade perpetradas pelas tropas de choque nazis. Boas interpretações de **Liza Minnelli**, **Michael York** e, sobretudo, de **Joel Grey**.

Superman II

(Sábado, 18.00, SIC)

Além da desenvoltura da encenação e dos contornos absurdos que já encontramos na versão cinematográfica original da famosa banda desenhada, nesta *sequela* o espectador tem como valor-acrescentado o humor de um cineasta como **Richard Lester**, tão à-vontade aqui como

virtude de só então aparecer uma carta na qual, naquela recuada época, combinavam o local de encontro para a consumação da fuga...

Um Homem para a Eternidade

(Sábado, 22.55, RTP2)

Membro do concelho do rei, **Thomas Moore** opõe-se a **Henrique VIII** - que pretende obter o divórcio do seu casamento com **Catarina de Aragão** para desposar **Ana Bolena** - chegando a recusar o pedido do cardeal **Wolsley** para interceder no mesmo sentido junto do Papa, valendo-lhe essa atitude (considerada alta traição ao reino) a morte pela decapitação. Um filme realizado com grande meios e maturidade cinematográfica - embora padecendo de alguma teatralidade e excesso de dura-

entreter, às maravilhas, os espectadores que aqui buscarem refúgio, com a história de uma rica herdeira (**Claudette Colbert**) fugindo de casa do pai para casar com um aviador e que no trajeto da fuga se cruza com um jornalista (**Clark Gable**) pelo qual subitamente se apaixona. Entretanto, tal como deve ser nas comédias românticas, eis que, por falta de confiança no tal jornalista, ela decide regressar à primitiva ideia de casar com o aviador. E eis senão quando é o próprio pai que a aconselha a abandonar a cerimónia do casamento para, numa nova reviravolta, regressar aos braços do repórter! A sequência no autocarro de província e as «muralhas de Jericó» ficaram lendários no cinema. Enfim, *Uma Noite Aconteceu* é **Capra**, do melhor!

Contra a lógica do sensacionalismo

■ Francisco Costa

É provável que os espectadores mais fiéis à série «Murphy Brown» (RTP 2) tenham presente um significativo diálogo inserto no episódio da última segunda-feira e travado no bar onde os seus principais protagonistas costumam ir comer um snack ou beber um copo em momentos de pausa do seu trabalho. Nesse diálogo, Miles, Frank, Corky, Jim e a sempre insubmissa Murphy - os conhecidos editor e jornalistas da fictícia estação de televisão FYI - discutiam acaloradamente acerca de «critérios jornalísticos» a propósito da cobertura noticiosa de um alegado acto perpetrado por uma determinada personalidade, com aquela última a posicionar-se flagrantemente contra o oportunismo sensacionalista do seu editor.

Interessante é que os argumentos avançados nessa discussão são tanto mais significativos quanto a acção desta exemplar «série de ficção» televisiva se passa no próprio terreno por excelência em que a pressão das realidades do «mercado» da publicidade e da «guerra das audiências» tudo é capaz de justificar - até os mais graves e escandalosos atropelos à deontologia profissional dos jornalistas. Mas, pensando bem, que aconteceria à pobre Murphy Brown se aterra-se de repente no aeroporto da Portela e começasse a ver os principais serviços noticiosos das nossas televisões?!

Uma escalada sem precedentes

Na realidade, há muito tempo que não se via, como nos nossos dias, os principais *telejornais* das televisões nacionais serem preenchidos com factos noticiosos tão intensamente submetidos à lógica do sensacionalismo mais rasteiro. Em boa verdade, não há dia que passe em que não se assista (muitas vezes em directo) a reportagens de irrupções de «justiça popular», de protestos contra casos de «negligência médica» em instalações hospitalares (se possível «do Estado») ou contra «sentenças demasiado leves» dos tribunais ou às expressões de descontentamento de familiares e vizinhos perante casos de zaragatas e de maus tratos infligidos a outros cidadãos (de preferência mulheres ou crianças) ou a peças minuciosas durando minutos sobre minutos e chafurdando em extravagâncias ou crimes ou vinganças, aqueles caracterizados pela paranóia, estes marcados pelo mais desastrado dos amadorismos, outros ainda manchados pelo frio profissionalismo, ou a grandes planos de «chutos» nas veias explorando a vulnerabilidade e alienação de toxicódependentes - tudo isto envolto em imagens e sons tantas vezes servindo de «ruído de fundo» para entrevistas conduzidas sem quaisquer escrúpulos de ética ou deontologia e não raro violentando com inaudita grosseria e insensibilidade a intimidade do sofrimento, da miséria ou da tragédia.

Talvez isto explique as razões pelas quais, de degrau em degrau, não apenas estes sinais de sensacionalismo foram aumentando nos últimos anos como, a par deles, as próprias durações dos *telejornais* passaram a estender-se artificialmente até aos 45 minutos (quando não até aos 60!), quase sempre subjugados a estratégias de informação enganosas das quais estão ausentes as notícias verdadeiramente decisivas para a real compreensão do movimento das sociedades e do mundo, quer no sentido do seus avanços quer no sentido dos seus retrocessos. E talvez essas prolongadas durações ajudem também a desvendar por que é que (como jamais acontecera num passado que apenas está afastado 3/4 anos), esses *telejornais* passaram a ser tão apetecidos como momentos para inserção de longos blocos de publicidade - aliás, proibida por Lei para serviços noticiosos que não excedam os trinta minutos de duração... - como também acontece com outros programas falsamente alcunhados de «jornalismo de investigação». Por outro lado, não é de mais salientar que esta escalada de violência, licenciosidade e sensacionalismo vêm a par dos cada vez mais frequentes apelos públicos (cujo aproveitamento noticioso, também ele obscuro, não procura fazer distinção quanto às subjacentes intenções dos seus autores) ao sempre reconfortante «exercício da autoridade».

O que não deixa de ser triste e significativo é recordar, de passagem (só para avisar que não andamos *todos* distraídos), que, por exemplo, nos *telejornais* de 25 de Abril e de 1 de Maio passados - datas tão caras à nossa Liberdade e Democracia - o primeiro canal do nosso «serviço público» se preocupava mais com outros assuntos noticiosos, alguns mais ou menos sensacionalistas, o que provocou (por pura coincidência?) que as reportagens sobre aqueles acontecimentos e suas comemorações oficiais e populares ape-

nas tenham ido para o ar aos 18 minutos (no primeiro caso) ou aos 22 minutos (no segundo caso). Para bom entendedor...

Primeiros sinais de debandada

Tudo isto contribui certamente para que não sejam tão inesperadas como isso - embora possam constituir a médio prazo pesado motivo de incómodo e reflexão para os mentores das nossas televisões - algumas notícias vindas

a público na imprensa nos últimos dias sobre certos fenómenos de rejeição desta estratégia de informação e programação em vários países europeus.

Ao que se lê, tudo começou com um estudo encomendado em França à CARAT - uma firma de aquisição e colocação de espaços para anúncios publicitários na televisão - o qual veio revelar uma notória quebra de audiências, sobretudo nos chamados «canais generalistas». Mas o mais significativo é que esta diminuição progressiva de espectadores ficaria a dever-se, a julgar por

das empresas de televisão se vergam perante as manobras aventureiras dos sacrossantos «programadores», onde nem as agências de publicidade nem sequer os próprios anunciantes parecem lembrar-se de levantar um dedo quando são objectivamente prejudicados no constante protelamento e baralhão da inserção dos seus espaços publicitários! Havia isto de passar-se numa Inglaterra ou numa Alemanha - em que as coisas são estabelecidas e negociadas ao segundo - e outro galo cantaria...».

Face à premente evolução da situação - e na esperança, um tanto ingénuo confesso, de que não apenas os responsáveis pelas nossas televisões como também os chamados «agentes económicos» ligados à publicidade consigam libertar-se da sua famigerada «saloiice periférica» - talvez não seja de estranhar que, mais cedo do que tarde, também entre nós outro galo comece a cantar.

Mudar de ares

Pela minha parte, confesso-vos que desde há tempos estou tentando, por motivos «higiénicos», experimentar de vez em quando outras paragens televisivas. E é para dois exemplos notáveis no campo do documentarismo de carácter histórico e social que hoje vos vou chamar, por último, a atenção: não por coincidência, ambos transmitidos pelo canal franco-alemão «Arte», acessível aos possuidores de televisão por cabo ou satélite.

No primeiro caso, trata-se de uma interessante e originalíssima experiência em que cinco realizadores, associados num projecto colectivo europeu, foram em busca de filmes de amadores rodados por toda essa Europa num período histórico compreendido entre a trágica vitória do fascismo na Guerra de Espanha e o começo da II Guerra Mundial. Intitulada «Tempos de Guerra», esta série que (se bem percebi) ocupará cinco episódios está incluída numa rubrica regular daquele canal - «Les Mercredis de l' Histoire» («As quartas-feiras da História») - regularmente transmitida naquele dia da semana entre as 19.45 e as 20.40 (hora portuguesa). Espantoso, mesmo em termos estéticos, é que, organizado e montado com profissionalismo e sensibilidade cinematográfica dignos de nota, todo este material «em bruto» - de mui diversa proveniência e cuja temática vai das pequenas festas familiares, ao ambiente que rodeou do exterior o Congresso de Nuremberga do partido nacional-socialista, passando pela inauguração dos Jogos Olímpicos de Berlim ou pelas imagens de Hitler filmadas pela mão de Eva Braun (!) ou pela aterrizagem de Saint-Exupéry em Orléans - ganha um significado informativo insuspeitado e também um sentido artístico qualitativamente novo ao devolver-nos, numa visão tão multifacetada, o drama colectivo europeu daqueles anos de fogo.

No segundo caso, as atenções vão para um documentário da autoria de Ken Loach, cineasta britânico saído (como alguns dos seus mais notáveis colegas contemporâneos, entre os quais Stephen Frears, Mike Leigh ou Roland Joffe) da segunda vaga do grande documentarismo britânico com origem na BBC, um grupo de profissionais exemplares conhecidos pelas suas preocupações de carácter social. O filme debruça-se sobre um caso célebre destes tempos de liberalismo económico - que foi abafado, mesmo em termos de comunicação social internacional - e que se relacionou com a luta de 12 meses dos trabalhadores portuários de Liverpool a partir de Setembro de 1995. Um pedaço de antologia à qual penso voltar na próxima crónica.

Nota. Para os leitores-espectadores interessados, aqui fica uma chamada de atenção: o segundo episódio da série «Tempos de Guerra» irá para o ar em 21 de Maio próximo, tendo por tema a destruição e o terror nazi que se abateu nos países de Leste. E o documentário «Os Estivadores de Liverpool - Uma história de moral contemporânea» será repetido hoje à noite, quinta-feira 15, entre as 00.55 e a 01.50 (hora portuguesa). Ambos no canal «Arte».



aqueles estudos, às manobras de contraprogramação que constituem desgraçada prática comum não apenas em Portugal (como amplamente sabemos) mas também no estrangeiro.

Quer dizer: as pessoas começam a estar fartas de assistir, impotentes, à luta desenfadada entre programas do mesmo género, às constantes alterações de programação para combater idênticas golpadas de outras estações concorrentes. Mais interessante, ainda, é que os números apontam para que a quebra de audiências se processe, em alguns países abrangidos pelo estudo, da seguinte forma: Grã-Bretanha, menos 2% de espectadores; França, menos 2,8%; Espanha, menos 4,4%; e... Portugal, menos 5,2%! Ou seja: péssimas notícias para os programadores, o que é sinónimo de excelentes e esperançosos sinais de optimismo para os espectadores.

No mesmo estudo, outro dado não negligenciável aponta (como seria mais que natural) para a circunstância de os anunciantes começarem a preocupar-se com esta situação, coisa que parece ainda não estar a ocorrer entre nós. Correndo, aliás, o risco de me repetir, permito-me recordar ao leitor aquilo que, a este propósito, já nestas colunas escrevia em Outubro de 94: «(...) tudo isto se passa perante um «mercado» que nem sequer sabe cuidar, pelos vistos, dos seus interesses, onde os Directores Comerciais

ESCAPARATE

Duas prestigiadas Companhias de Bailado

A dança vai estar em destaque esta semana, pela ocorrência de actuações simultâneas a cargo de duas prestigiadas companhias de bailado - o «Ballet Gulbenkian» e «Les Ballets de Monte Carlo» - o que agravará, em muito, a dificuldade da escolha. Também em termos de reportório, o seu conteúdo será consideravelmente diferente em ambos os acontecimentos. Mas vamos aos pormenores. Estreados ontem à noite e prosseguindo em cena de hoje a domingo com espectáculos às 21.30 (sendo que, no sábado e domingo, haverá *matinées* às 16 horas), teremos no Grande Auditório da

Fundação Calouste Gulbenkian três bailados pelo Ballet Gulbenkian, a saber: «Rassemblement», com coreografia e figurinos de Nacho Duato, música de Toto Byssa, cenário de Walter Nobbe e luzes de Nicolás Fischtel; em segundo lugar, será a vez de «Comédia Off», uma coreografia de Paulo Ribeiro, com música e banda sonora de João Lucas, dispositivo cénico e figurinos de Nuno Carinhas e luzes de Rui Marcelino; finalmente, «Axioma 7» é um bailado com coreografia, cenário, figurinos e luzes de Ohad Naharin e música de J. S. Bach, sendo o assistente de coreógrafo Mari Kajiwara.

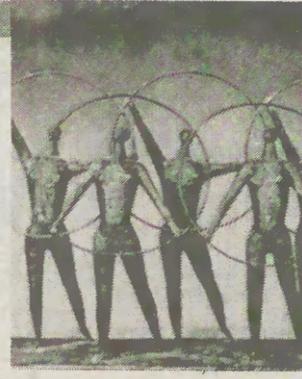
Quanto aos «Ballets de Monte Carlo», os seus espectáculos terão lugar no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém hoje, amanhã e depois pelas 21.30 com *matinée* no sábado às 16 horas. No reportório, figuram bailados «Concerto Barroco», um bailado em três movimentos com coreografia de George Balanchine (adaptada por Patricia Neary), com música de J. S. Bach; «Tema e 4 Variações», com coreografia de Jean-Christophe Maillot (inspirada em George Balanchine), música de Paul Hindemith e cenários, figurinos e luzes de Dominique Drillot; e, finalmente, as célebres «Danças Polovetsianas», da ópera «O Príncipe Igor» de Borodine, numa coreografia de Michel Fokine (adaptada por Pierre Lacotte), com cenários e figurinos de Nicolas Roerich e luzes de Dominique Drillot. Dois excelentes espectáculos em perspectiva.



DESPORTO

Debates de Maio

Organizados pelo Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, prossegue no Pavilhão Carlos Lopes (em Lisboa) o ciclo de debates sobre o desporto subordinados ao lema «Debates de Maio». Tendo já sido abordadas nos passados dias 5 e 12 de Maio duas temáticas importantes, como são «Os Jogos Olímpicos de Atlanta» e «O Papel e a Função Social dos Clubes e Colectividades», realizar-se-á na próxima segunda-feira, 19, um debate com real actualidade - «Futebol Português: a formação de jovens praticantes e o profissionalismo», com a participação de João Couto e Rafael Gomes, ficando ainda para um último debate (em 22 de Maio) o tema «Formação de Treinadores», com Vasconcelos Raposo e Eunice Lebre como convidados. Segundo as próprias palavras do vereador Caleia Rodrigues, «o que pretendemos nestas sessões é analisar questões concretas de um conjunto de temáticas e relevo para o desenvolvimento desportivo da nossa cidade e que, sobretudo, interessem aos diversos sectores de actividade. (...) Sendo o Desporto um fenómeno eminentemente social registando permanentes mudanças, reside aí «a importância de debater e reflectir sobre as tendências do movimento desportivo, porporcionando a comunicação entre os seus agentes».



Daniel Sampaio A Cinza do Tempo

LIVROS

A Cinza do Tempo

Mais um livro de Daniel Sampaio editado pela Caminho, um autor que muitos conhecem pelos seus trabalhos publicados e que muitos outros vieram a conhecer pela sua intervenção televisiva sobre os problemas dos adolescentes. *A Cinza do Tempo* é constituído por cerca de 60 crónicas publicadas pela imprensa nos últimos anos. Saudamos este conjunto agora dado à estampa, onde os leitores podem reencontrar a voz serena deste médico psiquiatra que, se mais méritos não tivesse, possui aquele, muito raro, de haver encontrado o tom justo para se dirigir aos seus contemporâneos e falar-lhes de problemas difíceis cuja solução parece ficar à mão e ao esforço do menos «qualificado». Quase que basta saber ouvir... para que o diálogo se abra. E que diálogo propõe o autor? O mais difícil, e que aparentemente seria mais natural - o que deveria existir entre pais e filhos. «Muitas famílias», escreve Daniel Sampaio em prefácio, «não conseguem hoje fornecer amor e promover a esperança nos seus filhos, porque as dificuldades do quotidiano que sofrem na pele impedem um mínimo de suporte afectivo necessário ao desenvolvimento dos seus membros.» Daniel Sampaio dá uma ajuda. Não com um livro técnico a fornecer receitas, mas com uma voz tão humana que é impossível não entender.

OLARIA

Olaria e Barro Ibéricos

Com o apoio da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, inaugurou-se ontem e decorrerá ainda até ao próximo domingo, 18, uma série de iniciativas relacionadas com a cultura popular a propósito da III Festa Ibérica da Olaria e do Barro, com a participação de Centros Oleiros de Portugal e de Espanha. Entre estas iniciativas, contam-se, por exemplo, as III Jornadas Ibéricas de Olaria e Cerâmica, o III Festival Ibérico de Música Popular e Tradicional e, ainda, a organização de um Circuito das Olarias de S. Pedro do Corval.



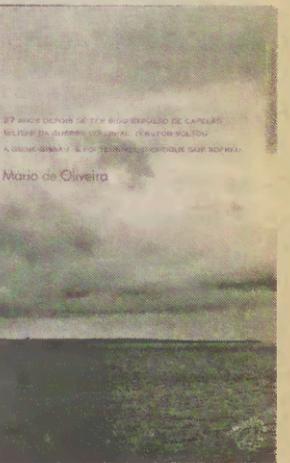
CINEMA

Um novo ciclo na Cinemateca Nacional

Inaugurado no passado dia 6 e distribuído por 20 programas diferentes, foi inaugurado na Cinemateca Nacional (em Lisboa) um ciclo dedicado a obras representativas do cinema de vanguarda europeu anterior à II Grade Guerra Mundial, desde o começo do século até meados dos anos 40. São várias as cinematografias representadas, em particular a soviética (com obras de Jakov Protazanov ou Sergei Eisenstein) mas também obras-primas de cineastas como Luis Buñuel, Alberto Cavallanti, Walter Ruttmann, Jean Vigo, René Clair ou Manoel de Oliveira. Um ciclo a não perder.



Um exemplo clássico do cinema surrealista: «Um Cão Andaluz», de Luis Buñuel (Espanha)



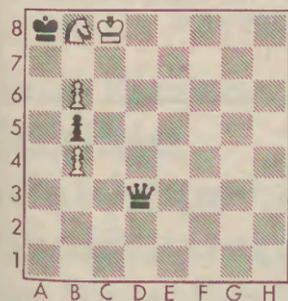
Mas a África, senhores...

Vinte e sete anos depois de ter sido expulso de capelão militar na guerra colonial, Mário de Oliveira, o autor deste livro publicado pela Campo das Letras, voltou à Guiné-Bissau. E viu as suas esperanças - nascidas do testemunho que viveu da luta pela libertação - frustradas pela degradação das condições de vida que verificou. E escreveu *Mas a África, senhores, porque lhe dais tantas dores*, oito crónicas de um novo testemunho escrito à luz das convicções cristãs do autor, onde permanece, entrelaçada com a dor, a esperança na capacidade humana em transformar o mundo.

XADREZ

DCX - 15 DE MAIO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X19
Por: L. KUBBEL - 1917

Pr.: [3]: Pb5 - Dd3 - Ra8
Br.: [4]: Ps. b4, b6 - Cb8 - Rg8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997X19 [L.K.]

Rc7, Rd3; 8. Rb6, Rg4; 9. Ra5 e g.
Cd7+, Rg6; 5. Ce5+, Rd5; 6. Cd3, Rg4; 7. b7+, Rg7; 8. Rg7, Rg6; 3. b8-C+, Rb6; 4. Ra7, Rg6; 5. Rg6, Rg4; 6. Rg6, Rg4; 7. Rg6, Rg4; 8. Rg6, Rg4; 9. Rg6, Rg4; 10. Rg6, Rg4; 11. Rg6, Rg4; 12. Rg6, Rg4; 13. Rg6, Rg4; 14. Rg6, Rg4; 15. Rg6, Rg4; 16. Rg6, Rg4; 17. Rg6, Rg4; 18. Rg6, Rg4; 19. Rg6, Rg4; 20. Rg6, Rg4; 21. Rg6, Rg4; 22. Rg6, Rg4; 23. Rg6, Rg4; 24. Rg6, Rg4; 25. Rg6, Rg4; 26. Rg6, Rg4; 27. Rg6, Rg4; 28. Rg6, Rg4; 29. Rg6, Rg4; 30. Rg6, Rg4; 31. Rg6, Rg4; 32. Rg6, Rg4; 33. Rg6, Rg4; 34. Rg6, Rg4; 35. Rg6, Rg4; 36. Rg6, Rg4; 37. Rg6, Rg4; 38. Rg6, Rg4; 39. Rg6, Rg4; 40. Rg6, Rg4; 41. Rg6, Rg4; 42. Rg6, Rg4; 43. Rg6, Rg4; 44. Rg6, Rg4; 45. Rg6, Rg4; 46. Rg6, Rg4; 47. Rg6, Rg4; 48. Rg6, Rg4; 49. Rg6, Rg4; 50. Rg6, Rg4; 51. Rg6, Rg4; 52. Rg6, Rg4; 53. Rg6, Rg4; 54. Rg6, Rg4; 55. Rg6, Rg4; 56. Rg6, Rg4; 57. Rg6, Rg4; 58. Rg6, Rg4; 59. Rg6, Rg4; 60. Rg6, Rg4; 61. Rg6, Rg4; 62. Rg6, Rg4; 63. Rg6, Rg4; 64. Rg6, Rg4; 65. Rg6, Rg4; 66. Rg6, Rg4; 67. Rg6, Rg4; 68. Rg6, Rg4; 69. Rg6, Rg4; 70. Rg6, Rg4; 71. Rg6, Rg4; 72. Rg6, Rg4; 73. Rg6, Rg4; 74. Rg6, Rg4; 75. Rg6, Rg4; 76. Rg6, Rg4; 77. Rg6, Rg4; 78. Rg6, Rg4; 79. Rg6, Rg4; 80. Rg6, Rg4; 81. Rg6, Rg4; 82. Rg6, Rg4; 83. Rg6, Rg4; 84. Rg6, Rg4; 85. Rg6, Rg4; 86. Rg6, Rg4; 87. Rg6, Rg4; 88. Rg6, Rg4; 89. Rg6, Rg4; 90. Rg6, Rg4; 91. Rg6, Rg4; 92. Rg6, Rg4; 93. Rg6, Rg4; 94. Rg6, Rg4; 95. Rg6, Rg4; 96. Rg6, Rg4; 97. Rg6, Rg4; 98. Rg6, Rg4; 99. Rg6, Rg4; 100. Rg6, Rg4; 101. Rg6, Rg4; 102. Rg6, Rg4; 103. Rg6, Rg4; 104. Rg6, Rg4; 105. Rg6, Rg4; 106. Rg6, Rg4; 107. Rg6, Rg4; 108. Rg6, Rg4; 109. Rg6, Rg4; 110. Rg6, Rg4; 111. Rg6, Rg4; 112. Rg6, Rg4; 113. Rg6, Rg4; 114. Rg6, Rg4; 115. Rg6, Rg4; 116. Rg6, Rg4; 117. Rg6, Rg4; 118. Rg6, Rg4; 119. Rg6, Rg4; 120. Rg6, Rg4; 121. Rg6, Rg4; 122. Rg6, Rg4; 123. Rg6, Rg4; 124. Rg6, Rg4; 125. Rg6, Rg4; 126. Rg6, Rg4; 127. Rg6, Rg4; 128. Rg6, Rg4; 129. Rg6, Rg4; 130. Rg6, Rg4; 131. Rg6, Rg4; 132. Rg6, Rg4; 133. Rg6, Rg4; 134. Rg6, Rg4; 135. Rg6, Rg4; 136. Rg6, Rg4; 137. Rg6, Rg4; 138. Rg6, Rg4; 139. Rg6, Rg4; 140. Rg6, Rg4; 141. Rg6, Rg4; 142. Rg6, Rg4; 143. Rg6, Rg4; 144. Rg6, Rg4; 145. Rg6, Rg4; 146. Rg6, Rg4; 147. Rg6, Rg4; 148. Rg6, Rg4; 149. Rg6, Rg4; 150. Rg6, Rg4; 151. Rg6, Rg4; 152. Rg6, Rg4; 153. Rg6, Rg4; 154. Rg6, Rg4; 155. Rg6, Rg4; 156. Rg6, Rg4; 157. Rg6, Rg4; 158. Rg6, Rg4; 159. Rg6, Rg4; 160. Rg6, Rg4; 161. Rg6, Rg4; 162. Rg6, Rg4; 163. Rg6, Rg4; 164. Rg6, Rg4; 165. Rg6, Rg4; 166. Rg6, Rg4; 167. Rg6, Rg4; 168. Rg6, Rg4; 169. Rg6, Rg4; 170. Rg6, Rg4; 171. Rg6, Rg4; 172. Rg6, Rg4; 173. Rg6, Rg4; 174. Rg6, Rg4; 175. Rg6, Rg4; 176. Rg6, Rg4; 177. Rg6, Rg4; 178. Rg6, Rg4; 179. Rg6, Rg4; 180. Rg6, Rg4; 181. Rg6, Rg4; 182. Rg6, Rg4; 183. Rg6, Rg4; 184. Rg6, Rg4; 185. Rg6, Rg4; 186. Rg6, Rg4; 187. Rg6, Rg4; 188. Rg6, Rg4; 189. Rg6, Rg4; 190. Rg6, Rg4; 191. Rg6, Rg4; 192. Rg6, Rg4; 193. Rg6, Rg4; 194. Rg6, Rg4; 195. Rg6, Rg4; 196. Rg6, Rg4; 197. Rg6, Rg4; 198. Rg6, Rg4; 199. Rg6, Rg4; 200. Rg6, Rg4; 201. Rg6, Rg4; 202. Rg6, Rg4; 203. Rg6, Rg4; 204. Rg6, Rg4; 205. Rg6, Rg4; 206. Rg6, Rg4; 207. Rg6, Rg4; 208. Rg6, Rg4; 209. Rg6, Rg4; 210. Rg6, Rg4; 211. Rg6, Rg4; 212. Rg6, Rg4; 213. Rg6, Rg4; 214. Rg6, Rg4; 215. Rg6, Rg4; 216. Rg6, Rg4; 217. Rg6, Rg4; 218. Rg6, Rg4; 219. Rg6, Rg4; 220. Rg6, Rg4; 221. Rg6, Rg4; 222. Rg6, Rg4; 223. Rg6, Rg4; 224. Rg6, Rg4; 225. Rg6, Rg4; 226. Rg6, Rg4; 227. Rg6, Rg4; 228. Rg6, Rg4; 229. Rg6, Rg4; 230. Rg6, Rg4; 231. Rg6, Rg4; 232. Rg6, Rg4; 233. Rg6, Rg4; 234. Rg6, Rg4; 235. Rg6, Rg4; 236. Rg6, Rg4; 237. Rg6, Rg4; 238. Rg6, Rg4; 239. Rg6, Rg4; 240. Rg6, Rg4; 241. Rg6, Rg4; 242. Rg6, Rg4; 243. Rg6, Rg4; 244. Rg6, Rg4; 245. Rg6, Rg4; 246. Rg6, Rg4; 247. Rg6, Rg4; 248. Rg6, Rg4; 249. Rg6, Rg4; 250. Rg6, Rg4; 251. Rg6, Rg4; 252. Rg6, Rg4; 253. Rg6, Rg4; 254. Rg6, Rg4; 255. Rg6, Rg4; 256. Rg6, Rg4; 257. Rg6, Rg4; 258. Rg6, Rg4; 259. Rg6, Rg4; 260. Rg6, Rg4; 261. Rg6, Rg4; 262. Rg6, Rg4; 263. Rg6, Rg4; 264. Rg6, Rg4; 265. Rg6, Rg4; 266. Rg6, Rg4; 267. Rg6, Rg4; 268. Rg6, Rg4; 269. Rg6, Rg4; 270. Rg6, Rg4; 271. Rg6, Rg4; 272. Rg6, Rg4; 273. Rg6, Rg4; 274. Rg6, Rg4; 275. Rg6, Rg4; 276. Rg6, Rg4; 277. Rg6, Rg4; 278. Rg6, Rg4; 279. Rg6, Rg4; 280. Rg6, Rg4; 281. Rg6, Rg4; 282. Rg6, Rg4; 283. Rg6, Rg4; 284. Rg6, Rg4; 285. Rg6, Rg4; 286. Rg6, Rg4; 287. Rg6, Rg4; 288. Rg6, Rg4; 289. Rg6, Rg4; 290. Rg6, Rg4; 291. Rg6, Rg4; 292. Rg6, Rg4; 293. Rg6, Rg4; 294. Rg6, Rg4; 295. Rg6, Rg4; 296. Rg6, Rg4; 297. Rg6, Rg4; 298. Rg6, Rg4; 299. Rg6, Rg4; 300. Rg6, Rg4; 301. Rg6, Rg4; 302. Rg6, Rg4; 303. Rg6, Rg4; 304. Rg6, Rg4; 305. Rg6, Rg4; 306. Rg6, Rg4; 307. Rg6, Rg4; 308. Rg6, Rg4; 309. Rg6, Rg4; 310. Rg6, Rg4; 311. Rg6, Rg4; 312. Rg6, Rg4; 313. Rg6, Rg4; 314. Rg6, Rg4; 315. Rg6, Rg4; 316. Rg6, Rg4; 317. Rg6, Rg4; 318. Rg6, Rg4; 319. Rg6, Rg4; 320. Rg6, Rg4; 321. Rg6, Rg4; 322. Rg6, Rg4; 323. Rg6, Rg4; 324. Rg6, Rg4; 325. Rg6, Rg4; 326. Rg6, Rg4; 327. Rg6, Rg4; 328. Rg6, Rg4; 329. Rg6, Rg4; 330. Rg6, Rg4; 331. Rg6, Rg4; 332. Rg6, Rg4; 333. Rg6, Rg4; 334. Rg6, Rg4; 335. Rg6, Rg4; 336. Rg6, Rg4; 337. Rg6, Rg4; 338. Rg6, Rg4; 339. Rg6, Rg4; 340. Rg6, Rg4; 341. Rg6, Rg4; 342. Rg6, Rg4; 343. Rg6, Rg4; 344. Rg6, Rg4; 345. Rg6, Rg4; 346. Rg6, Rg4; 347. Rg6, Rg4; 348. Rg6, Rg4; 349. Rg6, Rg4; 350. Rg6, Rg4; 351. Rg6, Rg4; 352. Rg6, Rg4; 353. Rg6, Rg4; 354. Rg6, Rg4; 355. Rg6, Rg4; 356. Rg6, Rg4; 357. Rg6, Rg4; 358. Rg6, Rg4; 359. Rg6, Rg4; 360. Rg6, Rg4; 361. Rg6, Rg4; 362. Rg6, Rg4; 363. Rg6, Rg4; 364. Rg6, Rg4; 365. Rg6, Rg4; 366. Rg6, Rg4; 367. Rg6, Rg4; 368. Rg6, Rg4; 369. Rg6, Rg4; 370. Rg6, Rg4; 371. Rg6, Rg4; 372. Rg6, Rg4; 373. Rg6, Rg4; 374. Rg6, Rg4; 375. Rg6, Rg4; 376. Rg6, Rg4; 377. Rg6, Rg4; 378. Rg6, Rg4; 379. Rg6, Rg4; 380. Rg6, Rg4; 381. Rg6, Rg4; 382. Rg6, Rg4; 383. Rg6, Rg4; 384. Rg6, Rg4; 385. Rg6, Rg4; 386. Rg6, Rg4; 387. Rg6, Rg4; 388. Rg6, Rg4; 389. Rg6, Rg4; 390. Rg6, Rg4; 391. Rg6, Rg4; 392. Rg6, Rg4; 393. Rg6, Rg4; 394. Rg6, Rg4; 395. Rg6, Rg4; 396. Rg6, Rg4; 397. Rg6, Rg4; 398. Rg6, Rg4; 399. Rg6, Rg4; 400. Rg6, Rg4; 401. Rg6, Rg4; 402. Rg6, Rg4; 403. Rg6, Rg4; 404. Rg6, Rg4; 405. Rg6, Rg4; 406. Rg6, Rg4; 407. Rg6, Rg4; 408. Rg6, Rg4; 409. Rg6, Rg4; 410. Rg6, Rg4; 411. Rg6, Rg4; 412. Rg6, Rg4; 413. Rg6, Rg4; 414. Rg6, Rg4; 415. Rg6, Rg4; 416. Rg6, Rg4; 417. Rg6, Rg4; 418. Rg6, Rg4; 419. Rg6, Rg4; 420. Rg6, Rg4; 421. Rg6, Rg4; 422. Rg6, Rg4; 423. Rg6, Rg4; 424. Rg6, Rg4; 425. Rg6, Rg4; 426. Rg6, Rg4; 427. Rg6, Rg4; 428. Rg6, Rg4; 429. Rg6, Rg4; 430. Rg6, Rg4; 431. Rg6, Rg4; 432. Rg6, Rg4; 433. Rg6, Rg4; 434. Rg6, Rg4; 435. Rg6, Rg4; 436. Rg6, Rg4; 437. Rg6, Rg4; 438. Rg6, Rg4; 439. Rg6, Rg4; 440. Rg6, Rg4; 441. Rg6, Rg4; 442. Rg6, Rg4; 443. Rg6, Rg4; 444. Rg6, Rg4; 445. Rg6, Rg4; 446. Rg6, Rg4; 447. Rg6, Rg4; 448. Rg6, Rg4; 449. Rg6, Rg4; 450. Rg6, Rg4; 451. Rg6, Rg4; 452. Rg6, Rg4; 453. Rg6, Rg4; 454. Rg6, Rg4; 455. Rg6, Rg4; 456. Rg6, Rg4; 457. Rg6, Rg4; 458. Rg6, Rg4; 459. Rg6, Rg4; 460. Rg6, Rg4; 461. Rg6, Rg4; 462. Rg6, Rg4; 463. Rg6, Rg4; 464. Rg6, Rg4; 465. Rg6, Rg4; 466. Rg6, Rg4; 467. Rg6, Rg4; 468. Rg6, Rg4; 469. Rg6, Rg4; 470. Rg6, Rg4; 471. Rg6, Rg4; 472. Rg6, Rg4; 473. Rg6, Rg4; 474. Rg6, Rg4; 475. Rg6, Rg4; 476. Rg6, Rg4; 477. Rg6, Rg4; 478. Rg6, Rg4; 479. Rg6, Rg4; 480. Rg6, Rg4; 481. Rg6, Rg4; 482. Rg6, Rg4; 483. Rg6, Rg4; 484. Rg6, Rg4; 485. Rg6, Rg4; 486. Rg6, Rg4; 487. Rg6, Rg4; 488. Rg6, Rg4; 489. Rg6, Rg4; 490. Rg6, Rg4; 491. Rg6, Rg4; 492. Rg6, Rg4; 493. Rg6, Rg4; 494. Rg6, Rg4; 495. Rg6, Rg4; 496. Rg6, Rg4; 497. Rg6, Rg4; 498. Rg6, Rg4; 499. Rg6, Rg4; 500. Rg6, Rg4; 501. Rg6, Rg4; 502. Rg6, Rg4; 503. Rg6, Rg4; 504. Rg6, Rg4; 505. Rg6, Rg4; 506. Rg6, Rg4; 507. Rg6, Rg4; 508. Rg6, Rg4; 509. Rg6, Rg4; 510. Rg6, Rg4; 511. Rg6, Rg4; 512. Rg6, Rg4; 513. Rg6, Rg4; 514. Rg6, Rg4; 515. Rg6, Rg4; 516. Rg6, Rg4; 517. Rg6, Rg4; 518. Rg6, Rg4; 519. Rg6, Rg4; 520. Rg6, Rg4; 521. Rg6, Rg4; 522. Rg6, Rg4; 523. Rg6, Rg4; 524. Rg6, Rg4; 525. Rg6, Rg4; 526. Rg6, Rg4; 527. Rg6, Rg4; 528. Rg6, Rg4; 529. Rg6, Rg4; 530. Rg6, Rg4; 531. Rg6, Rg4; 532. Rg6, Rg4; 533. Rg6, Rg4; 534. Rg6, Rg4; 535. Rg6, Rg4; 536. Rg6, Rg4; 537. Rg6, Rg4; 538. Rg6, Rg4; 539. Rg6, Rg4; 540. Rg6, Rg4; 541. Rg6, Rg4; 542. Rg6, Rg4; 543. Rg6, Rg4; 544. Rg6, Rg4; 545. Rg6, Rg4; 546. Rg6, Rg4; 547. Rg6, Rg4; 548. Rg6, Rg4; 549. Rg6, Rg4; 550. Rg6, Rg4; 551. Rg6, Rg4; 552. Rg6, Rg4; 553. Rg6, Rg4; 554. Rg6, Rg4; 555. Rg6, Rg4; 556. Rg6, Rg4; 557. Rg6, Rg4; 558. Rg6, Rg4; 559. Rg6, Rg4; 560. Rg6, Rg4; 561. Rg6, Rg4; 562. Rg6, Rg4; 563. Rg6, Rg4; 564. Rg6, Rg4; 565. Rg6, Rg4; 566. Rg6, Rg4; 567. Rg6, Rg4; 568. Rg6, Rg4; 569. Rg6, Rg4; 570. Rg6, Rg4; 571. Rg6, Rg4; 572. Rg6, Rg4; 573. Rg6, Rg4; 574. Rg6, Rg4; 575. Rg6, Rg4; 576. Rg6, Rg4; 577. Rg6, Rg4; 578. Rg6, Rg4; 579. Rg6, Rg4; 580. Rg6, Rg4; 581. Rg6, Rg4; 582. Rg6, Rg4; 583. Rg6, Rg4; 584. Rg6, Rg4; 585. Rg6, Rg4; 586. Rg6, Rg4; 587. Rg6, Rg4; 588. Rg6, Rg4; 589. Rg6, Rg4; 590. Rg6, Rg4; 591. Rg6, Rg4; 592. Rg6, Rg4; 593. Rg6, Rg4; 594. Rg6, Rg4; 595. Rg6, Rg4; 596. Rg6, Rg4; 597. Rg6, Rg4; 598. Rg6, Rg4; 599. Rg6, Rg4; 600. Rg6, Rg4; 601. Rg6, Rg4; 602. Rg6, Rg4; 603. Rg6, Rg4; 604. Rg6, Rg4; 605. Rg6, Rg4; 606. Rg6, Rg4; 607. Rg6, Rg4; 608. Rg6, Rg4; 609. Rg6, Rg4; 610. Rg6, Rg4; 611. Rg6, Rg4; 612. Rg6, Rg4; 613. Rg6, Rg4; 614. Rg6, Rg4; 615. Rg6, Rg4; 616. Rg6, Rg4; 617. Rg6, Rg4; 618. Rg6, Rg4; 619. Rg6, Rg4; 620. Rg6, Rg4; 621. Rg6, Rg4; 622. Rg6, Rg4; 623. Rg6, Rg4; 624. Rg6, Rg4; 625. Rg6, Rg4; 626. Rg6, Rg4; 627. Rg6, Rg4; 628. Rg6, Rg4; 629. Rg6, Rg4; 630. Rg6, Rg4; 631. Rg6, Rg4; 632. Rg6, Rg4; 633. Rg6, Rg4; 634. Rg6, Rg4; 635. Rg6, Rg4; 636. Rg6, Rg4; 637. Rg6, Rg4; 638. Rg6, Rg4; 639. Rg6, Rg4; 640. Rg6, Rg4; 641. Rg6, Rg4; 642. Rg6, Rg4; 643. Rg6, Rg4; 644. Rg6, Rg4; 645. Rg6, Rg4; 646. Rg6, Rg4; 647. Rg6, Rg4; 648. Rg6, Rg4; 649. Rg6, Rg4; 650. Rg6, Rg4; 651. Rg6, Rg4; 652. Rg6, Rg4; 653. Rg6, Rg4; 654. Rg6, Rg4; 655. Rg6, Rg4; 656. Rg6, Rg4; 657. Rg6, Rg4; 658. Rg6, Rg4; 659. Rg6, Rg4; 660. Rg6, Rg4; 661. Rg6, Rg4; 662. Rg6, Rg4; 663. Rg6, Rg4; 664. Rg6, Rg4; 665. Rg6, Rg4; 666. Rg6, Rg4; 667. Rg6, Rg4; 668. Rg6, Rg4; 669. Rg6, Rg4; 670. Rg6, Rg4; 671. Rg6, Rg4; 672. Rg6, Rg4; 673. Rg6, Rg4; 674. Rg6, Rg4; 675. Rg6, Rg4; 676. Rg6, Rg4; 677. Rg6, Rg4; 678. Rg6, Rg4; 679. Rg6, Rg4; 680. Rg6, Rg4; 681. Rg6, Rg4; 682. Rg6, Rg4; 683. Rg6, Rg4; 684. Rg6, Rg4; 685. Rg6, Rg4; 686. Rg6, Rg4; 687. Rg6, Rg4; 688. Rg6, Rg4; 689. Rg6, Rg4; 690. Rg6, Rg4; 691. Rg6, Rg4; 692. Rg6, Rg4; 693. Rg6, Rg4; 694. Rg6, Rg4; 695. Rg6, Rg4; 696. Rg6, Rg4; 697. Rg6, Rg4; 698. Rg6, Rg4; 699. Rg6, Rg4; 700. Rg6, Rg4; 701. Rg6, Rg4; 702. Rg6, Rg4; 703. Rg6, Rg4; 704. Rg6, Rg4; 705. Rg6

ATALHE DE FOICE

Os números

«Para nós, os portugueses não são números, são pessoas.» Se a memória não falha, era isto que constava nuns placares gigantes com que o PS inundou o País uns tempos antes das últimas eleições para a Assembleia da República. O próprio secretário-geral do partido e actual primeiro-ministro, António Guterres, deu cara à afirmação, que de resto não se cansou de repetir em todas as suas intervenções públicas, o que não terá deixado de contribuir para o epíteto de 'picareta falante' com que em hora de inspiração e boa dose de dor de cotovelo alguém o baptizou. Passada a campanha eleitoral, há que reconhecê-lo, as coisas mudaram. Não só Guterres moderou a verve metendo a viola no saco, como sói dizer-se - mesmo quando seria desejável que viesse a público pôr alguns pontos nos is -, como, sobretudo, passou a olhar para os portugueses com outros olhos.

Influências de Bruxelas, dirão uns; miopia política, afirmarão outros; mera lógica eleitoralista, garantirão muitos. Seja como for, a verdade é que os números invadiram o discurso e a práxis do governo PS. Começou com os 'jobs for the boys', avançou com as alianças à direita para viabilizar orçamentos, evoluiu com os avals da concertação social, e tem a sua mais recente expressão na polémica da taxa de desemprego.

Que o INE divulgue números, não é de espantar. É a sua função. Que os números divulgados pelo INE tenham leituras diferentes, é natural. Tudo depende do significado que se lhes atribui, e ninguém ignora que a realidade estatística que põe cada um de nós a consumir uns quantos litros de tintol por ano contém em si a verdade verdadinha de que alguém anda a abotoar-se com o 'nosso' vinho.

O estranho é que o primeiro-ministro e a ministra do Trabalho percaram a tramontana com os números e venham a terreiro clamar contra as obscuras forças de bloqueio apostadas em enegrir a sua imagem com interpretações numéricas. E isto porque, a ser verdadeira a asserção de que «os portugueses não são números, são pessoas», pouco importa qual a definição oficial de desempregado cozinhada em Bruxelas para de uma penada fazer baixar as estatísticas para valores menos escandalosos, ou ainda as diferenças técnicas entre desempregados e inactivos.

Tecnicamente, uma pessoa trabalhando um dia por semana não é um desempregado, ainda que o rendimento daí proveniente seja pouco mais que nada. Mas como é que essa pessoa - que não é um número - pode comer todos os dias? Ter uma vida decente? Confiar no futuro? Acreditar no Governo e na sua política?

Tecnicamente, um inactivo - tão inactivo e desmobilizado que já nem acredita valer a pena inscrever-se num Centro de Emprego, se é que tem meios para lá chegar - não é um desempregado. Mas se este inactivo não é um número, mas uma pessoa, como é que...

Recolher louros pelos números pode ser gratificante em areópagos internacionais onde há muito o negócio é números, mas é certamente insuficiente para dar resposta às necessidades prementes das pessoas que ainda não descobriram como encher a barriga com resultados estatísticos.

Mais de 700 mil portugueses desempregados pode não ser uma realidade tecnicamente correcta. Mas é uma realidade terrível. É de pessoas que se trata, não de números. Isso, sim, é politicamente incorrecto.

■ AF

ÚLTIMAS

PCP alerta em audição parlamentar 40 mil estudantes podem ficar de fora

O Grupo Parlamentar do PCP e a Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP promoveram na terça-feira passada, na Sala do Senado da Assembleia da República, uma Audição sobre Autonomia do Ensino Superior, para balanço e avaliação do seu funcionamento e recolha de opiniões sobre os problemas do sector. Na Audição, para além de professores e estudantes, de representantes de instituições do ensino superior e de deputados à AR, participou Edgar Correia, da Comissão Política do PCP e responsável pela Área da Educação, Ciência e Tecnologia, de cuja intervenção se transcrevem alguns extractos.

«(...)

O Governo prepara o afastamento administrativo de cerca de 40 mil estudantes do ensino superior público.

O Secretário de Estado do Ensino Superior determinou há poucos dias ao Departamento do Ensino Superior, tendo em vista a «preparação do Orçamento do Estado para 1998», que no limite até 30 de Junho seja recolhida informação que permita a «análise da aplicação prática do conceito de aluno elegível, no âmbito da adaptação da fórmula de financiamento» para o próximo ano.

É no mínimo surpreendente que o Governo, em matéria altamente controversa - como é o conceito de «estudante elegível» - se apresse a aplicá-lo antes de qualquer decisão da Assembleia da República, onde o debate da proposta de lei do financiamento só tem o seu início agendado para o dia 21 de Maio.

Este facto coloca duas questões incontornáveis cujo esclarecimento público importa que seja urgentemente feito:

- é necessário saber se o Governo, em relação à sua proposta de lei do financiamento do ensino superior (aumento das

propinas, conceitos de «curso elegível» e de «estudante elegível», financiamento público do ensino privado), dispõe de um acordo secreto com o PSD ou com o PP, que assegure a sua aprovação, caso em que a Assembleia da República estaria transformada numa mera sala de espectáculos para a representação de uma farsa de desfecho conhecido;

- e é igualmente necessário que o Governo admita ter exorbitado das suas competências, ao reclamar dos estabelecimentos de ensino superior o fornecimento de elementos estatísticos com base num conceito destituído de qualquer suporte legal e que pode nem sequer vir a tê-lo.

Importa chamar vivamente a atenção do País para o facto de a aplicação do conceito do Governo de «estudante elegível» conduzir já no próximo ano lectivo à redução de cerca de 20% do Orçamento dos estabelecimentos públicos do ensino superior e à exclusão administrativa de um número de estudantes que não andarão longe dos 40 mil, cerca de um quinto daqueles que actualmente frequentam o ensino superior público.

Na realidade, o número de estudantes de cada estabelecimento público de ensino superior, universitário ou politécnico entra como factor multiplicador na fórmula que determina o respectivo financiamento público. A substituição nessa fórmula do número de estudantes pelo número de «estudantes elegíveis» (os que frequentam «cursos elegíveis» e que possam terminá-los até ao final do segundo ano seguinte ao termo da sua duração) terá como consequência uma drástica redução do orçamento de cada instituição. E imporá às escolas, por via administrativa, e contrariando expressamente a sua autonomia científica e pedagógica, a exclusão de uma parte significativa dos seus estudantes.

Embora a determinação rigorosa dos efeitos da aplicação do conceito de «estudante elegível» só possa vir a ser realizada a partir do levantamento concreto ao nível de cada instituição, o «indicador de permanência no ensino superior» divulgado pelos serviços do Ministério da Educação (DEPGEF 1996) permite apontar com relativa precisão para uma ordem de grandeza de cerca de 20% a redução do orçamento e do número de alunos do ensino superior público a que, a ser aprovada, conduzirá a proposta de lei do financiamento do Governo. É de observar nesse sentido que a percentagem de alunos matriculados no 5º ano do ensino superior, em 1992/93, segundo o número de anos de permanência nos respectivos cursos, evidenciava que para 23% dos estudantes tinham decorrido 8 e mais anos desde a primeira matrícula no 1º ano. E nada leva a supor que fosse sensivelmente diverso o panorama dos alunos matricula-

dos nos outros anos. Ou que essa situação se tenha alterado sensivelmente em relação ao que se passa na actualidade.

Mesmo que o Departamento do Ensino Superior do Ministério da Educação venha a acrescentar ao conceito de «elegibilidade» a situação dos que são trabalhadores-estudantes (como parece ser seu propósito no Inquérito Estatístico 1996/97 que acabou de enviar para as instituições de ensino superior), a volatilidade da situação de trabalhador-estudante (nomeadamente dos jovens que trabalham a recibo verde) e as dificuldades da determinação rigorosa do seu número, não irá alterar de forma significativa a estimativa apresentada no que respeita à redução de um quinto do número de alunos do ensino superior público, a que a proposta de lei do Governo sobre financiamento conduzirá.

Estes elementos comprovam que o conceito de «estudante elegível» comporta um evidente propósito de redução económica dos efectivos escolares, através de um severo regime de exclusão de estudantes do ensino público.

Exclusão que em absoluto se rejeita porque assenta num mecanismo de limitação puramente administrativa do número de matrículas dos alunos, exterior ao funcionamento e às decisões das próprias escolas, violador da sua autonomia, ignorante das causas objectivas e não resolvidas designadamente de natureza pedagógica que estão na base do elevado nível do insucesso escolar que se regista em alguns cursos, e que não atende às numerosas e muito diversas situações de estudantes a tempo parcial.

(...)

Projecto de lei do PCP, hoje, no Parlamento Clarificar o horário de trabalho

A Assembleia da República debate hoje o projecto de lei do PCP que clarifica conceitos relativos à duração de trabalho. Após ter acolhido um elevadíssimo número de pareceres (865) de organizações sindicais e de trabalhadores no processo de discussão pública a que foi submetido, o diploma que estará logo à tarde no centro do debate parlamentar visa, no fundamental, «evitar e combater manipulações grosseiras que atentam contra os direitos dos trabalhadores» como tem sucedido com a aplicação da lei das 40 horas.

Para isso mesmo chamou a atenção na passada terça-feira, em conferência de imprensa, o líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, fazendo notar simultaneamente que a iniciativa da sua bancada «não visa criar direito novo», mas sim fixar na lei «conceitos com o conteúdo de progresso jurídico e social que hoje têm, por força dos normativos existentes e da sua interpretação doutrinária e jurisprudencial».

Octávio Teixeira acusou o Governo de continuar a promover o que considerou ser uma

«descarada violação da Lei 21/96», lembrando a sua recusa de incluir, para efeito de redução do horário de trabalho, as pausas que já faziam parte do horário normal de trabalho antes da aprovação daquela Lei.

«Esta interpretação governamental é uma manifesta deturpação da Lei aprovada pela Assembleia da República e não são quaisquer «consensos interpretativos» dos subscritores do «Acordo de Concertação Social» nem quaisquer despachos do Governo que alteram essa realidade», sublinhou.

Denunciadas por Octávio Teixeira foram ainda as «múltiplas

e deploráveis tentativas do Governo para desvalorizar o número de trabalhadores e a diversidade de sectores de actividade afectados pela não redução do horário de trabalho», assinalando, a este propósito, que, para além dos cerca de 200 trabalhadores têxteis nessas condições, idêntica situação atinge milhares de outros que laboram, nomeadamente, nos sectores da alimentação e tabacos, comércio, escritórios e serviços, indústrias de celulose, papel, gráfica e imprensa, mármore e madeiras, indústrias eléctricas, metalúrgica, matelomecânica, química, farmacêutica, hotelaria, transportes urbanos e serviços de portaria e vigilância.

